

MARIA GRACILENE MARQUES PEREIRA

CARACTERIZAÇÃO DA EMERGÊNCIA DO 3º SETOR

Diante da conjuntura do mercado de trabalho e das atuais políticas públicas

**DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPINA GRANDE, ABRIL 2003

MARIA GRACILENE MARQUES PEREIRA

CARACTERIZAÇÃO DA EMERGÊNCIA DO 3º SETOR

Diante da conjuntura do mercado de trabalho e das atuais políticas públicas

DISSERTAÇÃO REALIZADA EM CONJUNTO COM O
PROFESSOR DR. JURANDIR ANTONIO XAVIER E
APRESENTADA AO CURSO DE MESTRADO EM
ECONOMIA RURAL E REGIONAL DA FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE, EM CUMPRIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL.

CAMPINA GRANDE, ABRIL 2003

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

CARACTERIZAÇÃO DA EMERGÊNCIA DO 3º SETOR
Diante da conjuntura do mercado de trabalho e das atuais políticas públicas

MARIA GRACILENE MARQUES PEREIRA

**DISSERTAÇÃO JULGADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL**

Dr. JURANDIR ANTONIO XAVIER
ORIENTADOR:

Dr. RENATO KILLP
COORDENADOR DO CURSO

BANCA EXAMINADORA

Dr. FERNANDO GARCIA DE OLIVEIRA

Dr^a. EDILMA PINTO COUTINHO

DEDICATÓRIA

- Dedico as duas pessoas mais importante na minha vida: Rita M^a Pereira e Manoel Marques Pereira: meus pais, estes são os principais responsáveis por eu ter chegado onde cheguei nos meus estudos acadêmicos. São pessoas que embora não saibam o que estou fazendo e, também, não entenda o que estou estudando, são os seres humanos que mais me estimula, são a fonte de minhas forças, sempre se mostram a frente para me abrir caminhos, e acreditando no meu potencial.
- Dedico a todas aquelas pessoas, que assim como meus pais, não tiveram acesso a cultura, mas possuem o dom da sabedoria. Dom que não encontramos nos bancos da escola, nascemos com ele. Dedico a esses felizardos que mesmo sem os conhecimentos que vem de fora para dentro, não se limitam, vão muito além da sua realidade.
- Dedico aos meus alunos que assim como eu, possuem a ânsia da conhecimento, e isso nos faz crescer juntos!

AGRADECIMENTOS

- Agradeço, primeiramente, a **DEUS** e ao meu **ANJO DA GUARDA** por terem me dado forças para atravessar mais esta fase da minha vida.
- Agradeço aos **MEUS PAIS** pela base e apoio contínuo, sem eles jamais teria chegado onde estou hoje! Agradeço as minhas duas irmãs pela oportunidade de viver momentos de inspiração na busca de conhecimentos. Em fim, em segundo agradeço à minha família pela compreensão na ausência, pela contribuição, força e estímulo nos meus estudos acadêmicos.
- Agradeço a todos que fazem parte do Mestrado de Economia Rural e Desenvolvimento Regional.
- Agradeço ao professor Jurandi Xavier meu orientador, principalmente pela compreensão nos momentos de ausência. De ante mão gostaria de lhe tirar a responsabilidade por quaisquer omissões e erros deste trabalho.
- Agradeço o empenho da banca examinadora, aos professores Dr^{os} José Bezerra e Edilma Pinto Coutinho que se dispuseram à colaborar com o meu trabalho
- Agradeço a todos os colegas do Campus III da UFPB/Bananeiras, por muitos caminhos abertos não só no que diz ao trabalho, mas, principalmente, pela possibilidade de viver em um laboratório adequado ao desenvolvimento desta dissertação.
- Agradeço a todos os meus alunos, ao quais me dão a oportunidade de amadurecer idéias, principalmente, meus orientandos Carlos, Cilene e Ivanilson e todos do DN.
- Agradeço a todos os meus amigos, especialmente Ana Cândida, Edilnete e Jaciára.
- Agradeço a todos os colegas que de alguma forma contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho
- Por último agradeço aqueles que em algum momento se mostraram descrentes com o meu trabalho, mesmo assim me ajudaram, pois o desafio é uma das forças indispensáveis ao desenvolvimento humano.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo geral caracterizar a emergência do 3º Setor, definir e classificar seus componentes, destacar conjunturas favoráveis a esse processo e as referências teóricas que explicam o assunto. É um trabalho descritivo, teórico e dissertativo, fundamentado em leituras bibliográficas e observações empíricas, dividido em 4 partes.: 1. Apresenta-se a técnica utilizada para enfocar o 3º Setor, definido como um conjunto de MS que foge a natureza pública/privada, observando a origem de suas partes. 2. Destaca-se duas realidade que favorecem a emergência: a conjuntura do mercado de trabalho e as políticas públicas da 3ª Via. 3. Dedicar-se às referências teóricas que explicam o tema. 4. Volta-se a enfocar o Setor, mas combinando as conjunturas e o marco teórico. Observou-se que simultaneamente a emergência do 3º Setor cresce o número e a qualidade dos estudos acadêmicos que explicam o assunto na aparência (estuda nas duas 1ªs partes. Onde se percebe que o 3º Setor brasileiro nasce dos MS que predominaram nas décadas 70/80, de líderes de esquerda e intelectuais da classe média; apesar da insatisfação com o sistema os MS juntam-se ao Estado e ao Capital a fim de ganharem força e crescimento; aqueles que utilizam meios de comunicação mais modernos, transformam-se em MS institucionalizados, passando a participar do combate aos problemas conjunturais) e na essência (desenvolvida nas duas últimas partes. Atualmente os MS apresentam-se como uma nova roupagem em seus planos de ação; não seguem o mesmo discurso do Estado nem do Mercado, mas não se opõem, contribuem para compensar as mazelas econômicas e sociais das políticas públicas/privadas). Concluímos que as conjunturas econômica e política e o processo de articulação entre o próprio 3º Setor, o Estado e o Mercado, desencadearam a institucionalização dos MS, transformando-os em NMS, com novos marcos referências e estratégias compartilhadas, o que cria a possibilidade de descaracterização do MS. A certeza dessa possibilidade é a limitação do trabalho, por isso este corresponde apenas aos 1ºs passos no estudo do 3º Setor, os quais serão continuados em uma tese de doutorado.

ABSTRACT

This paper has the general purpose of describing the emerging of the Third Sector, define and classify its constituent parts, emphasize favorable conjunctures to the process and the theoretical references that explain the subject. It's a descriptive, theoretical, and dissertative paper based on bibliographic readings and on empirical observations, separated in four parts : 1. Introduction of the technique used to focalize the Third Sector, defined as a group of social movements that escapes to the public/private nature, observing the origin of its component parts. 2. Point out two realities that favors the emerging: the conjuncture of the labor market and the public policies of the Third way. 3. Dedicate to the theoretical references that explains the theme. 4. Return focusing the Sector, but connecting the conjunctures and the theoretical mark. It has been observed that simultaneously the emerging of the Thir Sector grows the number and the quality of the academic studies that explains the subject on its appearance (studies the first two parts, in which we can realize that the Brazilian Third Sector raises from the social movements that prevailed in the 70's and the 80's, from the left leaders and the intellectuals of the medium class; in spite of the insatisfaction with the system, the social movements joined to the State and the Capital in order to gain strength and growth; those ones whom use more moderns means of communication become institutionalized social movements, beginning to contribute in the battle against conjunctural problems) and essence (developed in the last two parts. Nowadays, the social movements presents themselves with a new clothing on its action planning; they do not follow the same speech of the State neither of the Market, but they do not oppose themselves to the last ones, they co-operate to equalize the social and economic blemishes of the private and public policies). It has bem canclude that the economic and politic conjunctures and the process of articulation among the Third Sector itself, the State and the Market, unleashed the institutionalization of the social movements, transforming them into new social movements, with new limits, references and shared strategies, which allows the possibility of uncharaterize of the social movements. The conviction of this possibility is the limitation of this paper, which corresponds only to the first steps on the study of the Third Sector, which will be continued on a Doctor's thesis.

APRESENTAÇÃO

O 3º Setor apresenta grandes questões, mostrando-se bastante polêmico, por isso o trabalho que agora lhe é apresentado deve ser apreciado com reservas, devido ao fechamento precoce, já que a necessidade de trabalhar e estudar limitou o tempo empregado na sua confecção. Não haverá espaço de tempo para oferecer respostas para as grandes questões, apenas apresentaremos respostas sumárias, desenvolvendo-as futuramente em uma tese de doutorado.

A idéia de levantar as características do 3º Setor surgiu após a monografia, apresentada no final da graduação, na qual o 3º Setor aparece como uma solução alternativa para o desemprego, foi apenas o despertar para o tema.

A presente dissertação procura aprofundar a proposição. Trata-se de uma sistematização de conhecimentos e informações sobre um fato que se desenrola aos nossos olhos, destacando suas características, princípios e relações com outros segmentos conjunturais.

Sistematização, apenas, de parte das informações acumuladas à quatro anos. Em parte devido ao curto espaço de tempo, dividido entre a dedicação ao trabalho, estudo e família. Afazeres da vida sem os quais seria impossível viver.

O trabalho, ministrando aulas no Campus III da UFPB/Bananeiras, foi essencial, principalmente porque foi através dele que pude ministrar palestras e curso sobre o assunto, o que muito contribuiu para o amadurecimento das interpretações adquiridas nos estudos teóricos, também, estou tendo a oportunidade de colocar a teoria na prática, colaborando com o desenvolvimento de um projeto social: criar a ONG Diálogo Nordeste (DN) em Bananeiras/PB. No trabalho, também, encontrei apoio financeiro, mas é a família o porto seguro e onde vou buscar apoio moral e financeiro, estímulo e coragem, que foram de suma importância para continuar a pesquisa.

O 3º Setor é um tema que instiga vários estudos, o que vem crescendo a cada dia, é grande a bibliografia que tem relação com o assunto, mesmo por que, este novo segmento admite relação com várias áreas do conhecimento científico. Dar conta desta bibliografia neste trabalho é muita pretensão, por isso, a caracterização da emergência do 3º Setor corresponde, apenas, aos primeiros passos de um estudo a ser continuado em uma tese de doutorado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Parte I – Metodologia e definições	03
1. FUNDAMENTOS PARA CARACTERIZAR A EMERGÊNCIA DO 3º SETOR	04
1.1 Aspectos metodológicos	04
1.2 Definindo variáveis	11
1.3 Célula embrionária: Movimentos Sociais (MS)	19
1.4. Origem histórica do 3º Setor	25
Parte II – Marco teórico	32
2. DISCUSSÃO ACADÊMICA SOBRE AS AÇÕES DO 3º SETOR	33
2.1 O Positivo e negativo dos NMS nas referências teóricas	33
2.1.1 A teoria da Mobilização Política (MP) e a teoria da Mobilização de Recursos (MR)	37
2.2 Descrédito da Teoria Marxista	48
Parte III – Conjunturas Favoráveis à Emergência do 3º Setor	53
Importância do contexto	54
3. MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E ALTERNATIVAS	55
3.1 O avanço tecnológico	56
3.2 - O desemprego conjuntural	60
3.3 - O aumento da PEA	65
4. CONJUNTURA POLÍTICA: RENOVAÇÃO DO WELFARE STATES E DA SOCIAL-DEMOCRÁCIA, O CAMINHO DA 3ª VIA	77
4.1. Renovação do <i>Welfare States</i> e da Social-Democrácia	79
4.2 - O Caminho da 3ª Via	85
Parte IV - A Emergência do 3º Setor nos Anos 90	92
5. A NOVA ROUPAGEM DOS MS NOS ANOS 90	93
5.1 Redes de comunicação	106
5.2 Institucionalização do MS	109
5.3 Financiamento	114

5.4 – Filantropia empresarial e a responsabilidade social.....	118
5.5 – O paradigma dos NMS.....	121
CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	131

LISTAS DE QUADROS, GRAFICOS E TABALAS

Quadro 1 - Concepção do 3º Setor a partir da combinação do público e do Privado.....	12
Quadro 2 - Principais diferenças entre a empresa privada e o 3º Setor.....	12
Quadro 3 - Grupos Beneficiários das ONGs (segundo referência a trabalho, comunidade ou outras referências).....	16
Quadro 4 - ONGs Por País na América Latina (segundo registro de 32 diretórios).....	17
Quadro 5 – Brasil - Organizações do Terceiro Setor por categoria jurídica e por Finalidade – 1991.....	18
Gráfico 1 – Taxa de crescimento do emprego por escolaridade, 1992-96 (%).....	58
Quadro 6 - Receituário de medidas, objetivo e Impactos sobre Desenvolvimento Social e ao Mercado de Trabalho.....	62
Tabela 1 - Composição da População, junho de 1998 (em milhões de pessoas).....	66
Gráfico 2 – Segundo o IBGE: evolução das taxas de desemprego (1986 à julho de 1998).....	67
Gráfico 3 – Desemprego segundo SEADE/DIEESE em % PEA (1995 a fev. de 1998).....	67
Tabela 2 - Posição da Ocupação.....	68
Gráfico 4 - Demonstração gráfica da % posição da ocupação % sobre a PEA.....	69
Quadro 7 - No Real: cresce a taxa de informalidade da mão-de-obra (média do 1º quadrimestre de cada ano).....	73
Gráfico 5 – Emprego Formal e Informal sobre a PEA.....	74
Quadro 8 - Confronto entre as política da velha social-democracia e do neoliberalismo.....	86
Quadro 9 - Principais Aspectos da 3ª Via.....	88
Tabela 3 - Número de ONGs Brasileiras que Mantêm Relações com Agências de Cooperação por País de Origem das Agência.....	117
Tabela 4 - O desenvolvimento da filantropia empresarial no Brasil (Por data de fundação dos membros do “Grupo de Institutos e Fundações)	119

INTRODUÇÃO

Atualmente processos de mudança estão em andamento e chamam atenção. Um deles diz respeito à mobilização mais intensa da sociedade civil, mobilização que diverge, nas formas de atuação, em relação a décadas passadas. Esta nova posição dos movimentos da sociedade civil vem despertando o interesse para desenvolvimento de análises acadêmicas sobre variáveis e ou temas ligados ao conjunto de iniciativas civis contemporâneas, conhecido como 3º Setor. Simultaneamente, ocorrem mudanças nas estruturas econômicas e na posição do Estado, mudanças que incluem e exigem em sua dinâmica uma maior participação da sociedade civil organizada.

Diante desses processos, surgem algumas questões: qual a diferença entre as mobilizações que predominaram antes da década de 90, marco da institucionalização dos movimentos sociais? O que proporcionou o aumento, a organização e a institucionalização dos movimentos sociais? O que os diferencia? O que os caracteriza? O que os atuais movimentos sociais propõem?

Se o 3º Setor cresce em ritmo intenso é porque algum sentido lhe é peculiar. É este sentido que não está claro! Torna-se interessante, então, perceber a dinâmica da emergência deste Setor. O que há de moderno e tradicional nesse processo.

Mas é preciso estar consciente de que os instrumentos e categorias necessários para entender a valorização do 3º Setor não são simples, mas complexos e densos de informações, exigindo uma discussão profunda. Por isso, de antemão alerta para as limitações deste trabalho. Não iremos aprofundar as diversas categorias, pois são categorias contraditórias, que apresentam múltiplas dinâmicas sociais ao longo da história, já que a sociedade civil se expande e se retrai, através de surpreendentes combinações. Trata-se de um trabalho teórico-descritivo que também corresponde a uma obrigação prática: a dissertação de mestrado, exigida para a conclusão do Curso de Mestrado em Economia Rural e Regional

Nosso objetivo geral é caracterizar a emergência do 3º Setor, compreendê-la a partir das análises acadêmicas que estão acontecendo para explicar a emergência do 3º Setor, da conjuntura do mercado de trabalho, a fim de perceber a origem das atividades cidadãs voltadas para os excluídos do mercado de trabalho formal e, também, a partir da posição do Estado que favorece essa emergência.

A fim de alcançar o objetivo geral, utilizamos pesquisas bibliográficas como a fonte principal de dados, que foram amadurecidas e melhor compreendidas em observações empíricas. Dessa união de conhecimentos teóricos e práticos surgiu a idéia de dividir o trabalho em quatro partes.

A primeira é dedicada ao esclarecimento sobre a metodologia e a definição de variáveis que o estudo envolve. No capítulo 1, expomos a forma como enfocamos o tema, definimos e classificamos a principal e mais ampla variável: 3º Setor, colocando a sua percepção antes do desenvolvimento do trabalho. Definimos ainda aquela que consideramos a célula embrionária do 3º Setor: MS, o objetivo do capítulo é perceber a origem deste Setor emergente, situando-a no tempo e na economia brasileira.

Na segunda parte deste trabalho, por sugestão da banca examinadora, destacamos, as referências teóricas sobre as variáveis que o 3º Setor envolve. Este marco teórico foi estudado a princípio na terceira parte do trabalho, no quarto capítulo, sendo deslocado para a Segunda parte, correspondendo ao segundo capítulo após a defesa da dissertação. Por isso desde já alertamos para possíveis referências do marco teórico na terceira parte, na qual levantamos a bibliografia disponível, as principais correntes e autores relacionados ao tema, utilizando como principal fonte de dados as bibliográficas de Gohn.

Na terceira parte descrevemos as conjunturas econômica e política que favorecem a emergência do 3º Setor. No terceiro capítulo enfocamos a realidade do mercado de trabalho, destacando as altas taxas de desemprego e as alternativas apontadas para amenizar o problema. O ambiente político propício à emergência do 3º Setor é estudado no quarto capítulo, no qual discutimos conceitos como *welfare states*, social democracia e 3ª Via.

Na quarta e última parte, voltamos a tratar do 3º Setor na realidade, mas depois de percebê-lo na sua origem, na relação com outras esferas da realidade (mercado de trabalho, políticas públicas e produção acadêmica), voltando ao empirismo pensado. O objetivo desta parte não é avaliar se as ações do 3º Setor são válidas ou não, mas apenas caracterizar o processo de mudança.

Parte I – Metodologia e definições

Capítulo 1. FUNDAMENTOS PARA CARACTERIZAR A EMERGÊNCIA DO 3º SETOR

1.1 Aspectos metodológicos

1.2 Definindo variáveis..

1.3 Célula embrionária: Movimentos Sociais (MS)

1.4. Origem histórica do 3º Setor

1. FUNDAMENTOS PARA CARACTERIZAR A EMERGÊNCIA DO 3º SETOR

1.1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente é interessante esclarecermos a forma como o trabalho será desenvolvido, o porquê da sua estrutura, da distribuição dos temas e capítulos, o uso de determinadas variáveis e definições.

Discutir o 3º Setor não é algo fácil, uma vez que este é tema bastante complexo, já que envolve uma multiplicidade de campos e áreas de conhecimento. Por isso, procuraremos enfocar o 3º Setor, de uma forma que envolva a sua diversidade de ações sociais, políticas e econômicas. Em virtude deste enfoque, o trabalho apresenta uma metodologia multidisciplinar, envolvendo áreas como a sociologia, a economia, a ciência política, a antropologia, a história e a psicologia social.

Assim sendo, devemos considerar ideologias, valores, tradições, a cultura política como um todo, sob pontos de vista micro e macro. É essencial um estudo da estrutura sociopolítica e econômica na qual essas ações estão inseridas, desenvolvendo uma análise histórico-estrutural em curso.

Para dar conta da diversidade serão capturadas as mensagens ideológicas; não será pretensão deste trabalho discutir sobre os aspectos particulares que caracterizam os vários tipos de instituições e movimentos da sociedade civil que constituem o 3º Setor, mas sim, as características deste último como um todo. Temáticas gerais como exclusão social, privações de demandas, cidadania, respeito aos direitos humanos etc., serão destacados e não, títulos e subtítulos característicos de cada parte constituinte do conjunto de ações.

Nós nos propomos a caracterizar o que vários autores vêem como novo setor: o 3º Setor, que engloba vários tipos de iniciativas da sociedade civil, como: movimentos sociais, ONGs, associações, instituições filantrópicas e até mesmo as associações de classe como os sindicatos.

Como nosso objetivo geral é descrever com propriedade as particularidades pertencentes a esse Setor, que até então é pouco definido, iniciamos a caracterização pela conceituação e origem dessas instituições. Procurando esclarecer dúvidas como: o 3º Setor

surgiu nos tempos atuais ou apresenta-se com uma nova roupagem? Esta questão vai sendo esclarecida a partir do momento que observamos a relação das ações sociais com a igreja, os partidos políticos e até mesmo com o próprio Estado.

É bom esclarecer que, durante o trabalho, quando nos remetermos a décadas passadas, estamos nos referindo às décadas do século XX.

Outro ponto a ser esclarecido é o tratamento dado ao conjunto de ações da sociedade civil organizada. Estas serão definidas em dois momentos e sob duas formas: Movimentos Sociais (MS) e Novos Movimentos Sociais (NMS), ainda sendo enfocadas como Movimentos Sociais Urbanos (MSU). As siglas podem designar o substantivo tanto no singular como no plural. Utilizar estas abreviações é apenas uma questão de estilo próprio.

É evidente que existe uma diversidade de NMS (Novos Movimentos Sociais), diferentes em: formas de organização interna, colocação de propostas, projetos políticos etc. Mas, em sua maioria, convergem para os mesmos temas e problemas gerais: dignidade humana, respeito às diferenças, direitos sociais. A diferenciação fica na base, quando estes lutam por questões individuais de raça, gênero, ecologia, entre outras. O que há de novo é a forma de atuação, de lutar pelas suas propostas; os projetos ganharam apenas uma nova administração, mas ainda sofrem influência de experiências passadas. Esta novidade é o que caracteriza os NMS e os diferencia dos MS (que definimos como antigos MS que predominaram antes da década de 90). Gohn, que vem estudando a trajetória dos MS, destaca onde está a diferenciação:

Observa-se que a diferenciação básica se dá na forma de fazer política, porque as articulações sempre existiram, tanto nos antigos como nos novos. Relações com a Igreja, partidos e sindicatos sempre existiram, mas nos movimentos contemporâneos a relação é de outra natureza. As práticas e os repertórios também se alteraram.
(Gohn, 1997: 228)

Não pretendemos nos deter longamente em toda a extensão e complexidade das diferentes instituições que compõem o emergente 3º Setor, apenas nos deteremos na essência da forma de atuação das iniciativas da sociedade civil organizada.

Iniciamos a caracterização da emergência do 3º Setor, apresentando como ele se apresenta antes do desenvolvimento do trabalho, definindo-o, caracterizando-o e destacando os seus principais componentes reais e aparentes. A intenção é buscar a origem das atuais ações do 3º Setor, conceituando aquela que acreditamos ser a célula embrionária das práticas contemporâneas da sociedade civil organizada: os MS. Finalizando esta primeira parte,

destaca-se na realidade histórica os momentos nos quais os MS predominaram e de onde vieram.

Depois de conceituar e destacar a origem das principais variáveis do trabalho, destacamos as conjunturas atuais que de certa forma favorecem a emergência do 3º Setor, enfocando a realidade do mercado de trabalho, e da atual posição do Estado.

O embasamento teórico é desenvolvido da terceira parte do trabalho. Não pretendemos nos prender a uma abordagem teórica específica, pois já existem vários paradigmas para explicar os NMS: o norte americano, os europeus, neomarxista e o latino americano. Os aspectos conjunturais juntamente com o embasamento teórico serão os fundamentos para a discussão do 3º Setor nos anos 90.

Aproveitaremos no trabalho as categorias, conceitos e explicações de qualquer um dos paradigmas que reforce a nossa argumentação. Prendermo-nos a um apenas, seria um desperdício, até mesmo uma limitação.

A atenção dada ao contraponto existente entre a abordagem dos NMS e a teoria marxista advém da nossa formação, a qual possui uma grande influência da economia política. Por isso é interessante e importante descobrir o porquê dessa negação, perceber as argumentações utilizadas para negar algumas categorias da teoria marxistas.

Nas notas bibliográficas de rodapé, citaremos a bibliografia indireta, que foi de fundamental importância para o nosso fundamento teórico. Grande parte dos autores foram citados por Gohn (1997) em seu estudo sobre as *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Por falta de acesso às obras originais que Gohn cita, utilizamos várias citações indiretas.

A abordagem da caracterização da emergência do 3º Setor se aproxima do paradigma europeu, que utiliza premissas macros, como a análise estrutural marxista-gramsciana, mas, também utiliza as categorias micro, desenvolvidas na abordagem norte-americana dos NMS, como a *solidariedade e identidade*.

O enfoque simultâneo macro e micro, justifica-se pela metodologia macro-estrutural empregada no estudo da emergência do 3º Setor, a qual favorece inserir temas como a reprodução do Capital, a necessidade de novas formas para diminuir a tendência à queda da taxa de lucro do Sistema Capitalista de Produção, o que por sua vez nos leva a outro aspecto: a exclusão social; esta já traz consigo a necessidade de novas alternativas para amenizar o problema; neste momento se sobressaem as iniciativas individuais, os NMS da sociedade civil organizada, como alternativas.

destaca-se na realidade histórica os momentos nos quais os MS predominaram e de onde vieram.

Depois de conceituar e destacar a origem das principais variáveis do trabalho, destacamos as conjunturas atuais que de certa forma favorecem a emergência do 3º Setor, enfocando a realidade do mercado de trabalho, e da atual posição do Estado.

O embasamento teórico é desenvolvido da terceira parte do trabalho. Não pretendemos nos prender a uma abordagem teórica específica, pois já existem vários paradigmas para explicar os NMS: o norte americano, os europeus, neomarxista e o latino americano. Os aspectos conjunturais juntamente com o embasamento teórico serão os fundamentos para a discussão do 3º Setor nos anos 90.

Aproveitaremos no trabalho as categorias, conceitos e explicações de qualquer um dos paradigmas que reforce a nossa argumentação. Prendermo-nos a um apenas, seria um desperdício, até mesmo uma limitação.

A atenção dada ao contraponto existente entre a abordagem dos NMS e a teoria marxista advém da nossa formação, a qual possui uma grande influência da economia política. Por isso é interessante e importante descobrir o porquê dessa negação, perceber as argumentações utilizadas para negar algumas categorias da teoria marxistas.

Nas notas bibliográficas de rodapé, citaremos a bibliografia indireta, que foi de fundamental importância para o nosso fundamento teórico. Grande parte dos autores foram citados por Gohn (1997) em seu estudo sobre as *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Por falta de acesso às obras originais que Gohn cita, utilizamos várias citações indiretas.

A abordagem da caracterização da emergência do 3º Setor se aproxima do paradigma europeu, que utiliza premissas macros, como a análise estrutural marxista-gramsciana, mas, também utiliza as categorias micro, desenvolvidas na abordagem norte-americana dos NMS, como a solidariedade e identidade.

O enfoque simultâneo macro e micro, justifica-se pela metodologia macro-estrutural empregada no estudo da emergência do 3º Setor, a qual favorece inserir temas como a reprodução do Capital, a necessidade de novas formas para diminuir a tendência à queda da taxa de lucro do Sistema Capitalista de Produção, o que por sua vez nos leva a outro aspecto: a exclusão social; esta já traz consigo a necessidade de novas alternativas para amenizar o problema; neste momento se sobressaem as iniciativas individuais, os NMS da sociedade civil organizada, como alternativas.

A caracterização será distribuída no tempo para perceber as roupagens dos MS, principalmente, antes e durante a década de 90. Desse modo, perceberemos a origem, de onde partiu as ações sociais institucionalizadas, como é o caso das ONGs, e distinguiremos a forma como a sociedade civil se mobiliza atualmente para alcançar suas demandas econômicas, sociais e políticas.

É preciso deixar claro que a delimitação no tempo, e a definição de MS e NMS podem se contrapor a estudos nas ciências sociais, como é caso da sociologia, já que para esta ciência os MS fazem parte da sua base de estudos há bastante tempo, não se limitando a este século, precisamente, às últimas três décadas, que serão enfocadas neste trabalho. Mas, a intenção é destacar dois estágios: no primeiro temos MS que se destacam com características, aparentemente, diferentes dos NMS que emergem no segundo momento.

Acreditamos que os NMS nada mais são do que os MS que se destacaram em décadas passadas, pois temos que reconhecer que a forma como os MS atuavam nas décadas de 60 e 70 e até meados da década de 80, aqui no Brasil, é diferente da forma como se colocam atualmente.

Nas décadas anteriores aos anos 90 predominavam os MS que lutavam por interesses de classes, como é o caso da classe trabalhadora, organizados em sindicatos. Hoje a realidade é outra. Não vamos afirmar que os sindicatos enfraqueceram, mas, no mínimo, perderam o brilho diante da emergência dos NMS, os quais lutam para assegurar direitos sociais existentes ou a serem adquiridos por outras clientelas, não só a dos operários de fábrica.

É interessante esclarecer outro ponto quanto ao marco teórico. Não faz parte da argumentação deste trabalho afirmar ou aderir à idéia de que a abordagem dos NMS se contrapõe à teoria marxista. Acreditamos que algumas de suas categorias assumiram outras definições de acordo com a estrutura atual e o nível tecnológico da sociedade capitalista, mas negar toda a concepção marxista é no mínimo desperdiçar riqueza científica.

Consideremos a diferença entre uma abordagem, um paradigma e uma teoria, na ótica de Gohn. A abordagem não discute o objeto de estudo profundamente, seus fundamentos ainda não estão totalmente estruturados, por isso trata do assunto de forma encostada, com limites. O paradigma nos oferece um modelo, um padrão para efetuar o estudo. Mas não define os seus princípios. Já a teoria possui embasamento em uma ciência, possui um conjunto de princípios, corresponde ao conhecimento especulativo e racional fundado em princípios, hipóteses e suposições.

Como a discussão sobre os NMS, em termos de forma de atuação, constituição e composição ainda é bastante complexa, seus fundamentos ainda não estão claros, percebemos que a maioria dos estudos sobre o 3º Setor ainda corresponde a uma abordagem.

Mas não podemos negar o viés da abordagem: a ênfase dada ao paradigma estruturalista, enfocando as desigualdades sociais a partir da conjuntura do mercado de trabalho, do destaque das altas taxas de desemprego, suas consequências e soluções, que por sua vez nos levam à discussão da nova roupagem das ideologias, frustrações, queixas, reclamações e demandas da sociedade civil, lançadas às políticas públicas, exigindo uma renovação da posição do Estado.

Com esse enfoque a abordagem das ações do 3º Setor será desenvolvida em um contexto de mudanças sociais. Como aplicaremos o enfoque macrossocial articulado ao microssocial? Destacando aspectos da vida cotidiana enfocados em um ambiente geral, evidenciando a essência de cada MS específico que segue os princípios do 3º Setor, já que os fenômenos locais tendem a ser absorvidos pela dinâmica global. A proposta é compreender a estrutura a partir da conjuntura, daí a justificativa de um trabalho interdisciplinar.

Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) serão mais enfatizados por estes terem sido os MS que mais se destacaram no período observado e na bibliográfica consultada; com exceção do Movimento dos Sem Terra (MST) que, embora seja uma MS de resultado rural, tem muita repercussão na zona urbana.

A principal hipótese, entre as que já destacamos, fica na origem e desenvolvimento do 3º Setor no Brasil. Este a princípio (isto quando as ações sociais começaram a se organizar) foi formado apenas por MS, (grupos de pessoas lutando por interesses específicos, mas coletivos ao grupo, de uma forma não institucionalizada); a partir dos meados da década de 80, estes MS passam a ganhar componentes mais organizados, estruturados, transformam-se em ONGs, Associações, Fundações, Instituições Filantrópicas etc. Não que estes não existissem, mas a partir de então ficam mais participativos, são reivindicados à arena política e econômica. Esta percepção não nega que a origem dos MS esteja ligada às ONGs mais organizadas e estruturas em nível internacional, a partidos, sindicatos e, principalmente, à Igreja.

Por isso, adotamos o tratamento único e simples para a diversidade de instituições do 3º Setor: MS e NMS, acreditando que as atuais ações da sociedade civil organizada (NMS) significam apenas uma nova roupagem na forma de atuar, uma nova dinâmica no

desenvolvimento das práticas. Essa diferenciação vem sendo apontada por vários autores como Offe que é estudado por Gohn.

O que é novo é o paradigma da ação, que tem caráter eminentemente político. Os valores defendidos pelos movimentos em si não contêm nada de novo, pois eles se referem 'aos princípios e exigências morais acerca da dignidade e da autonomia da pessoa, da integridade das condições físicas da vida, de igualdade e participação e de formas pacíficas e solidárias de organização social. Todos estes valores e normas morais propugnados pelos mantenedores do novo paradigma político estão firmemente enraizados na filosofia política (assim como nas teorias estéticas) moderna dos últimos séculos, e foram herdados dos movimentos progressistas tanto da burguesia como da classe operária" (1988: 213)¹. Ele conclui que os movimentos não são nem pós-modernos (no sentido de assumir novos valores que não tenham sido defendidos pela sociedade mais ampla), nem pré-modernos (resíduos de um passado idílio e irracional)(Gohn, 1997: 167)

A partir das palavras de Gohn percebemos que os objetivos gerais dos antigos MS: dignidade, autonomia, integridade e respeito humanos, são os mesmos dos NMS. O que mudou foi apenas a forma de atuar. Hoje os MS estão mais organizados, institucionalizados, racionais etc. Esta é a essência da visão global do trabalho.

Outro autor que mostra o clássico dos NMS é Fernandes (2002):

O tema é clássico. Nem por isso, no entanto, deixa de apresentar novidades. Com muitos indícios e algumas boas razões, pode-se dizer com segurança que a atividade cidadã expande-se atualmente em números e em formas sem precedentes.

(...) a atividade associativa ganha impulso nos anos 70 e acelera nos 80 para cá. Isto é notório para alguns movimentos, como os de mulheres, de indígenas, de minorias étnicas, de ecologia, de consumidores. Uma nova forma institucional ganha corpo no período e introduz em estranho neologismo reconhecido hoje nas mais diversas línguas nacionais – “Organizações Não Governamentais ‘as ONGs’ (...). Mas o fenômeno é ainda mais amplo e recobre potencialmente cada vínculo diferenciador de interesses, identidades ou valores. Para cada fim com significância coletiva, seja ele maior ou menor, perene ou circunstancial, para todos ou para uns poucos, utilitário ou gratuito, cabe em princípio uma associação. (Fernandes, 2002: passim).

Como coloca Fernandes, o princípio da associação não é novo e sim, característica de ações sociais que se apresentam há séculos. A prática do “sacerdócio universal”, da visão “altruísta” desenvolve-se à tempos, mesmo que de forma insignificante diante da necessidade social.

¹ Class Offe. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madri, Ed. Sistema.

Resta-nos destacar a raiz das atuais iniciativas da sociedade civil organizada, a diferença entre os históricos e atuais MS, destacando as características dos movimentos antes da social democracia, da renovação dos programas de bem-estar keynesianos (Welfare States) e do nível tecnológico que o Sistema Capitalista atingiu atualmente.

Não nos deteremos apenas à realidade nacional, pois diante do processo de globalização é impossível deter-se em realidades específicas. Por isso recorreremos a exemplos que fogem do tempo e do espaço enfocados para fortalecer nossa argumentação.

O trabalho estabelece um padrão conceitual, determinado a partir das características universais das ações sociais, observadas nas manifestações, ações, eventos, em fim, na forma de atuar nos campos cultural, sociopolítico, econômico (atividade produtivas do 3º Setor²), e na relação com o Capital e o Estado. Esse padrão foi construído apropriadamente para o desenvolvimento do trabalho, sem a pretensão de torná-lo verdadeiro e absoluto.

O padrão adotado refere-se à ação dos homens na história, ação que envolva um conjunto de estratégias e táticas que determinem um fazer e reproduzam um pensar que fundamenta a ação. Padrão que permite o estudo macro - percebendo as ações do 3º Setor como uma luta social de caráter cíclico que defende interesses coletivos e universais -, e o estudo micro – que permite explicar a luta pelos interesses específicos de grupos minoritários, mas, compõe o macro, pois os interesses específicos se constituem e lutam pela construção de interesses universais que envolvam dimensões subjetivas da ação social. Nessas condições ser fragmentado tem suas vantagens. As decisões são facilitadas, pois em pequenas instituições, nas mobilizações específicas, “o fundamento, a inércia e a complexidade burocrática pesam menos” Os diversos MS “não dependem do complexo jogo político implicado nos sistemas representativos para legitimar as suas decisões.” (Fernandes, 2002: 66)

O que chama a atenção, observando o cotidiano das ações de grupos agindo em função de interesses, é a reprodução da luta por demandas sociais em comum, privações, reivindicações, o repertório de ações coletivas e a forma de articulação, que são categorias comuns na diversidade de iniciativas do 3º Setor.

Por isso os diversos MS são enquadrados em um ambiente global, em um coletivo social maior, em uma identidade maior e comum, que envolve ações da sociedade civil em todos os campos possíveis de atuação social, cultural, político e econômico.

² Ver a esse respeito: Gabriel Kraychete; Francisco Lara, Beatriz Costa (Org.). *“Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.* Petrópolis RJ: Vozes, 2000. PAUL SINGER. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa.* 3º ed. São Paulo: Contexto, 1999.

1. 2 - Definindo variáveis

Dentro do padrão proposto para trabalhar, exposto anteriormente: estudar a ação do homem na história (precisamente nas últimas décadas), a princípio é necessário definir variáveis. Sendo assim, neste capítulo será colocada a definição do 3º Setor, ponto de partida do trabalho.

3º Setor: conjunto de iniciativas da sociedade civil, que não reproduzem a lógica do lucro, mas afirmam o valor da solidariedade. Setor que envolve uma diversidade de atores numa plataforma comum de práticas, que abrem a possibilidade para a expansão da solidariedade internacional, e para a construção do conceito de “cidadania planetária” (Fernandes, 2002). É um novo Setor que envolve uma diversidade de interesses, identidades específicas, valores, mas essa diversidade segue um princípio geral **de associação de pessoas**, mesmo que seja pela luta de uma demanda específica, antes é preciso se associar a outros que comunguem do mesmo objetivo.

O associativismo, dentro do 3º Setor, possui um caráter de união internacionalizante, acontece em três ambientes: internacional, nacional e local. Fernandes traz a tona uma citação de Salamon e Anheir que define e mostra a expansão do 3º Setor a partir do princípio do associativismo.

Uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo ‘terceiro setor’ global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário.³

A relevância do tema é tão evidente, que vários autores o percebem como uma possibilidade de revolução, de transformação, de mudança no pensar, no agir, na interação entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil.

A idéia de definir o conjunto de iniciativas da sociedade civil como 3º Setor ou terceiro setor, pressupõe que exista o primeiro, Estado e o segundo, o Mercado. A tabela a

³ Lester Salaman e Helmut K. Anheir. – In Search of the Non-Profit Sector. I: The Question of Definitions, in voluntas 3/2, Manchester University Press, Manchester, 1992 – Enaio de uma dos principais pesquisadores do campo apud Fernandes, 2002: 19.

seguir define este emergente Setor através da combinação e dos fins dos dois primeiros agentes econômicos: o público (Estado) e o privado (Mercado), como também da corrupção.

Quadro 1 - Concepção do 3º Setor a partir da combinação do público e do privado

AGENTES		FINS		SETOR
Privado	Para	Privados	=	Mercado
Público	Para	Públicos	=	Estado
Privado	Para	Públicos	=	Terceiro setor
Público	Para	Público	=	(Corrupção)

Fonte: Rubem César Fernandes, Privado porém público: terceiro setor na América Latina, 2002: 21.

A concepção privada com fins públicos gera muita polêmica, principalmente no que se refere a não gerar lucros e responder às necessidades coletivas, pois ao contrário da empresa privada os bens produzidos devem ser de consumo coletivo. A diferença não fica apenas na distribuição dos lucros e da produção, mas também na organização interna, nas finalidades, nas práticas. O quadro abaixo destaca as principais diferenças entre as empresas privadas e o 3º Setor.

Quadro 2 - Principais diferenças entre a empresa privada e o 3º Setor

Empresa Privada	Organização do Terceiro Setor
1. Visa lucro	1. Sem fins lucrativo
2. Tem dono	2. Sem dono (pode ter fundador)
3. Dirigentes do Conselho remunerados	3. Não remunera dirigentes do Conselho
4. Tem empregados	4. Tem voluntários e empregados
5. Finalidades comerciais	5. Finalidade social
6. Não-filantropica	6. Pode ser filantrópica
7. Patrimônio dividido	7. Patrimônio repassado
8. Venda de bens e serviços no mercado	8. Angaria recursos a fundo perdido
9. Sigilo nos negócios	9. Estratégia da transparência

Fonte: Curso de capacitação profissional para gestão de organização do terceiro setor. 2 e 6/12 de 1996

FGV/EBAP-EAESP In Conjuntura Econômica, janeiro de 1997.

Destacadas as diferenças, resta evidenciar as semelhanças gerais. Assim como as empresas privadas, as iniciativas do 3º Setor são independentes e autogeridas. Há, também, algo em comum com o Estado, ambos devem - pelo menos em discurso - desenvolver uma função coletiva.

Outra diferença está na origem dos recursos. A receita do Mercado advém de lucros acumulados, a do Estado, de impostos compulsórios, enquanto que os serviços prestados pelo 3º Setor são financiados, em sua maior parte,⁴ de doações. Fernandes destaca o lado positivo da essência econômica e a moeda corrente do Setor emergente:

Incluir despesas alheias na minha contabilidade é a expressão econômica da tese moral que alimenta a dinâmica do terceiro setor: importar-se com o outro (vizinhos, marginalizados, estrangeiros distantes, gerações futuras etc.) é a constitutiva da consciência individual. Palavras como gratidão, lealdade, caridade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade, beleza etc. são as moedas correntes que alimentam o patrimônio do Setor. (2002: 24)

Quanto à composição do 3º setor, destacar quem faz parte ou não deste é uma tarefa complicada. Existe polêmica em considerar sindicatos, cooperativas e partidos políticos, como componentes do novo Setor emergente, o que torna complexa a determinação dos limites do 3º Setor. Mas há uma característica que prevalece e precisa ser observada, que será a mesma que norteará o destaque e a classificação das iniciativas mais citadas entre os autores: a **identificação de valores e normas**; peça essencial para a formação, a solidariedade, o senso de comunidade, e a continuidade dos MS.

Vendo o 3º Setor pelo lado positivo, essa característica permite que a diversidade de MS conjuguem para o mesmo sentido. Por causa dela, as iniciativas civis comungam, em essência, para um horizonte comum: o bem estar social. As práticas podem ser diferentes, pois cada iniciativa tem suas particularidades, mas em essência buscam esse horizonte geral, o que é confirmado nas palavras de Fernandes: “problema não está nos fins, mas na estonteante dispersão das iniciativas. Indagar-se sobre isso implica imaginar formas de articulação que sejam eficazes num universo dispersivo.” (2002: 92)

⁴ Os recursos podem advir também da autoprodução, se considerarmos as cooperativas, as oficinas artesanais. Mas o excedente não deve ser acumulado, mas sim investido na melhoria dos serviços oferecidos.

Não é intenção classificar toda a diversidade de MS institucionalizados ou não do 3º Setor, mas destacar os mais abrangentes, classificar as iniciativas mais citadas. Mas, de antemão, alerta-se que as iniciativas destacadas são capazes de desdobrar-se indefinidamente.

Principais Iniciativas componentes do 3º Setor, incluindo as mais polêmicas:

1. MS não institucionalizados (abrange todas as formas de filantropia, auto-ajuda e ajuda mútua)
2. ONGs
3. Associações
4. Fundações
5. Cooperativas
6. Sindicatos
7. Partidos Políticos

Consideramos os MS não institucionalizados a célula embrionária do 3º Setor, dada a sua importância no trabalho. O tópico seguinte será dedicado a sua conceituação específica. Acreditamos que do seu desenvolvimento ressurgem outras iniciativas mais organizadas e estruturadas. Eles seriam o ponto de partida para a institucionalização das iniciativas da sociedade civil organizada.

Associações é uma das categorias institucionalizadas do 3º Setor que mais atrai as iniciativas individuais e voluntárias. É decisão estritamente individual doar tempo para uma associação, sem possibilidade de retorno de qualquer ordem. O que não ocorre nas ONGs que atraem pessoas para o trabalho remunerado.

As fundações estão mais ligadas à filantropia empresarial, práticas pouco desenvolvida até a última década, pois a responsabilidade social das empresas vem crescendo consideravelmente nos anos recentes.

Como foi colocado anteriormente, existe uma polêmica em considerar os sindicatos, as cooperativas e os partidos políticos como instituições do 3º Setor. Os sindicatos, por estarem inseridos no jogo de interesses da reprodução do Capital, mesmo contrapondo, são de suma importância na lógica do sistema produtivo.⁵

As cooperativas são questionadas no que se refere à distribuição do excedente. Há ou não a distribuição do lucro entre os associados? Se assim acontece, a lógica de uma empresa privada não estaria sendo reproduzida? No mínimo favorecendo a realização da produção dos

⁵ Ver a esse respeito: O Capital de Karl Marx.

fornecedores, dos intermediários. De qualquer forma, estariam favorecendo, embora indiretamente, a reprodução da lógica capitalista.

Quanto aos partidos políticos, mesmo aqueles de oposição, estes não apresentariam de nada contraditório ao sistema, pois podem não estar no governo, mas podem ocupar essa posição no futuro.

ONGs nomenclatura da ONU, que tornou-se conhecida a partir dos meados dos anos 80 e até hoje é motivo de debates e questionamentos, principalmente, por se definir pela negação, “não-governamental”, o que leva alguns centros a defini-las como “OPDs” “Organização de Promoção e Desenvolvimento”. É apenas um dos segmentos do 3º Setor, mas é o que demonstra maior peso; talvez pela sua base estrutural e facilidade de comunicação, consiga divulgar os seus serviços e disseminar as práticas do 3º Setor.

O surgimento das ONGs é talvez o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que nos levam a pensar num “terceiro setor”.⁶ Não passam de um pequeno segmento, mas as suas características resumem-se com nitidez na idéia do “privado com funções públicas”. (Fernandes, 2002: 65)

O número de ONGs é tão extenso que estas já apresentam subclassificações. As ONGs, segundo Gohn (2000) podem ser classificadas em: caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs e ambientalistas.

As caritativas, com grande expansão no Brasil, desenvolvem um trabalho assistencialista a minorias como menores de rua, índios etc., principalmente na zona urbana. Coincidência ou não, o crescimento deste tipo de ONG é simultâneo à expansão de seitas e práticas religiosas, promovendo a caridade.

Quanto às desenvolvimentistas, o marco referencia do seu crescimento no Brasil foi a ECO 92, com as reivindicações por um desenvolvimento sustentável. Esta subclassificação é a que mais desenvolve a articulação com redes internacionais.

As cidadãs trabalham em prol dos direitos do cidadão em redes de solidariedade, atuando nas zonas urbana e rural. Correspondem a grupos que representam a população, a Anistia Internacional é um exemplo. Atuam fortemente junto aos canais de comunicação, denunciando, fiscalizando, desmascarando qualquer forma de violência e omissão à cidadania.

⁶ Entende-se nas palavras de Fernandes que o surgimento das ONGs leva à definição do conjunto de MS já existentes, os quais cresceram em número e qualidade, passando a se institucionalizar e assim ganharam personalidade jurídica, tornando-se ONGs. Mas isso não quer dizer que a origem deste conjunto, que vem sendo definido como 3º Setor, surgiu a partir da personificação: ONGs o que a nível nacional torna-se evidente a partir dos anos 90.

As ambientalistas são as que mais aparecem, devido às suas campanhas; lutam pela viabilidade de um desenvolvimento auto-sustentável tanto urbano como rural. Contribuem decisivamente para a mudança da relação homem/ambiente, através de diagnósticos sobre a preservação do ambiente.

A partir da subclassificação, as ONGs destinam seus serviços a vários segmentos da sociedade civil. Fernandes (2002), em estudo sobre o 3º Setor na América Latina destaca os grupos beneficiados pelas ONGs latinas, grupos que reproduzimos no quadro abaixo.

Quadro 3 - Grupos Beneficiários das ONGs
(segundo referência a trabalho, comunidade ou outras referências)

Ref. a trabalho	%	Ref. a comunidade	%	Outras referências	%
Trabalhadores rurais	20,3	Comunidade	32,1	Associações civis	16,21
Trabalhadores	7,5	Crianças e jovens	22,0	Pobres	13,4
Micro-empresas	4,2	Mulheres	15,1	Outros	6,7
Profissionais liberais	2,7	Grupos étnicos	3,0	ONGs	5,0
		Migrantes	2,4		
		Marginalizados	1,7		
		Terceira idade	1,4		

Fonte: Coleção de Diretórios (apud Fernandes, 2002: 75)

Observamos que as ONGs auxiliam outras ONGs e outros grupos sociais. Trabalham face a face, interagem. Fernandes também alista o número de ONGs por país - embora com cautela, chamando atenção para os dados, pois as fontes - Diretórios - apresentam precariedade nas informações, o que se percebe pela falta de informações sobre outras instituições que compõe o Setor. Mas, são informações que ajudam na caracterização das tendências gerais da composição do 3º Setor.

Quadro 4 - ONGs Por País na América Latina
(segundo registro de 32 diretórios)

País	ONGs	Outras	País	ONGs	Outras
Argentina	116	-	Jamaica	23	-
Chile	345	10	Panamá	39	-
Rep. Dominicana	149	-	Santa Lúcia	17	-
El Salvador	68	2	Uruguai	127	-
Honduras	250	-	Brasil	1.010	-
Nicarágua	20	-	Costa Rica	73	-
Peru	401	-	Equador	30	-
Trinidad	36	292	Haiti	74	608
Bolívia	364	20	México	212	5
Colômbia	594	4.842	Paraguai	70	-
Leste do Caribe	55	-	St. Vicent	26	-
Guatemala	194		Outros países	33	
Total de ONGs			4.237		
Total de outras organizações			5.860		

Fonte: Coleção de Diretórios In Fernandes, 2002: 70

Outro dado interessante, a ser observado na tabela acima, é o total de ONGs igual a 4.327, o que corresponde a 42 %, enquanto que outras organizações compõem os outros 58%, o que confirma a composição apresentada neste trabalho: ONGs é apenas um segmento do 3º Setor, que é formado por uma diversidade de MS (institucionalizados ou não), dissimulando a idéia de achar que 3º Setor corresponde apenas a ONGs.

Há generalizações das características no conjunto de iniciativas, como a luta pela dignidade humana, o respeito as diferenças etc., mas também há especificidades, principalmente quando levando em consideração o ambiente no qual o MS está inserido, pois cada comunidade possui costumes, valores, tradições diferentes.

O que se percebe é que o Setor é bem heterogêneo. No quadro abaixo estão expostos alguns tipos de organizações, por categorias jurídicas e por finalidades que as compõem.

Quadro 5 – Brasil: Organizações do Terceiro Setor por categoria jurídica e por finalidade - 1991

Por categoria jurídica	Distribuição percentual
Fundações	5,8
Associações	89,9
Sindicatos de empregadores	1,5
Sindicatos de empregados	2,6
Confederação	1,0
Total	100,0
Por finalidade	
Beneficentes, religiosas e assistências	29,1
Culturais, científicas, educacionais	18,7
Esportivas e recreativas	23,3
Associações, sindicatos e federações de empregadores	2,9
Associações, sindicatos e federações de empregados	4,5
Associações de autônomos e profissionais liberais	1,8
Outros	19,7
Total	100,0

Fonte: Leilah Landim, *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*.

In *Conjuntura Econômica*, janeiro de 1997.

As organizações do Terceiro Setor são registradas no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, devendo antes ter o seu estatuto publicado no Diário Oficial. Geralmente são registradas como associações sem fins lucrativos - organizadas em prol do interesse comum, como ONGs (Organizações Não-Governamentais) - comprometidas com a sociedade organizada e com os movimentos e transformações sociais, mas sem a pretensão de assumir um caráter paternalista ou assistencialista. Outra forma de registro são as Instituições filantrópicas - essas sim possuem um caráter assistencial e de caridade, atendendo um público exterior às mesmas - e por último, as Fundações Privadas - uma categoria essencialmente jurídica, criada através de um instituidor que lhes destina fundos.

Apesar das organizações do Terceiro Setor não terem fins lucrativos e estarem isentas de impostos, elas têm que enviar, anualmente, à Secretária da Receita Federal, uma declaração de isenção do imposto de renda.

Como existe vários pontos de vista sobre a composição do 3º Setor, a caracterização da emergência das iniciativas da sociedade civil será desenvolvida de forma que um aspecto levantado por um autor não nega a forma como outro autor destacou. A pretensão é ver este novo setor como uma pessoa vista de costas, frente, por cima, por baixo, sozinha, em grupo... Acreditando que as diferenças destacadas por cada autor decorrem, justamente, da posição que o 3º Setor é enfocado, que em essência nossa variável possui as mesmas características. Resta-nos agora destacar as principais características das quais partimos para o estudo do 3º Setor:

1. Suprir necessidades coletivas;
2. O poder ou o lucro não constituem razões para a ação;
3. Suas políticas não são compulsórias, influenciam através da persuasão;
4. Práticas altruístas, lutas por interesses alheios, importando com os outros;
5. Afirmação de valores através de ações;⁷
6. Conotações místicas na maioria das ações sociais;
7. Agir com a consciência de um viver em sociedade;
8. Ações pequenas ou localizadas, mas embasadas em um pesar grande, global, “olhando o todo em vez de especializar-se num segmento.”; (Fernandes, 2002: 75)
9. Valoriza a interação entre os segmentos do 3º Setor;
10. lutar objetivos a primeira vista elementares mas indispensáveis à vida em comum.

1.3 Célula embrionária: Movimentos Sociais (MS)

Determinar um conceito para a variável Movimento Social (MS)⁸ é resgatar estudos clássicos e de diversas áreas, pois a mobilização de trabalhadores, por exemplo, faz parte de discussões seculares. Mas nem por isso o conceito deixa de apresentar novidades.

Como o horizonte muda de figura, segundo os parâmetros dos observadores, é preciso definir o que é MS dentro do objetivo do trabalho, situá-lo no tempo e no espaço, destacar suas antigas características, justificar por que são consideradas ultrapassadas, para, só assim,

⁷ São inúmeros os casos reais de pessoas que passam por tragédias, perdas irreparáveis, acidentes etc. e se dispuseram às práticas do 3º Setor.

destacar o que há de novo no conceito de MS. Essa trajetória será desenvolvida neste e nos capítulos seguintes.

De antemão, podemos afirmar que não existe uma conceituação geral e universal para MS. A definição muda de acordo com o enfoque e com paradigma teórico-metodológico que fundamenta a abordagem do autor. O estudo que Ghon (1997) faz sobre as teorias clássicas e contemporâneas dos MS - separando a discussão entre os autores norte americanos, europeus e latino-americanos, conectando-os aos vários paradigmas sobre o assunto e distribuído-os no tempo e no espaço, cada paradigma com seu conceito, categorias, características e classificação - confirma a percepção de que não existe um único conceito sobre os MS, mas vários, definidos no tempo e de acordo com o paradigma enfocado.

A partir de várias análises, a autora apresenta uma longa e densa conceituação que destaca aspectos importantes para o desenvolvimento da caracterização do 3º Setor.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjunta socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações (sic) se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo da sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva⁹ para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial¹⁰ de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados¹¹. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estadual e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das

⁸ Durante o trabalho, usaremos apenas as iniciais, correspondendo tanto a Movimento Social (singular) ou Movimentos Sociais(plural), o que irá diferenciá-los será o artigo.

⁹ Identidade coletiva que contribui para a construção de uma identidade mais ampla, universal, construção fundamentada no espírito de solidariedade, sentimento humanitário, altruísta, os quais são características gerais das ações fragmentadas do 3º Setor.

¹⁰ Base referencial específica que, em essência, reproduz os fundamentos das ações do 3º Setor como um todo.

¹¹ Entendemos como institucionalizado aquele MS reconhecido e registrado como pessoa jurídica, seja na forma de ONG, Associação, Fundação ou Instituição Filantrópica; o não-institucionalizado ficaria na origem do movimento, na criação da identidade, na reunião das pessoas com interesses comuns. Com o desenvolvimento do MS, este poderia se institucionalizar.

transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos¹² que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou políticas-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (Gohn, 1997: 251-252)

Gohn traz a luz aspectos interessantes, alguns já comentados em nota de rodapé, outros discutiremos ao longo do trabalho. Mas, o principal, o qual vai nortear a caracterização dos MS que constituem o 3º Setor, é a estratégia de agir no local, lutando por interesses particulares, mas com um pensar global, fundamentado nos princípios de solidariedade, de bem-estar geral, de altruísmo. Apesar desses princípios nortear a diversidade de MS, há divergências de tendências entre eles, como também conflitos internos. Os MS não são harmoniosos e nem homogêneos. O que chama atenção é:

a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade. A solidariedade é o princípio que costura as diferenças ... (Gohn, 1997: 253)

Em contraponto, há autores que conceituam MS de forma mais restrita, definindo-os como:

interação mantida entre pessoas com poder e outras carentes de poder e são um contínuo desafio para os detentores do poder em nome de uma população cujos interlocutores a declaram estar sofrendo injustamente danos ou estar ameaçada por eles.¹³

Definição que considera, apenas, a ótica de dominação-subordinação. Esta dualidade não envolve a diversidade de ações do 3º Setor, exclui as ações contracorrentes dentro do campo de poder, dentro das elites. Os MS não se concentram apenas nas relações de dominação-subordinação. Sendo assim, a definição acima não abrange a totalidade de ações do 3º Setor.

Mas, afinal o que caracteriza os MS no enfoque deste trabalho? A própria morfologia das palavras na expressão: Movimentos, no sentido de mutantes, instáveis, e Sociais, por se

¹² É interessante esclarecer que os projetos políticos aos quais a autora se refere possuem um caráter não partidário, mas se desenvolvem com as forças sociais da sociedade civil.

¹³ Charles Tilly; Doug Mcadam; S. Tarrow. 1996. "The Map Contentions", in *Mobilizations*, vol. 1, n. 1. Pp. 17-34 apud Gohn 1997: 244.

afastarem do Estado. Quando a expressão é empregada na forma plural, mesmo sem o “s”, corresponde a sua natureza múltipla.

Pelo exposto até o momento, já se percebe, de forma geral, a origem dos MS que formam o 3º Setor: o descontentamento com a ordem vigente. Essa seria a *precondição* para a sua formação. Mas, para a ação de um grupo caracterizar um MS, é preciso apresentar alguns critérios essenciais: consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade, integração a outros modelos específicos, compromissos coletivos, idéias constitutivas ou ideologias (claro que todos os critérios não são apresentados por um único MS, há diferença em grau e número). Daí por diante, o crescimento e a propagação do MS ocorreriam com a identificação de outros indivíduos insatisfeitos sob um processo de comunicação feito através de contatos, difusão das idéias, rumores, buscando sempre uma consciência maior.

Essa definição não foge às “tentativas coletivas de grupos na defesa de posições que não estão estabelecidas em procedimentos institucionalizados pelo sistema dominante.” (Gohn, 1997: 114). Blumer, autor clássico norte americano, citado por Ghon (1997), estuda os MS a partir das carências sociais, percebendo-os como empreendimentos coletivos em prol de uma nova ordem de vida. Suas ações nascem de uma situação de inquietação social, da insatisfação com a vida atual, do desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida.

Blumer faz a classificação dos MS¹⁴ em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. Classificação que pode ser vista perfeitamente nos atuais MS.

Os movimentos genéricos teriam como principal características a indicação de direção e serviriam como exemplos para quebrar resistências. Em seus começos seriam vagos, de baixo impacto, com objetivo pouco definido, possuindo uma certa desorganização. Um exemplo seria o início dos movimentos de jovens, pela paz e pela emancipação da mulher. A perspectiva desse tipo de MS seria mudanças graduais e persuasivas nos valores das pessoas, procurando influenciar na forma como elas se enxergam. Desse modo, sua atuação se restringia ao plano individual e psicológico.

Os movimentos genéricos dariam origem aos movimentos específicos, que, ao contrário dos genéricos, teriam objetivos e metas bem definidas, corresponderiam a uma forma mais desenvolvida dos anteriores, alcançando a concretização das motivações,

¹⁴ Vale destacar que essa classificação foi feita no início do século; naquela época o autor já direcionava atenção à atuação da sociedade civil, mas o tempo não invalida a classificação, importante se vista como fases da evolução dos atuais MS.

descontentamentos, desejos e esperanças despertados pelos primeiros. Outra diferença seria a organização; os específicos já teriam uma estrutura definida, com valores, filosofia e regras, além de uma liderança conhecida.

Blumer faz uma subclassificação dos movimentos específicos em revolucionários e reformistas. Os reformistas buscam mudanças em pontos específicos e, também, persuadir a opinião pública. Já os revolucionários buscam a reconstrução inteira da ordem social. (apud Gohn, 1997)

Os movimentos reformistas podem ser chamados também de movimentos libertários ou emancipatórios, correspondem às lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos. Têm reivindicações específicas como é o caso das reivindicações dos índios, negros, mulheres, minorias etc.

Quanto aos MS expressivos, estes estão a margem dos dois últimos (genéricos e específicos), diferem em objetivo, pois não visam mudanças, apenas divulgar uma tipo de comportamento expressivo, o que Blumer define como: movimentos da moda, que se concretizam com o tempo, interferindo na personalidade e caráter dos indivíduos. Atuam nas áreas de literatura, filosofia, artes, incluindo ainda os MS religiosos, cuja interferência atua apenas no comportamento dos seus membros.

Tarrow¹⁵ foi um autor pouco conhecido no Brasil antes da década de 90, mas possui um longo trajeto nos estudos sobre os MS, analisando-os com uma visão cíclica e evolutiva, baseada na moral e na cultura política de resistência. Em conjunto com Klandermans, Tarrow utiliza a mudança estrutural como transformadora da ação coletiva; afirma que a vida e o sucesso de um MS dependerão da sua postura política assumida, das suas articulações ou alianças; sem esquecer da relevância dada aos recursos disponíveis para as ações efetivas.

Segundo Tarrow, os MS podem ser conceituados como desafios coletivos assumidos por pessoas em um processo de interação entre elites, autoridades e opositores; parece contraditório, mas todos nesse processo estão solidários em prol de um propósito comum.

A realização desse propósito comum dependerá, também, da consciência de classe. Tarrow resgata a categoria de consciência de classe dos trabalhadores, com um viés leninista de partido revolucionário, para demonstrar a importância de “intelectuais orgânicos” (inseridos dentro do movimento, militantes) no desenvolvimento do MS. E na realidade atual percebe-se que MS ganharam mais consciência e organização com um intelectual orgânico.

¹⁵ Apud Gohn, 1997: 101.

Essa consciência de classe já é definida por Snow e Benford¹⁶ como estruturas psíquicas individuais remetidas às experiências como: injustiças (corresponde à indignação moral expressa em forma de consciência política), identidade (definição do nós em relação ao *status quo*, na maioria das vezes de oposição) e gerenciamento (refere-se ao grau de conscientização da coletividade para mudar condições de vida ou políticas), estruturas psíquicas essenciais para interpretação do mundo e para a continuidade do MS.

Para Anthony Oberschall,¹⁷ os MS surgem

como uma reação às mudanças ou às novas políticas que afetam negativamente os interesses ou o modo de vida de muitas pessoas. (...) Portanto, os movimentos não surgem como resultado de acontecimentos abruptos ou dramáticos, mas devido ao aumento de experiências tidas como injustiças e desiguais; e podem ser estimulados por indivíduos que aumentam sua capacidade para agir coletivamente. (Gohn 63 1997)

Há melhor situação de injustiça e desigualdade do que a atual condição do mercado de trabalho brasileiro e suas conseqüências? Oberschall se preocupa com o estudo das causas que dão origem às mobilizações. Gohn traz a visão sociológica que o autor utiliza para analisar as iniciativas da sociedade civil, percebendo-as

como um resultado de adaptações às inovações tecnológicas, forças econômicas e mudanças populacionais; estuda ainda os esforços coletivos propositivos para formar ou alterar as instituições existentes em função das necessidades e aspirações humanas, conclui que as reformas são realizadas devido às pressões dos movimentos sociais. (Gohn, 1997: 61)

A citação acima demonstra a importância dos MS na definição de políticas públicas, nas práticas e comportamentos das instituições atuais. Segundo a análise de Oberschall “o comportamento coletivo e os movimentos sociais têm moldado as instituições contemporâneas e provavelmente continuarão a fazer isto no tempo futuro.” Percebemos a tendência e a importância das instituições do 3º Setor. (apud Gohn, 1997)

Outro aspecto interessante para o qual Oberschall chama atenção é para a diferenciação entre MS e comportamento coletivo. Este último refere-se a um comportamento da multidão como as passeatas, piquetes, concentrações públicas, manifestações coletivas em prol de direitos constitucionais etc.; são fatos eventuais, que durante sua manifestação atraem apoio, condenação, comentários. Os MS são diferentes, pois buscam mudança ou resistência, alterando a vida das pessoas.

¹⁶ Ibidem..

Smelser¹⁸ formula explicações globais sobre comportamentos coletivos, como parâmetros para entender a institucionalização dos MS, e o seu papel nos processos de mudança social mais geral. Utilizou os mitos, as ideologias e o potencial de violência da sociedade como laboratórios dormentes, que um dia virão a tona.

Para Touraine,¹⁹ os MS são frutos de uma vontade coletiva, a partir do momento que se enxergam como agentes da liberdade, da igualdade, da justiça social, da independência em sociedades caracterizadas por preconceitos e privilégios.

É importante destacar a conjuntura internacional dos anos 50, enfocando a Guerra Fria, pois esta deu origem a MS com fortes ideologias, que por sua vez criam um cenário para discussões sobre a desarticulação da sociedade diante das inovações industriais (discutidas nos sindicatos), e do comportamento das massas, instigando discussões políticas. O que nos leva a acreditar que na origem do MS sempre existe um paradigma ideológico externo ao MS, que vai formar sua base, servindo de alicerce, estimulando-o em sua atuação.

O objetivo de conceituar e destacar a origem dos MS, sob o ponto de vista de diversos autores, é a criação de um esqueleto dos MS contemporâneos, percebendo a natureza social e não individual dos NMS; individual no sentido de particularidades de cada mobilização. O que interessa é a ação em seu conjunto, enquanto constituinte do 3º Setor.

O interesse é partir de uma conceituação e origem adequadas aos atuais comportamentos coletivos, característicos de períodos de inquietude social, de incerteza, de impulsos reprimidos, de ações frustradas, de mal-estar, de desconforto. Momentos em que hábitos, costumes, posturas utilizadas durante muito tempo para solucionar problemas não são mais viáveis. Formas de controle social, econômico e político não estão demonstrando o mesmo resultado na atual conjuntura.

1. 4 - Origem histórica do 3º Setor

Até o momento, nesta primeira parte do trabalho, foi exposta a metodologia, definido a variável principal e ampla: 3º Setor e sua célula embrionária: os MS. Este item será dedicado ao

¹⁷ Op. cit.

¹⁸ Op. cit.

¹⁹ Touraine, 1978 apud Gohn, 1997: 145

destaque no tempo e no espaço dessa célula embrionária. Destacaremos antigas ações sociais que seguiam a essência das práticas desenvolvidas pelo atual 3º Setor

Tilly²⁰ faz um estudo evolucionar das ações coletivas, comparando-as em diferentes períodos históricos. Destaca este tipo de ação desde o século XVIII; neste período começaram as greves, as invasões, os protestos nas ruas e encenações culturais. Simultaneamente, e em contrapartida, para sufocar este tipo de ação coletiva, foram produzidos os processos jurídicos: as condenações e deliberações sobre os atos de rebeldia.

Já no século XX, a partir dos anos 60, na realidade norte americana, autores clássicos como Cohen/Arato²¹ analisaram os MS em ciclos evolutivos e com a idéia de anomia social centrada em reações psicológicas. Psicológicas porque a adesão voluntária aos MS ocorriam como respostas rápidas às mudanças e desorganizações sociais da ordem vigente. Adesão feita de forma cega e irracional por indivíduos desorientados pelo processo de mudança, principalmente mudança na técnica do processo industrial. De acordo com o consenso que deveria existir dentro da sociedade civil, qualquer ação coletiva extra-institucional era vista como antidemocrática e ameaçadora.

No Brasil, essa percepção retrata as ações coletivas motivadas por fortes crenças ideológicas que predominaram no final da década de 70 e durante a década de 80, principalmente, durante o regime militar, época em que a ideologia possuía um papel essencial na permanência e desenvolvimento do movimento.

Até 70, os estudos sobre as ações coletivas estavam baseados na corrente marxista. A partir dos anos 80, prenderam-se na abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Para continuar o nosso estudo, torna-se interessante destacar a conjuntura a partir da qual os MS começam. Não pretendemos discutir os fatos históricos por inteiro, mas destacar principalmente as décadas de 70 e 80, marco de origem e transformações das ações sociais no Brasil. Transformação, porque para algumas já significa a fase de articulação e crescimento.

As ações e doações sociais são clássicas, não são dos dias atuais. Muitas associações vivem do trabalho voluntário e de doações privados há séculos. Ações voltadas para os excluídos sempre existiram, principalmente canalizadas por organizações religiosas, mas nunca foram tão intensivas quanto agora.

Da colonização até o início do século XX, restringira-se a atuação da Igreja Católica a práticas de prestação de serviços, assistências nos asilos, orfanatos, santa casa de misericórdia

²⁰ Apud Gohn, 1997.

²¹ Ibidem.

(casa de saúde) e colégios católicos, definidas como associações voluntárias. A partir de 1930, tomaram características públicas.

O governo Getúlio Vargas promulgou, através de lei, que as organizações sem fins lucrativos seriam de utilidade pública e estariam aptas a receber recursos governamentais. No regime militar, essas instituições de caráter filantrópico e assistencial, juntaram-se com as organizações comunitárias, associações de moradores de bairros, sindicatos, ou seja, com os chamados movimentos sociais (MS). A partir desse momento, tornam-se porta-vozes de problemas locais, denunciando as situações de extrema injustiça e desigualdade, que naquele momento se agravavam no país. Percebe-se que as “organizações e movimentos étnicos e racionais estruturaram-se ao redor de algumas Igrejas. Desse modo, destaca-se não apenas a demanda mas a estrutura de suporte dos movimentos.”(Gohn, 1997: 60)

A era do regime militar no Brasil, período de acelerado crescimento econômico, mas com controles sociais, cassação da liberdade individual, arrocho salarial, aumento da tecnocracia do Estado etc., formou um cenário favorável às lutas sociais, que também foram suprimidas. É interessante deixar claro que os MS que predominaram na era militar no Brasil eram os de resistência ao dismantelamento da força de trabalho e pela redemocratização do país.

Na década de 70, começaram a ser vistos os resultados do Concílio Vaticano II. Brota um novo tipo de ativismo, movimento inspirado na Teologia da libertação, que tinha como principal representante em nível nacional Leonardo Boff. Através dos agentes pastorais, as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) “rompem a inércia das estruturas tradicionais”, e colocam as pessoas para falar em qualquer espaço. O importante era reunir e, a partir do conhecimento da comunidade, transformar. Segundo Fernandes, a Teologia da Libertação: “difundiu nos meios católicos a crença genuína de que se as pessoas pensarem juntas serão capazes de transformar a si próprias, a Igreja e o mundo.” (Fernandes, 2002: 39).

É no período de 70/80, sob essa influência da Igreja, que as associações de moradores multiplicam-se. “Numa visão retrospectiva, percebe-se que a Teologia da libertação exerceu uma influência pacificadora em meio a circunstâncias de extrema violência”. (Fernandes, 2002: 45)

As associações eram legais e representativas, exerciam a função de mediadoras entre o local e o governo. Com a idéias de que é possível se desenvolver por si mesmo, valorizando a autonomia, tornaram-se parceiras de iniciativas que atuavam mais amplamente fora da esfera do Estado, mas agiam sempre em pequena escala.

As forças sócias, que estavam sufocadas naquela década, hoje nos saltam aos olhos, correspondem as ações do 3º Setor. Mas, na época, mesmo com a combinação do autoritarismo do regime militar, com o milagre econômico, com seu progresso material, a ação generosa, romântica e voluntarista da juventude, os MS eram sufocados. Havia mobilizações de jovens estimulados por figuras como Guevara em prol de um desenvolvimento justo, que preservasse a liberdade.

A tradição filantrópica muda a partir dos meados dos anos 80, depois do chamado milagre econômico brasileiro, com a redemocratização do país e um panorama internacional – marcado pela já declarada falência do programa de bem-estar norte-americano, baseados no princípios keynesianos. A partir daí as ações coletivas entram no seu quarto período, e começam a ganhar a cara de um conjunto: 3º Setor. Assuntos como cidadania, direitos fundamentais e o bem comum da comunidade, tornaram-se prioritários na atuação das instituições privadas sem fins lucrativos, dinâmica que se acentua principalmente nos anos 90.

Nos anos 80 muitos MS institucionalizaram-se. As ONGs surgem ou são estimulados por vários segmentos que Fernandes destaca a seguir:

A primeira geração de ONGs na América Latina surgiu, via de regra, como uma solução ad hoc para uma falta de opções, que se imaginava ser conjuntural no sistema institucional existente – centros de pesquisa que se formavam à margem de universidades submetidas a pressões do Estado autoritário, núcleos de educação popular paralelos ao sistema escolar oficial, grupos de apoio a movimentos sociais emergentes sem conexões com os organismos políticos legais etc. Não se imaginava que estas iniciativas fossem destinadas a uma longa duração. Não se supunha que se justificassem enquanto tais. (...) No entanto, à medida que os constrangimentos originais foram sendo suspensos ao longo dos anos 80²², os fundadores encontraram razões para se firmar, positivamente, como quadros de ONGs. (Fernandes, 2002: 66)

A versão que domina sobre sua origem e expansão está associada à crise do *welfare states*. Esse Setor tomou para si obrigações que o Estado vinha deixando de cumprir. Para a autora, o 3º Setor sempre esteve presente na história do Brasil, principalmente com as “Diretas Já”. O rito eleitoral desperta o personagem do cidadão, o individualismo democrático. Enquanto o período autoritário nos trouxe o gosto pela comunidade e pelos movimentos locais, a democratização abriu os horizontes para a presença participativa dos indivíduos-cidadãos.

²² Acontecendo o processo de redemocratização.

Nos anos 80, aparece outra vestimenta na conjuntura do processo de democratização, em vez de crescimento econômico, temos a chamada “década perdida”; vários outros problemas sociais aparecem: tráfico, meninos de rua, devastação ecológica; no campo político: corrupção; na economia: inflação, aumento da dívida público etc. As ações coletivas voltam-se para esses problemas sociais:

Até os meados dos anos 80 (início do regime democrático), o que chamamos de antigos MS eram definidos como sintomas de descontentamento dos indivíduos com a ordem vigente e um dos seus objetivos principais seria a mudança dessa ordem. A partir da década de 80 são incorporados novos tipos de mobilizações: os movimentos de mulheres, consumidores, indígenas, e a clássica associação profissional: os sindicatos decorrentes da estrutural divisão do trabalho, que aos poucos transformam suas estratégias radicais de mobilizações.

A redemocratização, a mudança na conjuntura política e econômica, começam a levantar questões sobre o caráter dos novos Movimentos Sociais Urbanos (MSU), como o das mulheres, os ecológicos, de negros, índios etc., lutas antigas que ressurgiam ganhando expressão. São desenvolvidas a partir de então interações positivas com o Estado e o Mercado. Assim,

em tempos de grandes perigos, quando os mecanismos regulares e os automatismos já não se sustentam por si mesmos, é à vontade e à consciência que as sociedades humanas dirigem as suas inquietações. (Fernandes, 2002: 143)

Segundo Fernandes, o período dos governos militares no Brasil foi palco para a reprodução de termos e práticas da Guerra Fria, o autoritarismo com traços de anticomunismo. Em decorrência dessa conjuntura, os MS que predominaram naquela época reproduziam práticas radicais, embora que diversos e urbanos, reproduziam a luta de classes e demais categorias da teoria marxistas:

os movimentos sociais tenderam à lógica de contestação radical, incorporando-se de algum modo à linguagem ideológica das esquerdas. Apesar da ausência de estruturas verticais que os integrasse, a retórica dos movimentos atualizava a expectativa de uma união a ser alcançada no futuro. (...) Ainda que diversos, os movimentos seriam predominantemente “populares”²³, características que os situaria numa dinâmica histórica orientada pela luta de classes. Esta idéia foi desenvolvida com substância por intelectuais de inspiração marxista. Autores como Castells (1975), Lojkini

²³ Adjetivo atribuído para singularizar os movimentos (na sua maioria urbanos) que expressavam o local. As expectativas e promessas de uma revolução vão deixando aos poucos o nível global. As manifestações são feitas por “uma variedade de sujeitos sociais singulares”.

(1977), Borja (1971), Weffort (1968), Torainc (1978) chamaram atenção para a novidade sociológica dos movimentos, situando-os, por um lado, num quadro geral de impasses estruturais do capitalismo. A urbanização e a expansão do consumo eram demandas por bens coletivos e individuais que o sistema não é capaz de saciar. A multiplicação dos movimentos muda as características dos conflitos, mas evidenciam, por outro lado, a incapacidade do mercado para assimilar as demandas por ele mesmo estimuladas. Com o tempo as pesquisas e os debates teóricos evoluíram em outras direções, mas as lideranças dos movimentos continuaram, via de regra, a ser orientadas pela imagem trágico-apocalíptica de Marx, de um sistema que se comporta como o covreiro que cava a própria cova, fazer a “educação popular”, “conscientizar as bases”, das muitas maneiras e formas propiciadas pelas circunstâncias, fazia um sistema maior como preparação para o *day after* de um sistema que parecia condenado ao colapso. Proliferado pelas urgências e interstícios de um regime ditatorial, os movimentos continuaram a cultivar a expectativa da revolução. (Fernandes, 2002: 62-63)

Extensa a citação, mas essencial, pois fortalece colocações anteriormente expostas: o despertar da consciência com a ajuda da Igreja e das práticas de mobilizações radicais que predominaram na época do regime militar. A citação também enfatiza a diversidade de MS, o fio de ligação dessas ações com a teoria marxista, enfim situa a origem das atuais práticas do atual 3º Setor.

Os antigos MS eram a forma de sustentação, a origem de uma consciência maior. Correspondem ao período de formação, por isso necessitavam da presença de líderes bem formados, que estimulassem a mudança da ordem através dos seus próprios exemplos, experiências próprias de vida. Nesse momento, contavam com a classe média e com a presença de intelectuais, que se excluíam voluntariamente das elites, fato essencial para a construção da consciência maior, para a mudança que seria promovida pela cooperação voluntária, pela integração grupal.

O que é bem evidente nas observação quanto às características dos MS que predominaram no Brasil antes da década de 90 é a sua relação com a Igreja Católica, como já foi colocado anteriormente tendo como reforço as palavras de Ghon:

Observamos que estes pressupostos estiveram bastante vivos e presentes nas concepções sobre a mudança social preconizadas pelos movimentos sociais populares nos anos 70 e parte dos 80, que seguiram a direção da Teologia da Libertação, da Igreja Católica da América Latina. (GHON, pg. 28 1997)

Nos anos 80 a temática da participação social começa a ser um ponto na pauta da agenda política das elites políticas, denotando dois fenômenos: de um lado, a crise de

governabilidade das estruturas de poder do Estado, desgastadas e deslegitimadas pelo autoritarismo; de outro, a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais – novos ou velhos – e a conquista de espaços institucionais como interlocutores válidos. (Gohn, 1997: 310)

Enfim, podemos destacar as principais características dos MS e fatos relacionados, que predominaram antes da década de 90 no Brasil, como:

1. Ênfase no pensar junto;
2. Ênfase no trabalho local, através das CEBs;
3. Integração horizontal, nas ações locais no MS;
4. Os mecanismos de integração vertical (Fernandes destaca como verticais os partidos, as lideranças populares e os grandes sindicatos), diante do Estado autoritário, perdiam a credibilidade ou enfraqueciam;
5. Os movimentos mais dinâmicos mantinham-se à distância do governo; cooperar com o governo estava fora de cogitação;
6. Existia a cooperação entre as ONGs (MS institucionalizados) com os MS informais;
7. Durante o regime militar os MS não eram vistos como ameaçadores por que eram vistos de cima.

Essas características foram aos poucos mudando a partir de meados do anos 80. A insegurança pairava em todos os setores, a economia estava fragilizada pelos fracassos de diversos planos econômicos, havia a espiral inflacionária, ajustes e cortes no orçamento do governos para o lado social, e deterioração do serviço público, favorecendo a sua inércia. Talvez todos esses fatos tenham levado os MS nacionais a buscar ajuda a agências internacionais, a buscar alternativas autônomas, a ajuda mútua, a iniciativa própria. A própria conjuntura dos anos 80 obriga a sociedade civil a buscar soluções para problemas como o desemprego e para suas conseqüências: a pobreza e a miséria.

Essa busca inicia o período mais dinâmico dos MS. A princípio, mantiveram-se à distância da cooperação do Governo, manifestando-se contra suas ações. Essa postura estabeleceu uma interação entre o circuito não-governamental; a cooperação aconteceu mais entre os microprojetos locais e campanhas de escala internacional do que com macroprojetos governamentais nacionais.

Parte II – Marco teórico

2. DISCUSSÃO ACADÊMICA SOBRE AS AÇÕES DO 3º SETOR

2.1 O Positivo e negativo dos NMS nas referências teóricas

2.1.1 A teoria da Mobilização Política (MP) e a teoria da

Mobilização de Recursos (MR)

2.2 Descrédito da Teoria Marxista

2. DISCUSSÃO ACADÊMICA SOBRE AS AÇÕES DO 3º SETOR

2.1 O Positivo e negativo dos NMS nas referências teóricas

Na atual conjuntura, diante das altas taxas de desemprego o discurso de combate à pobreza e à miséria tornou-se constante. O espaço para a figura do operário, diante da reengenharia do processo produtivo, diminuiu, como também para os antigos MS que predominaram nas décadas 70/80 no Brasil – já que a atual posição do Estado precisa de MS integrados e organizados estruturalmente para proporcionar uma nova dinâmica ao Sistema. Por isso, as ONGs ganharam tanta importância, relevância foi dada a sua capacidade de estabelecer parcerias com órgãos públicos, privados e outras ONGs estruturadas em nível internacional, os quais as estimulam a seguir o caminho da institucionalização.

O 3º Setor é um espaço para a atuação de vários atores sociais²⁴, para a atuação de microorganizações. É solo fértil para a multiplicação das identidades coletivas (frente a dilemas, como as discriminações de todas as ordens: de raça, cor, faixa etária), traz a tona uma “sensibilidade expressiva”, o apelo a tolerância diante dos múltiplos pontos de vista presentes na realidade social. A denúncia das discriminações “pressupunha uma afirmação sistemática da igualdade como valor.”(Fernandes, 2002: 48)

As idéias da igualdade sistêmica seriam construídas por um sujeito moderno, mas fundamentado em paradigmas clássicos, que se articulam com o Estado e com o Mercado, aceita normas e leis a fim de fortalecimento e reconhecimento.

Um sujeito que pleiteia a sua autonomia é tipicamente moderno e se articula, na tradição democrática, com a idéia de uma igualdade de direitos. Em princípio, reza o credo universalizado pelo iluminismo: os sujeitos são iguais perante a lei. E vice-versa, para pleitear direitos diante da lei é preciso se afirmar e ser reconhecido como sujeito em pleno gozo da sua autonomia. (Fernandes, 2002: 49)

O 3º Setor é moderno, mas, ao mesmo tempo, clássico e comum viés romântico, nele antigas tradições são resgatadas, mas “transfiguradas nas marcas de uma identidade coletiva”. (Fernandes, 2002: 50)

²⁴ Percebemos uma variação na definição dos autores quando estes procuram dar nomes as pessoas que atuam no 3º Setor. Alguns as definem como sujeitos – principalmente aqueles autores que acreditam no poder de transformação estrutural das iniciativas da sociedade civil; outros, que desmistificam essas iniciativas, definem as pessoas como atores que interpretam o enredo do sistema.

O interessante na discussão do 3º Setor é a complexidade, o que instiga a pesquisa. O tema reúne categorias extremas, junta opostos, coloca no mesmo conjunto os contraditórios, dinamiza categorias, empregando-as diferente da forma que até então eram empregadas.

Como Fernandes destaca, o 3º Setor:

não nega o “popular” mas o inclui e o ultrapassa. Não nega tampouco a luta de classes, mas desloca-a da posição central e estruturante que ocupava no pensamento anterior. Abre o discurso para uma variedade de temas e de dinâmicas com as quais se quer manter uma afinidade de relações, ainda que o seu somatório não seja claramente enunciado. O que se perde na visão de conjunto é compensado pela atualidade das palavras que se quer valorizar. (Fernandes, 2002: 102)

Atualmente as iniciativas das instituições do 3º Setor fazem parte de uma realidade social, na qual as relações entre os atuais atores sociais (Estado, Capital e cidadãos participativos) ainda não estão cristalizadas em estruturas. Esta cristalização pode estar começando a acontecer com a criação de uma legislação direcionada às Organizações Sociais Civil de Interesse Público (OSCIP), a Lei n.º 167 9.790/99; bem como com o aumento de trabalhos científicos, envolvendo o tema, e das práticas de responsabilidade social desenvolvidas pela grandes empresas. Diante dessa realidade surgem questões. Será que o 3º Setor significaria um reforço funcional para o sistema existente? Será que a articulação das ações civis não estarão propensas a vestir uma roupagem agradável ao Estado e ao Capital?

Os fatos a partir dos quais podemos compreender o 3º Setor agora é que estão se manifestando, é preciso proporcionar-lhes espaço, tempo e atenção acadêmica para que possam expandir-se, como Fernandes coloca “expandir-se para além dos pequenos testemunhos de boas intenções e fazer a diferença.”

As ações do 3º Setor, difundidas socialmente, são capazes de levantar e derrubar barreiras, transformar o cenário ao redor. O pensamento que acompanha as atuais iniciativas da sociedade civil é o da própria vida em sociedade, a considerar-se parte de um conjunto maior; daí surge a necessidade e desejo de uma maior participação política.

Neste capítulo, serão destacadas as principais referências teóricas às quais tivemos acesso e que explicam este fenômeno. Estudo feito sem muito aprofundamento, pois não bebemos nas fontes principais, utilizando como principais referências bibliográfica as obras de Gohn, nas quais a autora faz um resgate das ideologias que fundamentam os MS clássicos até os NMS.

O objetivo é mostrar os dois lados da moeda, destacar as duas posições do marco teórico. Trataremos dos autores que vêem o 3º Setor como o salvador da pátria, aquele que

veio para, no mínimo, amenizar o sofrimento dos excluídos, marginalizados, explorados do Sistema, e aqueles que procuram desmistificar a pureza do 3º Setor questionando, será mesmo um salvador ou mais uma estratégia do Capital para garantir sua reprodução?

O objetivo é perceber se o 3º Setor é todo feito de ações angelicais. Se fosse assim, como ficaria a sua terceira característica, destacada anteriormente, na qual as suas políticas não são compulsórias e sim, persuasivas, lembrando que “a persuasão gera coerções morais e ideológicas cujo poderio sobre os indivíduos não há de ser subestimado”.

Esses movimentos estão crescendo em número e qualidade, e na mesma medida transitam dentro das estruturas capitalistas, criticando-as e propondo novas formas de organização política, econômica e social, o que leva autores como Habermas a defini-los como “lumes indicadores da mudança social; já Melucci os conceitua como “lentes por intermédio das quais problemas mais gerais podem ser abordados”. (apud Gohn 1997: 12)

Por que só agora foi dada atenção aos apelos dos antigos MS. Hoje as reivindicações são destacadas até mesmo pelo grande Capital, como revelam as palavras do presidente mundial da Shell:

fomos de certo modo lentos em compreender que esses grupos estavam tendendo a adquirir poder. Subestimamos a extensão dessas mudanças – não nos empenhamos em um diálogo sério com esses novos grupos. Em termos simples, as instituições da sociedade global estão sendo reinventadas à medida que a tecnologia redefine relacionamentos entre indivíduos e organizações.²⁵

O atual nível tecnológico alcançado pelo sistema traz consequências e proporciona mudanças em vários estratos, exige iniciativas do Estado, do Capital e agora mais do que nunca da sociedade civil organizada, todos juntos atuando para a retomada do crescimento econômico. Segundo Gohn:

o padrão de desenvolvimento que se instaura legitima a exclusão como forma de integração. Passa a ser exclusão integradora, modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico com a redefinição de atores sociopolíticos em cena. (Gohn, 1997: 297)

Diante dessa conjuntura, cria-se uma teoria da ação social, que defende com grande força o voluntariado, se contrapõe às estruturas macro, procurando reavivar a força do micro, do indivíduo, enfatizando sua autonomia e independência. Essa autonomia é fundamentada nas teorias-metodologias de Nietzsche, nos seus estudos sobre a valorização da vida como

²⁵ Shell: Profits and Principles. Londres: Shell, 1998 apud Giddens, 2002: 59.

critério de construção de um novo tempo.²⁶ A abordagem no individualismo possui um caráter filosófico e a-histórico como enfatiza Alexander:

‘as teorias individuais são atraentes por que preservam a liberdade individual de modo aberto, explícito e persistente. Seus postulados a priori supõem a integridade do indivíduo racional ou moral, e a capacidade que o ator tem de agir livremente contra sua posição definida em termos materiais ou culturais. Essa convergência natural entre o discurso ideológico e o explicativo faz do individualismo uma corrente poderosa no pensamento moderno.’²⁷

Aí se justifica a defesa de autores como Offe, que vê os NMS como uma possibilidade de mudança estrutural. A partir de Offe Gohn percebe as lutas dos NMS: “não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem.”(Gohn, 1997: 146)

Scher-Warren (1987) já nos chama atenção para as ideologias autônomas, para a nova consciência de classe e sua nova atuação. Para ela, a “a manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classes”. Algo que favorece a associação de sujeitos, grupos em prol de melhores condições de vida.

Pela complexidade que envolve os NMS aparece várias interpretações, sob diversas linhas de pensamento, revelando um caminho interessante que nos faz compreender a produção científica sobre os NMS. Diante de um momento de crise, aparecem dúvidas nos paradigmas contemporâneos, ocorrendo uma volta à filosofia para debater os seus fundamentos, na tentativa de situar os contextos e as afirmações dos autores e sujeitos que estão inseridos no estudo, só assim os discursos ganham relevância.

A abordagem dos NMS foge da racionalidade estrutural vigente, defendendo a não-racionalidade; baseando-se nos sentimentos e emoções, evidencia a ação social sob os fundamentos do iluminismo, inspirada no romantismo, complementando-se com o existencialismo, no qual a moral tem relevância e ainda se contrapõe ao utilitarismo.

Diante dos vários enfoques classificaremos as principais teorias que agrupam os NMS e os autores que se dedicam ao estudo das variáveis que o 3º Setor envolve, procurando destacar as interpretação mais relevantes.

²⁶ F. Nietzsche. In Roberto Machado. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro, Rocco. Apud Gohn, 1997: 135.

²⁷ J. Alexander. *O novo movimento teórico: o macro e o micro*, in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 17. São Paulo, CEBRAP. Apud Gohn, 1997: 135.

2.1.1 A teoria da Mobilização Política (MP) e a teoria da Mobilização de Recursos (MR)

A Mobilização Política (MP), teoria europeia, destaca a estrutura política como questão-chave. Deixa de lado a problemática das classes sociais, utilizando os elementos da teoria marxista de forma despolitizada, sem interesses políticos ou forças sociais, fundamenta seus conceitos na psicologia social, com um enfoque funcionalista, defendendo que existe uma contexto político favorável às mobilizações.

Esta teoria prioriza as oportunidades políticas e institucional e as condições estruturais que criam as privações, a partir daí evidencia as reivindicações e privações culturais como frutos das conjunturas atuais.

Nos anos 60, devido às transformações políticas na sociedade norte-americana, surge uma nova corrente interpretativa sobre os MS, centrada na teoria da Mobilização de Recursos (MR), a qual rejeita a origem dos MS no ressentimento de grupos coletivos, nas condições conjunturais de privação material e cultural e no surgimento e fortalecimento dos MS centrado na análise psicossocial dos autores clássicos.

A teoria explica a origem dos MS a partir do descontentamento, quebra de normas. As estruturas de privações tornam-se insuficientes para explicar o comportamento dos MS institucionalizados ou novos MS.

Predominou inicialmente no EUA, enfocando os MS no âmbito individual e organizacional; sob o ponto de vista desta teoria os MS são grupos de interesses, organizações institucionalizadas.

Esta teoria não considera as novas formas de intervenção política, o papel dos partidos e conflitos ideológicos, exclui, também, a problemática das relações de classe sociais, o sistema de dominação e as formas de reprodução do capital e da força de trabalho. A teoria se limita às observações empíricas, aos recursos materiais. Não existe na discussão o campo social e político. Desconhecem as lutas anteriores, o papel do Estado, o papel da cultura.

A MR é talvez a única escola que estuda os MS sobre a abordagem econômica e não-marxista. Enfatiza os recursos: humanos, financeiros e infra-estruturais. Acreditando que os MS surgiram quando os recursos tornaram-se viáveis. A ênfase da teoria é economicista, centrada na lógica racional de interação entre indivíduos em busca de objetivos, com base na teoria do utilitarismo, defende que os MS competem entre si pelas mesmas fontes de recursos e oportunidades, a partir daí definem estratégias.

Os líderes dos MS são vistos como gerentes ou administradores de grupos de interesses, os quais competem entre si para obter recursos para suas ações. Da mesma forma, precisam definir estratégias para atrair clientela e atenção governamental. Os MS com êxito seriam aqueles que possuíssem características de uma organização hierárquica. Desse modo, os MS seriam semelhantes a qualquer instituição do mercado, em um sistema de competição para obter adeptos e recursos. Para tanto, deveriam demonstrar e provar uma estrutura interna organizada com divisão do trabalho, líderes planejadores e inteligentes, para administrar os recursos de forma eficaz.

As características atribuídas aos MS pela teoria da MR não são vistas nos antigos MS, mas sim nos MS dos anos 90, nos NMS. Isto por que as ideologias foram desprezadas. As mobilizações da sociedades civil deixaram de ser um pesadelo, agora os novos grupos seriam dotados de racionalidade e compatíveis com o jogo democrático.

Uma crítica direcionada à teoria da MR é esta tratar as ações coletivas através da integração custo-benefício e insistir na racionalidade instrumental e estratégica. Mas as lacunas deixadas pela teoria da MR seriam preenchidas pela abordagem clássica do descontentamento, no que diz respeito à explicação das alterações no comportamento das pessoas no momento de adesão a um determinado MS. Apenas a explicação psicossocial nos dá esse entendimento.

No levantamento bibliográfico desenvolvido por Gohn (1997), foi dedicado um capítulo específico para as características e especificidades dos MS latino-americanos, ela deixou claro, a partir de diversos autores, que na produção latino-americana sobre os MS predominaram os estudos empíricos-descritivos, com duas vertentes principais: a marxista-estruturalista, que tinha como base os estudos de Castelles e predominou nas análises da década de 70; e a abordagem dos NMS que passa a atuar nos no anos 80. Para Gohn:

o dilema criado no debate entre os paradigmas europeu e norte-americano sobre o significado dos novos movimentos sociais, em termos do que expressavam – construção de identidades (uma das abordagens do paradigma) ou meras estratégias políticas para a obtenção de bens, baseadas em lógicas racionais que consideram custos e benefícios (paradigma norte-americano) –, não se colocou para os pesquisadores brasileiros ou da América Latina. Toda a ênfase estava na identidade dos novos atores políticos. O dilema aqui passou a ser outro: enfatizar mais o aspecto das mudanças socioculturais ou as transformações políticas que os movimentos poderiam gerar. (Gohn, 1997: 284)

Diante das três teorias (MP, MR e Latina Americana), por que não analisar os NMS levando em consideração os três enfoques articulados? Considerando o aspecto estrutural, que favoreça a emergência do 3º Setor, e as estratégias utilizadas para promover mudanças sociopolíticas; no estudo das estratégias precisamos da contribuição do paradigma norte-americano, e para estudar os resultados recorreremos aos estudiosos latinos americanos, pois estão mais perto da nossa realidade. Da mesma forma, existe uma diversidade de autores que trabalham com o tema, cada qual oferece uma contribuição, retratando com enfoque diferente, realidades divergentes.

Melucci²⁸ analisa a democracia e os sistemas representativos no mundo contemporâneo preocupando-se, em termos psicossociais, com essa ordem metodológica e enxergando-os como construtores de identidades culturais. Ele afirma que é ilusório pensar que a democracia consiste meramente na competição pelo acesso aos recursos governamentais. A democracia em sociedades complexas requer condições suficientes para que grupos sociais se auto-afirmem e sejam reconhecidos pelo que são ou desejam ser. Estas condições incluem espaços públicos independentes das instituições e estruturas governamentais e do sistema partidário. “Espaços públicos autônomos que representem novas formas de poder. E os movimentos sociais insere-se nestes espaços.” (Gohn, 1997: 162)

O contraponto da análise psicossocial de Melucci está em perceber que os MS formados a partir de reações psicológicas, não teriam a capacidade de influenciar na ordem vigente por causa das suas características espontâneas e explosivas. Assim que alcançassem suas demandas, o movimento perderia a força.

Melucci defende, inicialmente, que os MS são construções analíticas, e não empíricas, não constituem fenômenos observáveis. Faz essa observação porque acredita que os MS assumem “formas de ação coletiva que invocam solidariedade, manifestam um conflito e vinculam uma ruptura (ou quebra) nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar”. Mesmo com a institucionalização dos MS, esses continuam sendo construções analíticas, pois a materialização de um MS não significa o seu fortalecimento, poderá até ser o seu enfraquecimento, ou desaparecimento, ficando elas apenas comorepresentação na sociedade, servindo de mediadoras, ou padrão para as relações sociais, o que abre espaço para as imensas críticas direcionadas para as instituições do 3º Setor.²⁹

²⁸ Apud Gohn, 1997 passim.

²⁹ Alberto Melucci. *Challenging Codes*. Cambridge, Cambridge Un. Press, 1996. Apud Gohn, 1997. Idem. *The Playing Sif*. Cambridge, Cambridge Un. Press, 1996. Apud Gohn, 1997.

A partir de 1992 Melucci passa a análise empírica dos MS e verifica que estes fazem parte de uma realidade social que ainda não se concretizou. Em 1996, Melucci reafirma que

‘movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente’³⁰

Gohn chama a atenção para as influências e contribuições dos NMS, a partir das declarações de Melucci e Touraine, que enxergam os NMS como lentes através das quais problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade capitalista podem ser estudados:

eles também produzem modelos organizacionais, influenciam instituições e atores sociais, públicos e privados. E mais, os movimentos sociais produzem também elites políticas para corporações, serviços públicos, empresas, escolas e sistemas educacionais em geral. Existe uma transformação na cultura e nos *mores* a partir da atuação dos movimentos sociais. Eles institucionalizam práticas sociais e mudam a linguagem cultural de uma época. (Gohn, 1997: 157)

Para o reconhecimento da capacidade de transformação dos NMS, é preciso que estes estejam conscientes da necessidade de passar por um processo de desenvolvimento racional, que consiste na constituição do MS, na construção da identificação (que na maioria acontece em ambiente de constrangimentos - ser ou não um desempregado, por exemplo -, e oportunidade - reconhecimento público como instituição do 3º Setor), e na capacidade de questionar sua própria identidade.

Melucci afirma que a identidade coletiva não é negociável, por causa da densa interação de trocas emocionais e afetivas (lado psicossocial da abordagem de Melucci). Para o autor, as ações coletivas mobilizam emoções e sentimentos como: paixões, amor e ódio, fé e medo, por isso não podem ser reduzidas a cálculos de custo e benefício como faz a teoria da MR.³¹

Devido a seu enfoque psicossocial, Melucci se nega a enxergar os NMS apenas como resultado da atual crise do capital. Para ele os NMS situam-se entre a vida pessoal e a política. Por isso trabalha com categorias como: emoção, intuição, criatividade, percepção feminina do mundo etc. Melucci também concorda com Touraine quanto à necessidade de incluir na

³⁰ Ibidem.

³¹ Idem. *The Process of Collective Identity*, 1995: 44, 45 in Klandermans e Johnston (org.). *Social Movements and Culture*. Minneapolis, Un. Of Minnesota Press, pp. 41-63. Apud Gohn, 1997: 159.

abordagem dos NMS a identificação do ator, a identificação do adversário e a identificação dos fins e objetivos pelos quais se luta.

Alain Touraine³² é um autor francês que trabalha há muito tempo com os MS; sua abordagem estrutura-se no paradigma da ação social, que se baseia nos fundamentos do funcionalismo, no qual a ação é reação de um estímulo social. É Touraine que nos esclarece a diferença entre atores e sujeitos sociais, ele dá importância ao sujeito da história, considerando-os como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas. O indivíduo deixa de ser apenas um simples representante de papéis, passa a ter a possibilidade de dar sentido a sua própria conduta. O autor distancia-se das explicações ortodoxas do marxismo, a partir do momento que enfatiza o papel do indivíduo, e não da classe social, propondo uma análise centrada nas ações dos sujeitos sociais.

Touraine discorda da tese de que os NMS são agentes. Acredita que estes não são nem positivos nem negativos, são apenas fruto das relações de produção e de organização social, que para atuarem precisam apenas de identidade e de oposição, não estão atuando contra o Estado nem contra a ordem vigente. Os NMS são mais agentes de pressões do que agentes de transformações sociais, de mudanças históricas.

A complexidade no estudo do 3º Setor, por isso se justifica as críticas lançadas à abordagem dos NMS é a falta de clareza quanto às categorias utilizadas para explicá-lo. Outra crítica diz respeito ao financiamento: de uma postura utilitarista disfarçada de social.

Dificuldade também aparece quando nos deparamos com a diversidade de valores, pelos quais as pessoas ou grupos desenvolvem ações positivas do 3º Setor. Mas, é preciso considerar que “as pessoas são capazes de fazer a guerra e de fazer a paz por conta dos mesmos valores. Fernandes chama a atenção para pontos que fogem à visão positiva do 3º Setor:

onde eficaz, a dedicação voluntária gera recursos e as conseqüentes disputas pela sua distribuição. As instituições resultantes deste gênero de atividade incorporam a necessidade da auto-reprodução e passam a funcionar com os cacoetes característicos das corporações. Formam um mercado de trabalho específico. Influenciam a legislação em seus mais variados domínios e condicionam os orçamentos dos governos, das empresas e dos indivíduos. Absorvem, em suma, as problemáticas do interesse e do poder. (Fernandes, 2002: 24)

As ações dos movimentos sociais não-institucionalizados eram entendidas como quebras da ordem vigente, hoje, essas ações direcionam, orientam, auxiliam de alguma

maneira, a exemplo do direcionamento no consumo. Atualmente, bem mais que antes, os produtos naturais, orgânicos, saudáveis, ecologicamente corretos estão sendo mais consumidos, devido ao apelo dos MS e ONGs que lutam pela preservação ambiental.

A teoria básica da abordagem dos NMS teve, também, uma contribuição substancial dos frankfurtianos como Adorno e Habermas. No idealismo contemporâneo se destacam: Guattari, Giles Deleuze e Michel Foucault. Todos contribuíram, mesmo que de forma diferenciada, para a nutrição das formulações e estudos sobre as ações da sociedade civil organizada, ou também como são chamados movimentos sociais alternativos, como os movimentos ecológico, feminista, pela paz etc.

Habermas e Foucault são os principais autores que fundamentam a articulação das ações dos NMS ao indivíduo. Compatibilizando o idealismo e o materialismo, J. Alexander, o qual citamos no início do capítulo, produziu uma teoria da ação sistêmica voltada para o indivíduo.

Teóricos frankfurtianos posteriores a Habermas, como é o caso de Arato e Cohen, continuam com a preocupação com as ações subjetivas, estudando as práticas sociais dos membros dos grupos através da análise interpretativa da vida cotidiana. Para compreendê-la, usam o conceito de “mundo da vida”, o qual é composto de tradições, culturas, personalidades. Neste mundo os membros do grupo compartilham uma tradição cultural.

Habermas (1989) rejeita o ponto de vista que retoma o paradigma da crítica da economia política. Considera que as causas das crises atuais têm se dissociado, o que leva à rejeição do paradigma crítico em torno do antagonismo de classes. Principalmente, diante da pacificação do movimento operário e do sucesso obtido pelo reformismo social-democrata, fatos que enfraqueceram o poder de persuasão do movimento revolucionário. Habermas alega que este movimento não assume mais um papel relevante na superação das contradições da modernidade, e procura defender novos atores (os atuais movimentos sociais, ONGs), agora fragmentados (que de certa forma recuperam as preocupações do socialismo utópico, defendem a ideologia que insiste em ver a organização dos homens em sociedade e uma produção racional).

Habermas (1989) sintetiza a filosofia e a sociologia da ação para afirmar que o principal problema atual é a colonização do “mundo da vida” (onde se encontra o público e o privado) pelas imposições e gerenciamentos do sistema (composto pelo econômico e administrativo).

³² Apud Gohn, 1997 passim.

Flávio Farias (2000), ao criticar Habermas, alega que este último desconsidera as “relações dialéticas entre a vida cotidiana e os processos de valorização, de acumulação, de reprodução de crise, de recomposição do exército de reserva etc.” Desse modo, a teoria habermasiana peca em não mostrar as relações orgânicas entre o mundo vital e o sistema, e também, quando não esclarece a extinção da sociedade baseada no trabalho.

Segundo Habermas, dentro da atual democracia liberal, emergem estruturas de compromissos – os NMS -, que podem ser compreendidas como reações do mundo da vida contra a colonização do sistema. Essa colonização feita através da intromissão da moeda e do poder (articuladores entre o “mundo da vida” e o sistema) provoca perturbações no agir comunicacional do “mundo da vida”, perturbando a sua reprodução cultural, a integração social e a socialização.

Diante dessa colonização Habermas postula a necessidade de mudança no paradigma da racionalidade, ou seja, um desenvolvimento racional da humanidade, uma “descentralização racional da consciência, permitindo aos atores adotar atitudes diferentes dos diversos domínios da realidade”.

É proposta a “eliminação da magia do mundo”, o que corresponde à idéia de que a modernidade permite a deformação da sociedade capitalista, a medida em que os sistemas econômicos e administrativos são obrigados a se adaptarem à racionalidade de outras ordens coexistentes. Interpretamos essas ordens como as reivindicações dos NMS ou das ONGs por um processo produtivo mais racional.

Habermas (1989) desenvolve um novo-ideal, uma prática revolucionária que adota a comunicação inerente ao homem para estabelecer uma legitimação que favoreça uma “auto-organização racional no contexto social de liberdade e de igualdade”.

Segundo Farias (2000) os fundamentos da teoria crítica de Habermas, “Teoria do agir comunicacional” na qual se destaca o potencial da razão, não podem “assumir projetos utópicos para as formas de vida na sua totalidade,” pois Habermas desconsidera a unidade dialética (totalidade) entre a base e a superestrutura, em favor da complementaridade entre o econômico e o administrativo, entre o privado e o público. Fazendo isso, ele obtém um paralelismo restrito à lógica formal e não à lógica dialética, não articula de forma orgânica o “mundo da vida” e o sistema.

Para Farias (2000) o que existe na verdade, na contradição do processo mercantil desenvolvido, é uma nova composição na forma capital de produtivo individual, que

apresenta uma “negação de um trabalho pelo outro, no seio da forma mercadoria.”³³ Daí nasce a questão: qual o papel da aliança entre as formas produtivas do 3º Setor (economia solidária, economia alternativa) e o grande Capital?

A articulação entre as iniciativas da sociedade civil organizada e as grandes empresas será o principal negócio para o novo milênio. As grandes empresas que são construtoras de marcas, possuem como principais fornecedores as pequenas empresas familiares; construindo oligopsônios, criam oportunidades que favorecem a apropriação do excedente produzido pelas pequenas produções, mediante as vantagens comparativas. O que nos traz a idéia de subordinação da pequena produção ao capital, muito bem esclarecida na obra “Colonos do Vinho” de Santos (1984).

O que se percebe é que à medida que a articulação estabelecida entre as grandes empresas e pequenos produtores favorece a reprodução do capital, ela, também, contribui para a neutralização da tendência à queda da taxa de lucro, favorecendo uma nova dinâmica ao Sistema e garantindo o novo período de crescimento.

Habermas, já nos anos 70, demonstrava a contribuição da atual forma de atuação dos MS, seja na luta por direitos, nas novas formas de produção, seja na criação de possibilidades para novas formas de relações sociais. Tudo isso era possível a partir do momento que os MS buscavam soluções alternativas para os problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pelos membros do grupo.

O autor acreditava que os MS poderiam desenvolver projetos democráticos com potencial de reavivar a esfera pública e isso seria possível a partir do momento que espaços públicos fossem criados dentro da sociedade civil.³⁴

Já nas afirmações mais recentes, os NMS são indicadores do potencial de crise do capitalismo tardio, corresponderiam à resistência defensiva, à extensão da racionalidade produtiva capitalista às esferas da vida social (Gohn, 1997: 140)

Scott,³⁵ autor inglês também lança críticas a Habermas quanto às reações dos NMS contra a lógica do processo produtivo vigente, alegando que as argumentações do frankfurtino são gerais, abrangentes. Tomar projetos de resistência de um grupo de moradores, por

³³ O que nos falta é a percepção, a compreensão dessa nova forma de capital produtivo, o que daria um belo trabalho de doutorado.

³⁴ Podemos citar como exemplo da criação desse espaço público dentro da sociedade civil. O fortalecimento do PT a tal ponto de eleger Luiz Inácio da Silva como presidente. Membro simples que fazia política dentro de MS, que aos anos 80 tornou-se partido.

³⁵ Scott, *Ideology and the New Social Movements*. Londres, UNWIN HYMAN, 1990. Apud Gohn, 1997.

exemplo, para compreender generalizações, seria complicado. Scott acredita que a rejeição de grupos isolados quanto à lógica capitalista não pode ser vista como generalização de crise ou de rejeição do sistema como um todo, poderiam caracterizar desejos de mudar a direção de certas políticas do Estado.

O próprio Habermas declarou-se, em entrevista publicada no “Caderno Mais da Folha de São Paulo, 1995, decepcionado com os MS contemporâneos (lembrando que sua teorização foi formulada nos anos 70, enxergava-os como inovadores, passando-se duas décadas) pois não existem projetos universalistas, apenas os que operam com demandas específicas, desse modo, seguindo em direção contrária ao caminho da liberdade,.

A decepção centrava-se nos novos questionamentos, propostas e novas formas de organizar as estruturas econômica, política e social. Para Habermas os NMS são “lume indicativo para a solução de problemas”, principalmente por vivenciá-los são capazes de propor soluções alternativas, de traçar resultados, demonstrar capacidades que o Estado de longe não se mostrou capaz de fazer. Gohn a partir da nova posição de Habermas esclarece que os NMS se enquadram perfeitamente na atual etapa do capitalismo.

O capitalismo hoje não se move mais pelo modelo fordiano, de previsibilidade das ações. Ele necessita de atores competentes e criativos, inovadores. As forças produtivas, com o domínio da informática e da robótica, não podem mais se atrelar a formas ou modelos burocratizados. Por isso, o Estado vem perdendo sua eficiência. E os movimentos sociais são o espaço, por excelência, da inovação, da criatividade. (Gohn, 1997: 322)

Nas novas exigências do processo produtivo capitalista: criatividade, iniciativa e inovação, percebe-se o porquê do favorecimento da emergência dos NMS, o porquê de tanta atenção direcionada ao 3º Setor. Essa é a grande questão: a atuação dos NMS se enquadra na lógica atual de reprodução capitalista, a partir do momento que corresponde às suas exigências.

Os cientistas sociais pela visão positivista definem os NMS como esforços em prol de mudanças. Já os neopositivistas os percebem como esforços coletivos para resistir ou promover mudanças, e com outra diferença: os MS são diferentes das associações, instituições ou grupos de pressão que atuam depois da década de 90 na América Latina.

A formação de uma identidade universal que fortalece o 3º Setor é reconhecida por Tarrow e Melucci, definida com o conceito de redes. A explicação vem da necessidade de fortalecer cada MS. Este fortalecimento não se restringe apenas ao seu ambiente interno (a consciência do seu discurso e organização) também está no seu ambiente externo.

Acreditando-se que um movimento disperso só se organiza e fortalece tendo em vista uma ação comum, daí nasce o conceito de redes. Mesmo com culturas compartilhadas, mas com confiança e cooperação entre os MS, a identidade universal é criada. Percebemos que o sucesso de um MS não depende apenas da organização tão defendida pela MR, mais também das redes sociais as quais cada MS está articulado, e do suporte que esta rede lhe oferece.

Com o conceito de redes os MS possuem um objetivo comum: um processo produtivo mais holístico e altruísta, mesmo com costumes compartilhados, valores específicos, essa diversidade corresponderia às partes do todo, e este último teria uma identidade universal.

A teoria de redes, busca articular as perspectivas macro e micro, a micro centrada na ação social, no não-racionalismo (nos sentimento e emoções), no idealismo, na liberdade que se contrapõe à ordem vigente, às privações de origem estrutural e conjuntural.

Outro autor que trata das perspectivas macro e micro na abordagem do social é o sociólogo alemão, Claus Offe. Ele resgata Gramsci para fazer uma análise da conjuntura sociopolítica do pós-guerra, estudando a articulação entre o campo político e o sociocultural. Fundamentado nas análises de Habermas, destaca a privação imposta pelo mundo contemporâneo para explicar as contestações - mesma que dispersas - das racionalidades econômica e política. (apud Gohn, 1997 *passim*)

Offe (1989) analisa aspectos da crise atual do desenvolvimento capitalista, destacando fatos como a crise dos partidos de esquerda e dos partidos políticos ocidentais. Vai buscar a origem do problema nas alterações das relações sociais.

A abordagem dos NMS é considerada por Offe como um novo paradigma. Gohn (1997) questiona tal afirmação, alegando que não se trata de um novo paradigma, mas de uma reformulação da teoria da ação social baseada nas matrizes clássica weberiana, durkhemiana, parsoniana e nos neomarxistas. A abordagem resgata a integração social, a participação do indivíduo, mas sem reproduzir as privações econômicas impostas pela lógica capitalista. Símbolos básicos que explicavam as ações dos indivíduos e grupos como: raça, cor, nacionalidade etc., foram retomados para alcançar essa integração. Só que essa retomada foi feita de forma totalmente diferente. O espírito de liderança também foi resgatado, ganhando destaque em esquemas que privilegiam a heterogeneidade de interesses individuais advindos de classes, valores, costumes diferentes. A visão macro de interesses ficou em detrimento, principalmente, no que se diz respeito à homogeneização econômica; daí nasce a necessidade de respeitar as particularidades individuais, praticando a tolerância.

Offe chama a atenção para o futuro dos NMS, principalmente, quanto à fragilidade de algumas estruturas, a falta de regras claras para solucionar os conflitos, a coordenação baseada em trabalho voluntário, a ausência de um líder definido, que são alguns fatores que poderão impor dificuldades à continuidade dos NMS no futuro. (apud Gohn, 1997 *passim*).

Tarrow analisa a fragilidade dos NMS em termos políticos. Para ele, os NMS são vulneráveis ao esquema governamental, são refém do ambiente externo. Por isso, nunca irão assumir o papel principal, não assumem a categoria de sujeito, já que dependem de forças exteriores e não são dotados de força própria. Seu papel é mobilizar as pessoas e as manter sob controle. Como reforça Gohn, esse tipo de participação dos NMS, “leva-os a serem coadjuvantes de processos de mudanças” (Gohn, 1997: 101).

Hobsbawm chama os NMS de movimentos nostálgicos, os quais lutam por uma nova ordem segura e sem problemas. (apud Gohn, 1997)

Thompson já observava o cotidiano das classes populares e a situação de carência. Com esse enfoque, “os sentimentos de injustiça e de exclusão surgem desta vivência e podem, em determinados contextos, expressar-se socialmente como revolta. (Gohn, 1997: 205). Mas Gohn chama a atenção para essa expressão, que pode corresponder apenas a uma ruptura da ordem da vida das pessoas e não da ordem social mais ampla.

Em se tratando de estudo latino americano, Cardoso (1983 e 1994) considera as ações dos NMS como passos para a “construção e execução de um projeto de mudança social para a realidade social.” (Apud Gohn, 1997: 221)

Toutaine afirma que os NMS são apenas renovadores de ordem, mesmo contrapondo, questionando o discurso capitalista. (apud Gohn, 1997)

Para Foweraker a identidade coletiva é o que define os NMS, não os caracteriza como novos, pois afirmar que estes são novos é prematuro, como o próprio Melucci (1996: 5)³⁶ afirma: “o novo que permeia nos Novos Movimentos Sociais é ainda uma questão aberta”. A novidade dos atuais MS é a inexistência de uma base classista, como o clássico movimento de trabalhadores. Os NMS não possuem interesses especiais, são interesses difusos, o que os leva a uma nova forma de fazer política.

³⁶ Apud Gohn, 1997: 124

2,2 Descrédito da Teoria Marxista

Um aspecto do marco teórico, para o qual não poderíamos deixar de dedicar atenção especial é o descrédito às teorias marxistas. A relevância se justifica por causa do enfoque estruturalista do trabalho, impossível de ser feito sem algumas categorias da teoria marxista.

Pizzorno (1983)³⁷ vem pesquisando as ações coletivas desde a década de 60; segue o individualismo metodológico e afirma que cada indivíduo age segundo seus próprios interesses e é seu melhor juiz. Desse modo, para alcançar a identidade coletiva, é preciso conhecer os interesses dos indivíduos e os custos para alcançá-los. A partir daí, o autor justifica o deslocamento da ênfase, a lógica racional do sistema, da visão macro (centrada apenas nas categorias principais da teoria marxista: o operário e o capitalista) para uma lógica de racionalidade individual que é uma característica das abordagens dos NMS. Esse enfoque de Pizzorno descredencia as categorias marxistas.

Rosa Luxemburgo (1961)³⁸ já destacava o potencial dos MS e as suas características, a partir dessas categorias. Percebemos claramente nos NMS o marxismo humanista e libertário, através do idealismo das massas. O quadro analisado por Luxemburgo nos oferece sustento para a importância da ação de sociedade civil organizada. Gohn enumera as características do quadro que Luxemburgo já destacava na década de 60, mas que podem ser vistas nos NMS:

1. “a espontaneidade das massas e suas iniciativas criadoras;
2. a possibilidade de vencer etapas do desenvolvimento gradual de suas contradições;
3. a revolução é vista como um processo relativo à consciência dos homens; é o produto de suas experiências, surge em função delas e atua como sua força integradora; age em defesa e transmutação dessas mesmas experiências.” (Gohn, 1997: 182)

Outro autor que comenta o pensamento de Rosa Luxemburgo é Paulo de Castro (1961) e deixa clara a importância dos MS de massas:

‘na concepção marxista do mundo de Rosa Luxemburgo não há lugar para hegemonias, tutelas, ditaduras, burocracias etc.,³⁹ ao contrário, há lugar apenas para a democracia, liberdade, respeito às opiniões, como elementos inseparáveis do processo socialista. Afirma-se que o socialismo pode apenas nascer da experiência e da consciência das massas, das suas necessidades e do seu sentido de

³⁷ Apud Gohn, 1997.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Daí encontramos explicação para a autonomia dos NMS.

responsabilidade e espontaneidade, de forma alguma pode ser preestabelecido. No sofrimento e na consciência, na repulsa à exploração e humilhação dos povos e do homem é que reside a dinâmica da revolução e não na demonstração sobre a inevitabilidade do socialismo.” (apud Gohn, 1997).

Rosa Luxemburgo também destaca a relevância dos MS na área econômica:

‘toda iniciativa nova, toda vitória nova da luta política se transforma em poderoso impulso para a luta econômica, porque o mesmo tempo que defende as possibilidades exteriores aumenta a inclinação interior dos operários em melhorar suas condições, seu desejo de lutar.’ (Luxemburgo, 1976)

Trotsky, outro marxista de carteirinha, já destacava as forças sociais dos movimentos em 1931, mas para as ações sociais ganharem força era necessário alcançar maturidade a qual viria com o aproveitamento da conjuntura:

‘É necessário utilizar as condições favoráveis de uma crise revolucionária⁴⁰ para mobilizar as massas, tomando como ponto de partida o nível dado de sua ‘maturidade’, é necessário empurrá-las adiante, ensinar-lhes a dar-se conta de que o inimigo não é de maneira nenhuma onipotente, de que está carregado de contradições, de que por traz de sua fachada onipotente reina o pânico” (apud Gohn, 1997: 183)⁴¹

Castells, principal teórico do neomarxismo, enfatizou os MS urbanos. Já em 1973 publicou o livro sobre lutas urbanas e poder político. O autor procurava compreender os MS a partir de uma análise estrutural, estudando suas perspectivas, estruturas, contradições internas, sem esquecer de destacar seus limites e relação com o Estado. Para Castells “os movimentos sociais urbanos, e não as instituições de planificação, são os verdadeiros impulsionadores de mudança e de inovação da cidade.” (1973: 10 apud Gohn, 1997).

Essa afirmação recebeu muitas críticas, talvez não tenha sido por causa delas, mas Castells abandona progressivamente o enfoque estrutural, passando a focar a mudança a partir do individual:

‘a história e a sociedade são formadas por uma articulação de experiência, produção e poder. A experiência está basicamente estruturada ao redor de relações de sexo e gênero, a produção é organizada em relações de classe e o poder está estabelecido a partir do Estado.” (Castells, 1983 apud Gohn, 1997: 192).

⁴⁰ Nada melhor do que a crise que assola o mercado de trabalho.

⁴¹ A maturidade retratada no atual nível de consciência da sociedade, na busca de sujeitos mais esclarecidos da classe média, os quais estão na origem dos NMS pelo despertar da consciência cidadã. O inimigo o qual a citação destaca corresponderia às atuais direções que o processo produtivo capitalista está tomando, o qual produz milhares de excluídos, que estão privados de bens e serviços.

O autor depois de bombardeado por críticas quanto ao considerado potencial de transformação dos MS, defendido na década de 70, passa, nos anos 80, a admitir que “as transformações preconizadas não ocorreram da forma proposta. Nem os movimentos eram tão fortes, nem a sociedade civil tão organizada.” (Gohn, 1997: 193). Percebe que Castells nega a potencialidade transformadora dos MS. Negação que se justifica na percepção dos limites dos NMS, principalmente, no que diz respeito à relação ao “clientelismo político”. Mas os NMS não deixam de ter uma função importante na promoção de uma gestão democrática, pois o próprio Castells enfatizou em palestra proferida na Secretaria Geral do Planejamento em São Paulo que as reformas são frutos de pressão desencadeadas pelos MSU, são estes quem demonstram as reais necessidades. Mas as reformas só serão possíveis com a intervenção do Estado.

Hobsbawm, outro autor marxista, enfatiza a capacidade reformista/revolucionária dos MS, em conjunto com Lojkin demonstra que “é a combinação da ação política de uma organização de classe independente com a sua ‘experiência’ que vai lhe dar a possibilidade de libertar-se realmente de sua servidão” Os autores afirmam que é impossível fazer uma análise dos MSU sem uma interdependência com a produção, com a estrutura da lógica produtiva do Capital. (apud Gohn, 1997)

Hobsbawm na década de 90, em *A era dos extremos*, faz um estudo das mudanças econômicas e culturais da conjuntura atual, destacando o declínio do movimento operário a partir da década de 60 e o aparecimento dos partidos verdes e dos NMS. Na interpretação de Gohn, Hobsbawm esclarece que os novos sujeitos passam a rejeitar o

universalismo da política democrática e cidadã em favor da política de alguma identidade grupal, utilizando-se de procedimentos em que há uma clara rejeição às velhas formas de fazer política da esquerda. A adesão dos jovens aos novos movimentos sociais, particularmente os de natureza ecológica, é interpretados em termos de mudanças culturais. Estes novos processos são chamados “políticas de identidade”, étnica/nacional ou religiosa.” (Gohn, 1997: 203)

A discussão dos NMS já era desenvolvida na Europa desde os anos 60 e veio a tomar fôlego a partir da revisão do paradigma marxista. As críticas às categorias marxistas foram lançadas pelo fato destas destacarem apenas as ações da classe operária e dos sindicatos, não considerando o declínio da classe trabalhadora manual e esquecer as ações coletivas de outros grupos sociais.

A perda da ênfase nos estudos dos movimentos clássicos e tradicionais: partidos, sindicatos, ocorre devido a relevância de sua demanda. Pizzorno mostra que os MS

tradicionais lutavam por demandas negociáveis, que poderiam ser saciadas na lógica do sistema, já os NMS envolvem demandas inegociáveis, satisfações individuais que ocorrem através da interação do indivíduo com o seu meio, ocorrem por meio da interação coletiva de grupo, de forma interna e externa. (Pizzorno, 1983 IN Gohn, 1997: 131)

A abordagem do NMS nega o sujeito histórico, predeterminado, configurado nas contradições do capitalismo. Prezeworski, autor europeu, fez críticas ao marxismo, afirmando que este enfoque possui um caráter histórico, mas não deu conta das ações dos indivíduos, que poderia ter sido feita através da análise psicológica.

Assis (1990) mostra fatos como a integração social, autoconsciência, não-consciência, processo educativo, identidade e o individual, enfatizando fatores como: gênero, sexo, raça, etnias etc., que não eram parte constituinte do enfoque marxista; essa ausência é mais uma justificativa para o seu descrédito.

Os novos estudiosos europeus, como E. P. Thompson, Foucault, Claus Offe, entre outros, trazem novas propostas de estudo, as quais procuram esclarecer as influências dos MS dos anos 70/80 nos NMS que se desenvolvem a partir da década de 90. São nessas fontes que vão beber autores nacionais como Pedro Jacobi, Ana Doimo e Gohn. A ênfase das pesquisas fica sobre a identidade dos MS, seus discursos e práticas.

Há cento e cinquenta anos, o próprio “Marx falou do desaparecimento do Estado com o advento de uma sociedade socialista plenamente amadurecida, em que o livre desenvolvimento de cada um determinará o livre desenvolvimento de todos”. Na prática, tanto o socialismo quanto o comunismo punham forte ênfase no papel do Estado na geração tanto da solidariedade quanto da igualdade. (Giddens, 2001: 44) Daí, percebemos o peso do enfoque; dependendo da interpretação do autor, as categorias marxistas servem perfeitamente para explicar a dinâmica dos NMS.

Uma colocação de Giddens (2001) chama atenção para uma possível explicação para o descrédito às teorias marxistas: “a vida política não é nada sem ideais, mas ideais são vazios quando não se relacionam com possibilidades reais.” Diante de um mercado de trabalho totalmente diferente daquele do tempo de Marx, realidade na qual o trabalho vivo é cada vez mais reduzido; diante do enfraquecimento do movimento sindical, onde fica a revolução feita a partir da classe operária? Esta classe está desaparecendo se considerarmos o número de operários no mercado de trabalho formal. Será que a teoria está em atraso em relação à prática? Acreditamos que não! Como Giddens (2001) afirma “é preciso pôr carne teórica no

esqueleto”. Que carne é essa? A nova roupagem da classe operária, agora informal; a nova forma de mobilização, a nova alternativa de política pública: 3ª Via.

Da mesma forma que muitos dos autores que abordam as instituições do 3º Setor, nas suas partes, estudando os NMS - desenvolvendo sua análise por diferentes focos: psicossocial como faz Touraine; sociopolítico como faz Offe; racional como faz os adeptos da corrente da MR -, Marx seguiu um foco particular, desenvolveu sua metodologia, que pode não se enquadrar no estudo de outros. Ele enfatizou o sócio-político-econômico de forma estrutural. Claro que de forma mais profunda. Mas o 3º Setor é objeto de estudo de poucos; esta realidade está mudando, pois vem crescendo há pouco tempo, mas é mínima em relação aos estudos desenvolvidos sobre as categorias de Marx.

Marx foi um dos mais importantes criadores de um projeto de superação das condições de opressão de classe. Para superação dessa exploração, são necessários amadurecimento e condições estruturais propícias, o que caracteriza a práxis revolucionária das classes exploradas, cuja realização só será possível graças à formação de uma consciência de classe, de ideologias autônomas.

Parte III – Conjunturas Favoráveis à Emergência do 3º Setor

Importância do contexto

Capítulo 3. MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E ALTERNATIVAS

3.1 O avanço tecnológico

3.2 - O desemprego conjuntural

3.3 - O aumento da PEA

Capítulo 4. CONJUNTURA POLÍTICA: RENOVAÇÃO DO WELFARE STATES E DA SOCIAL-DEMOCRÁCIA, O CAMINHO DA 3ª VIA

4.1. Renovação do *Welfare States* e da Social-Democrácia

4.2 - O Caminho da 3ª Via

Importância do contexto.

A valorização e a polêmica sobre as ações do 3º Setor surgem a partir do atual contexto histórico distinto por grandes transformações sociais, políticas e econômicas. Raciocínio que é confirmado na metodologia de Melucci, o qual chama atenção para o estudo do contexto, principalmente da posição do Estado, como pano de fundo para a análise da ação coletiva. Outros autores como o holandês Klandermans e Tarrow, também, destacam a importância do contexto histórico e político na análise das atuais ações coletivas. Tarrow enfoca a análise das condições políticas favoráveis no estudo da mobilizações da sociedade civil, alegando que, em momento de crise ou de flexibilidade da política existente, são criadas oportunidades para o avanço ou atraso dos MS. A partir de momentos de crise, as forças governamentais impõem políticas, os ativistas assumem posição à favor ou contra tais políticas, atraem adeptos, buscam apoio, a fim de alcançar demandas como melhores condições de vida. (Gohn, 1997 passim)

Desse modo é interessante destacar fatos na atual conjuntura que favoreçam de alguma forma a emergência do 3º Setor. A proposta é evidenciar os motivos que despertaram o interesse pelo assunto. Afinal, o que evidencia as instituições do 3º Setor? O que favorece a sua emergência? Enfim, o que despertou o interesse pela mobilização da sociedades civil em prol dos excluídos do sistema?

Serão enfatizadas mudanças em duas direções: mercado de trabalho (enfatizando a modernização do processo produtivo, as causas estruturais e conjunturais do desemprego e alternativas para este problema); e políticas públicas (destacando a dissolução do *welfare status*, a renovação da social-democracia e a busca por uma "Terceira Via").

A análise destes fatos oferece explicações (mesmo que parciais) para o processo de interatividade entre o Mercado, o Estado e o 3º Setor. O exame geral no mercado de trabalho e na atual posição do Estado destacará a importância dos NMS.

3 - MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E ALTERNATIVAS

Prezeworski (1989),⁴² estudando as mudanças da sociedade capitalista, a posição do Estado e a aplicação de política neoliberais, constrói um cenário para entender o ambiente onde os NMS se desenvolvem. “Novas estratégias de intervenção social têm sido defendidas para enfrentar os entraves a uma suposta capacidade reguladora do mercado, de forma a criar oportunidades aos desempregados e subempregados.”

Essa nova visão sobre a participação da sociedade civil como fonte de solução de problemas, a partir do momento que ela aparece com novas formas de ocupação, dispensando atenção aos excluídos através de ações, são motivos que nos fazem destacar a atual situação do mercado de trabalho.

Pois só a partir dos anos 90 a conjuntura sócio-econômica brasileira começa a ganhar contornos concretos que até então não possuía. Fatos como: a abertura econômica, a reestruturação do processo produtivo, a diminuição dos postos de trabalho formais e o aumento dos informais, prioridade para o trabalho mutiespecializado, resultados da adoção de políticas públicas definidas como neoliberais, transformaram o mercado de trabalho e agravaram um problema crônico do “Terceiro Mundo”: o desemprego. Realidade que não se restringe aos países em desenvolvimento, já que as altas taxas de desemprego também fazem parte do cotidiano dos Primeiro Mundo.

As altas taxas de desemprego, decorrentes de ajustes na economia, correspondem aos conflitos econômicos que pedem a participação da sociedade civil. Desemprego agrava o quadro de pobreza e miséria do país, o que por sua vez torna-se um campo de atuação para as ações do 3º Setor.

Antes, é preciso deixar claro que a abordagem sobre fatos conjunturais como: desemprego e exclusão social, não significa que iremos discuti-los profundamente, mesmo porque apenas um já renderia um belo trabalho. A pretensão não é exaurir a discussão destes fatos, mas destacá-los como aspectos conjunturais importantes na caracterização do 3º Setor.

Fenômenos como o acirramento da concorrência gerada pela globalização da economia, a reestruturação produtiva apoiada em acelerado avanço tecnológico, o aumento da PEA (População Economicamente Ativa), sem que haja abertura de novos postos de trabalho

⁴² Adam Pzeworsky. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras apud Gohn, 1997: 290.

e as dificuldades financeiras do Estado, sem esquecer a adoção de políticas econômicas austeras, têm, nos últimos anos, agravado a situação do mercado de trabalho.

Segundo Luiz Toledo Machado⁴³, o capitalismo central, como sistema mundializado, atravessa a sua mais grave crise. O autor alega que as crises cíclicas de recessão e desemprego - sejam sazonais, curtas ou de longa duração - são iminentes ao sistema e ao seu formato de mercado. Machado cita algumas crises como a do século XVI, o *crash* de 29 e a crise dos anos 30, mas deixa claro que desde o final dos anos 70, com o fim do acordo de *Bretton Woods*, o Capitalismo desencadeou a pior e mais longa crise de todos os tempos.

O autor argumenta utilizando dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), segundo os quais, mais de 30% da PEA do mundo, cerca de 1 bilhão de pessoas, estão desempregadas ou subempregadas. Para Machado, o desemprego e a exclusão social são as manifestações mais evidentes de uma crise econômica e social.

Para Aparecido de Farias⁴⁴, o desemprego em massa não é fenômeno novo, mas em nenhum momento da história a questão da falta de trabalho foi tão dramática e complicada como atualmente.

Para este problema são apontadas inúmeras causas, entre as quais destacaremos:

- a) o **avanço tecnológico** ou o chamado desemprego estrutural - como poupador de mão-de-obra;
- b) o **desemprego conjuntural** - consequência das políticas econômicas adotadas pelo governo;
- c) o **aumento da PEA**, sem que haja a criação de novos postos de trabalho.

Sendo assim, nas próximas seções abordaremos cada uma dessas causas, em específico.

3.1 - O avanço tecnológico

São características do Sistema Capitalista de Produção - como mostra Marx no capítulo XXIII de *O Capital*, estudando a Lei Geral da Acumulação Capitalista⁴⁵ - o aumento

⁴³ Luiz Toledo Machado, 1996 apud *Revista da CGT Brasil*, n.º 13.

⁴⁴ Aparecido de Farias, 1997 apud *Revista Mundo Jovem*, n.º 278.

⁴⁵ Karl Marx, 1994: 712-752.

da participação das máquinas e equipamentos no processo produtivo (o aumento do trabalho morto, do capital fixo) e a diminuição relativa do trabalho humano (redução do trabalho vivo, do capital variável).

Em consequência desta Lei Geral do Sistema, cresce uma população de desempregados, excluídos do processo produtivo, uma população de trabalhadores excedentes que irá formar o exército industrial de reserva necessário à acumulação da riqueza, pois tanto põe à disposição da expansão do capital um material humano como pressiona a redução do valor do trabalho - o salário - já que existe uma oferta maior de mão-de-obra.

Essa substituição do homem pela máquina gera um excedente de mão-de-obra e “revela a incapacidade do sistema em absorver a oferta de trabalho existente” ⁴⁶ e a consequência imediata do desenvolvimento das forças produtivas, do avanço tecnológico é o agravamento do desemprego.

O limite do Sistema Capitalista de Produção está na própria Lei Geral da Acumulação Capitalista, que buscando um lucro maior reduz do processo produtivo o produtor de valor, “o operário”. Para concentrar capital, é reduzida cada vez mais a participação da fonte que produz o excedente: mais-valia (em essência) ou o lucro (na aparência). Se o trabalhador sai, diminui a capacidade de gerar lucro, evidenciando a contradição do desenvolvimento das forças produtivas, conforme Nilson Araújo deixa bem claro na citação abaixo:

com a substituição do homem pela máquina, afasta-se progressivamente do processo produtivo o real produtor de valor, reduzindo a capacidade de geração de lucro por unidade de capital, redundando na queda estrutural da taxa de lucro. Isso vem ocorrendo nas últimas duas décadas e tem sido o fator-chave que impede a retomada sustentada do crescimento da economia capitalista mundial. Mas uma vez a busca do lucro se impõe como barreira ao desenvolvimento das forças produtivas. (Sousa, 1995: 66 e 67).

A redução da mão-de-obra no processo produtivo cria um desemprego estrutural que, por consequência, reduz a massa de salários e a capacidade social de consumir. Com um mercado reduzido, agrava-se a luta entre os capitais, observada no acirramento da concorrência entre os grandes monopólios. É, justamente, o aumento da concorrência que, segundo Mattoso, vem desencadeando as transformações pelas quais o mercado de trabalho vem passando hoje. (Mattoso, 1995: 29).

⁴⁶, Nilson Araújo de Sousa, 1995: 65.

Atualmente, as grandes empresas, procurando aumentar sua competitividade, reduzem seus custos, impõem a flexibilização das leis trabalhistas, alegando que a rigidez dos salários diminui a rentabilidade do capital e impede o desenvolvimento do sistema como um todo.

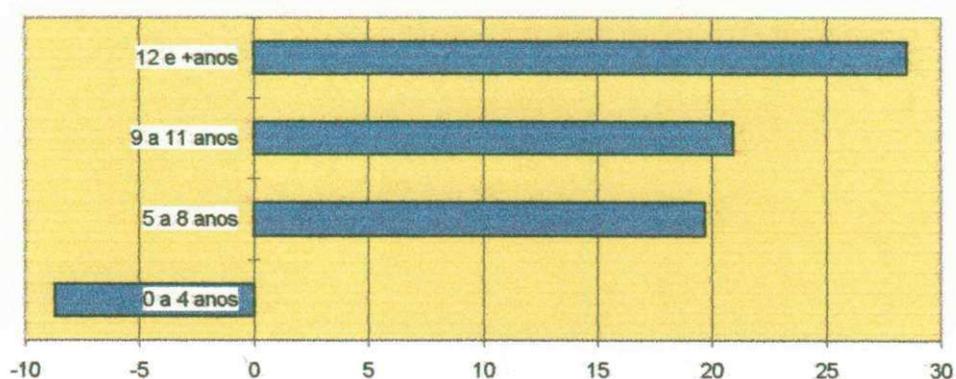
Para aumentar a produtividade, é exigido um profissional qualificado, polivalente, proativo etc., condições de que grande parte dos trabalhadores brasileiros não dispõe. O Mercado, além de selecionar profissionais qualificados - poupando até mesmo mão-de-obra qualificada -, ainda condena uma massa de trabalhadores que possui pouca escolaridade, a fazer parte do exército industrial de reserva.

A busca de uma maior competitividade traz consigo um avanço tecnológico, uma reestruturação produtiva que afeta a estrutura do emprego. Atualmente, o trabalhador, para garantir o acesso ao mercado de trabalho, tem que mostrar cada vez mais competência e capacidade para utilizar estas novas tecnologias.

A PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstra que, de 1992 a 1996, cresceu em cerca de 28% a oferta de empregos para os trabalhadores com nove a onze anos de dedicação aos estudos, enquanto a oferta para os trabalhadores com no máximo quatro anos de instrução caiu em mais de 8%, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1

Taxa de crescimento do emprego por escolaridade, 1992-96 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por amostragem domiciliar (PNAD), IBGE

Apud ww.mtb.gov.br/public/mercado/merc_02_2htm

Se a oferta de emprego cresceu para a faixa com mais escolaridade - retratando a realidade, já que as empresas estão exigindo trabalhadores cada vez mais qualificados, impondo uma melhoria significativa no perfil educacional da força de trabalho - e é menor

para as pessoas que possuem no máximo quatro anos de qualificação, percebemos que o desemprego é maior para as pessoas privadas de educação continuada e desprovida de direitos sociais.

Segundo Guy Aznar, o desemprego causado pelo desenvolvimento das forças produtivas “não é fenômeno conjuntural, passageiro, mas tão somente a ponta do iceberg de uma mutação de civilização que atingirá progressivamente todos os países industrializados”. A revolução do trabalho, como o mesmo autor define, “é uma revolução estrutural que não poupará qualquer setor, nem o da agricultura, nem o da indústria, nem o de serviços”. (Aznar, 1995: 17)

Atualmente, o crescimento do setor de serviço ou terciário (que muitos confundem com o 3º Setor) que funcionou, por muito tempo, como uma esponja que absorvia a mão-de-obra poupada do setor industrial, não é suficiente. Como demonstram os professores do Instituto de Economia da UNICAMP, Paulo Eduardo de Andrade Baltar, Cláudio Salvadori Dedecca e Wilnês Henrique,

é questionável, também, que o setor terciário seja capaz de absorver adequadamente a população ativa. Nos serviços, a capacidade de geração de empregos tem sido afetada por mudanças estruturais, bem-illustradas pelas transformações no setor financeiro, que tem por alterações técnicas, terceirização de diversas atividades e mais recentemente por mudanças patrimoniais. Mas a difusão do uso da informática tem atingido o emprego formal nos serviços em geral.

A introdução de novas tecnologias no processo produtivo traz consigo ganhos de produtividade que favorecem uma produção de bens e serviços cada vez maior, com um tempo despendido nessa produção cada vez menor. Isto, por sua vez, favorece o aumento do desemprego.

Outros autores, como Karla Von Döllinger e Maria Cecília Prates Rodrigues, reforçam o argumento de que o avanço tecnológico e o problema do desemprego estão atingindo o setor terciário, reduzindo sistematicamente a criação de emprego por este setor. Tomemos, por exemplo, o avanço tecnológico nas instituições financeiras:

(...) este vem substituindo sistematicamente as ocupações de caixa e atendentes em prol dos caixas automáticos (...) (Régner In <http://www.ipea.gov.br>)

(...) o setor financeiro, com o fim dos vultosos ganhos inflacionários e devido à política de governo de elevadas taxas reais de juros (que fez crescer o grau de inadimplência dos tomadores de empréstimos), acelerou a reestruturação do sistema e o enxugamento das agência bancárias. (Rodrigues, In *Conjuntura Econômica*, 1996: 31 e 32).

Percebemos que a diminuição da oferta de empregos no Brasil atinge todos os setores econômicos. A agricultura vem perdendo sua participação no PIB desde o início do século com o processo de urbanização. O enxugamento de pessoal na indústria é evidente, com a introdução de novas tecnologias. E, atualmente, o setor terciário vem perdendo, relativamente, a capacidade de absorver a mão-de-obra dispensada pelos outros setores. Desse modo, observamos que o desemprego estrutural decorrente do desenvolvimento das forças produtivas é apenas a ponta do iceberg, como define Guy Aznar, pois no Brasil este desenvolvimento, ainda, não atingiu a sua maturidade, se o compararmos com outras nações em termos de economia tecnologicamente desenvolvida. Portanto, os efeitos do avanço tecnológico sobre o mercado de trabalho ainda representam desafios a superar. Mas o desenvolvimento das forças produtivas é um fenômeno que não pode ser impedido. Assim,

querer retardar a redução do nível de emprego nas sociedades industriais, em qualquer setor, na agricultura, na indústria, nos serviços, seria tão ilusório como querer retardar a força de uma corrente d'água só com as mãos. (Aznar, 1995: 17)

Mesmo porque o avanço tecnológico é necessário para a evolução de qualquer nação, como o professor Raimundo de Oliveira escreve,

o desenvolvimento tecnológico muda o mundo inteiro. Para o bem ou para o mal. Pode servir para melhorar as condições de vida do trabalhador ou para gerar desemprego. Depende da política com que a tecnologia está sendo empregada. (Oliveira In: *Revista da CGT Brasil*, n.º 13, 1996: 99).

3.2 - O desemprego conjuntural

Como observamos anteriormente, o desenvolvimento das forças produtivas termina proporcionando uma redução do mercado consumidor, acirrando a concorrência no mercado, o que, por sua vez, leva à busca de novas oportunidades de mercado, desenvolvendo um “processo de internacionalização do capital” que segundo Marcelo Dias Carcanholo

aparentemente intensificou-se a relação entre os países tanto no que se refere ao setor produtivo, quanto aos fluxos comerciais e financeiros. Neste sentido, a desregulamentação dos mercados e a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais afirmam-se como as diretrizes de políticas que podem garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto de globalização. Abrem-se as portas para que o neoliberalismo se apresente como única forma de obter com êxito essa

inserção. Apresenta-se a globalização como fenômeno natural e irreversível e, a partir daí, as políticas neoliberais como as únicas capazes de desregular os mercados, propiciando às nações um lugar privilegiado no trem da história: (Carcanholo, 1998:16)

A partir de 1990, com o governo Collor, o Brasil inicia “uma maior e mais explícita inserção e subordinação às condições da nova ordem internacional e ao receituário de ajustes” proposto por organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Nacional). (Oliveira; Mattoso (org.), 1996: 39).

O quadro que segue demonstra algumas políticas do receituário neoliberal, adotadas em vários países como o México, Argentina e Brasil - no governo Collor, e continuadas no Plano Real.

Quadro 6 - Receituário de medidas, objetivo e impactos sobre desenvolvimento social e ao mercado de trabalho.

Medidas	Principal Objetivo	Alguns Impactos
1 - Política monetária restritiva	Diminuir demanda agregada	Elevação da taxa de juros; redução da inversão; queda no nível de atividade e do emprego; pressões inflacionárias remanescentes; crise bancária.
2 - Modernização da estrutura produtiva	Disseminar o novo padrão tecnológico e organizacional	Indispensável em vários setores. No entanto, sem políticas setoriais, sobretudo industriais, amplia o desemprego, a precarização e a concentração da renda.
3 - Desregulação do mercado de trabalho	Dar maior flexibilização à empresa	Aumento da desigualdade; regressão de direitos sociais; debilitamento da representação sindical; desmonte da rede de proteção social.
4 - Manutenção das taxas de juros reais positivas	Atrair fluxos de capital externo	Elevação da dívida pública; menores aportes ao setor social; entraves à inversão; ambiente mais favorável às privatizações.
5 - Fortes e repetidos ajustes fiscais	Pagar os crescentes serviços de ambas as dívidas públicas	Corte dos subsídios de interesse social; atraso na infra-estrutura econômica; menores e piores serviços sociais; menor inversão pública.
6 - Liberação de mercados financeiros	Ajuste do balanço de pagamentos - conta de capitais	Possível entrada de capitais de curto prazo; ampliação dos riscos de saída de capitais e de crises abruptas (bancária e cambial)
7 - Âncora monetária em divisas externas	Estabilizar o valor da moeda nacional	Restrições em políticas monetárias e fiscais; riscos de déficit da balança comercial e maior necessidade de capitais externos; dilema: desvalorização ou recessão.
8 - Prioridades para as exportações	Liberação do comércio e "inserção" externa	"Preços relativos" favoráveis aos bens transáveis, inibição do mercado interno; sem garantia de maior competitividade externa.

Fonte: Costa Filho, 1995:50 apud Mattoso; Oliveira, (org.), 1996: 43.

Entre as várias políticas propostas no receituário neoliberal, destacaremos a abertura econômica, iniciada principalmente no governo Collor, a política de taxa de câmbio e de taxa de juros, pelos seus reflexos diretos sobre o mercado de trabalho.

Segundo Jorge Mattoso, a política de abertura econômica agravou - não só no Brasil - o problema do desemprego, por não ter sido acompanhada por políticas industriais que fortalecessem as bases estruturais da produção nacional. Sem estas, as indústrias pouco competitivas foram ameaçadas. (Oliveira; Mattoso (org.), 1996: 39).

Segundo Luiz Toledo Machado, a concorrência com os produtos importados, embora vista como um estímulo ao aumento da competitividade e produtividade dos produtos brasileiros, eliminou setores inteiros da indústria nacional e provocou uma perda na capacidade de investimento e de geração de emprego. (Machado In: *Revista da CGT Brasil* n.º 13, 1996: 51)

Os constantes déficits da balança comercial, resultantes do peso considerado das importações, tiveram que ser financiados de alguma maneira. A maneira encontrada foi a adoção de medidas como a taxa de juros que, de um lado, fragilizava e ainda fragiliza as finanças públicas, agravando o problema da dívida pública e, de outro, dificulta o crescimento da economia, que, por sua vez, vem elevando as taxas de desemprego.

A abertura da economia forçou a indústria nacional a introduzir novas tecnologias. A intenção era ajustar o processo produtivo nacional de acordo com os padrões internacionais, incentivando o aumento da produtividade e competitividade. No entanto, com esta política econômica, alguns segmentos da economia não agüentaram, faliram ou entraram em concordata. A abertura da economia, além de condenar à morte as empresas que não tinham condições de investir em modernas tecnologias, sufocava a criação de novos postos de trabalho no país.

Percebemos que a busca de uma modernização, estimulada pela abertura da economia, tornou-se perversa no Brasil porque o país não estava crescendo. Se os bens necessários ao processo de modernização estavam sendo importados, acabava-se gerando empregos externos e agravando o problema do desemprego internamente.

A política de valorização cambial praticada no governo Collor é continuada no Plano Real. Com a preocupação de estabilizar a economia e derrubar as altas taxas de inflação, o governo fortalece a moeda nacional, valorizando-a frente ao dólar, desse modo, os produtos importados (agora não só os bens de capital) ficam mais baratos e forçam a indústria local a vender com preços menores. É com esta receita que o Plano garante taxas baixas de inflação.

Só que a opção pela estabilidade da moeda traz constantes déficits na balança comercial brasileira e, ainda por cima, limita o crescimento do país. Tanto o déficit comercial como o lento crescimento agravam o problema do desemprego. Como?

O Plano Real segue a mesma tendência iniciada com o governo Collor: adota uma taxa de câmbio que favorece as importações, gerando empregos externamente. A oferta de produtos importados em lojas e supermercados, para controlar os preços, obrigou as empresas nacionais a aumentar a qualidade de seus produtos e a cobrar menos por estes. A

concorrência, o aumento da qualidade e a diminuição dos preços são efeitos positivos, mas existem pontos negativos.

O primeiro deles é o incentivo à criação de empregos externos em detrimento da criação de empregos internos. O segundo é o processo de demissão de funcionários, decorrente do fato de empresas, frente à concorrência, serem levadas a fazer ajustes no seu processo produtivo, cortando pessoal. E terceiro é o aumento da exploração do trabalhador, que já é decorrente do corte de funcionários. A política cambial força uma maior exploração do trabalhador, porque um único funcionário, muitas vezes, passa a ser responsável pelo trabalho que antes era feito por dois.

A opção por uma inflação baixa através de uma âncora cambial, para manter altas as importações e segurar os preços internos, impede o crescimento do país e, conseqüentemente, a criação de novos empregos. Dessa forma,

(...) ao manter o real valorizado em relação ao dólar (o nó cambial) para ampliar as importações, o Brasil não pode mais crescer muito, pois, para crescer e gerar mais empregos sem trazer de volta a inflação, teria de importar muito mais. Se isso acontecer, a dependência aos dólares (para compensar as importações), que já é muito grande, seria ainda maior. (Patú. In: Folha de São Paulo, 04/0998)

As palavras do autor evidenciam a política de taxas de juros, outra variável que complica a criação de empregos. Para compensar os déficits da balança comercial e fechar o balanço de pagamento, a política econômica depende de saldos positivos na conta de capitais, sendo assim, terá que criar atrativos para atrair capitais externos para o país. A “forma mais eficiente é aumentar a taxa de juros interna.”

O país fica dependente de significativas reservas em moedas externas - compostas por capitais de curtos prazo, que buscam taxas de juros elevadas. Todavia, os juros altos, para atrair estes capitais, agravam o problema da dívida pública e prejudicam o investimento produtivo.

Patú deixa claro o preço que pagamos pela política de altas taxas de juros:

o problema dessa política é que, quanto maior for o juro, mais alto será o custo do dinheiro. Logo, se uma empresa nacional quiser pegar dinheiro emprestado em um banco para fazer uma nova fábrica, por exemplo, pagará muito caro por ele. Isto desestimula novos investimentos e a contratação de empregados, travando o crescimento do país. (PATÚ. In: Folha de São Paulo, 04/0998)

Fica claro que o compromisso com a estabilidade agrava, ainda mais, o problema do desemprego. Em nome de uma inflação baixa, o investimento produtivo, o crescimento do

país e conseqüentemente, a criação de novos postos de trabalho ficam sacrificados, desencadeando o agravamento das conseqüências imediatas da falta de trabalho: pobreza, miséria, violência etc.

Segundo Luiz Toledo de Machado, as medidas de cunho neoliberal ou, como ele mesmo define, “a metáfora da globalização”, nada mais são do que medidas que visam a expansão do capital das economias mais desenvolvidas. Para ele, a globalização “é uma tentativa de retomada do expansionismo à custa da destruição das economias nacionais, particularmente nos países em desenvolvimento.” (Machado, In Revista da CGT Brasil n.º 13, 1996: 51).

3.3 - O aumento da PEA

Pela realidade demonstrada, percebemos que ao longo desta década, o Brasil vem perdendo a capacidade de produzir ocupações suficientes para as novas gerações que atingem a idade de trabalhar. Desse modo, o crescimento natural da PEA (População Economicamente Ativa) agrava ainda mais a situação do mercado de trabalho, pois os jovens desempregados aumentam a oferta de trabalho.

Segundo a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE, a taxa média de desemprego aberto das principais regiões metropolitanas do país atingiu 7,9% em junho deste ano. Isto quer dizer que quase 8% da população que tem condições de trabalhar não serve nem para ser explorada pelo Sistema, presta-se apenas para engrossar o exército industrial de reserva e forçar a redução dos salários. A tabela abaixo ilustra melhor os dados.

Tabela 1 - Composição da População, junho de 1998 (em milhões de pessoas)

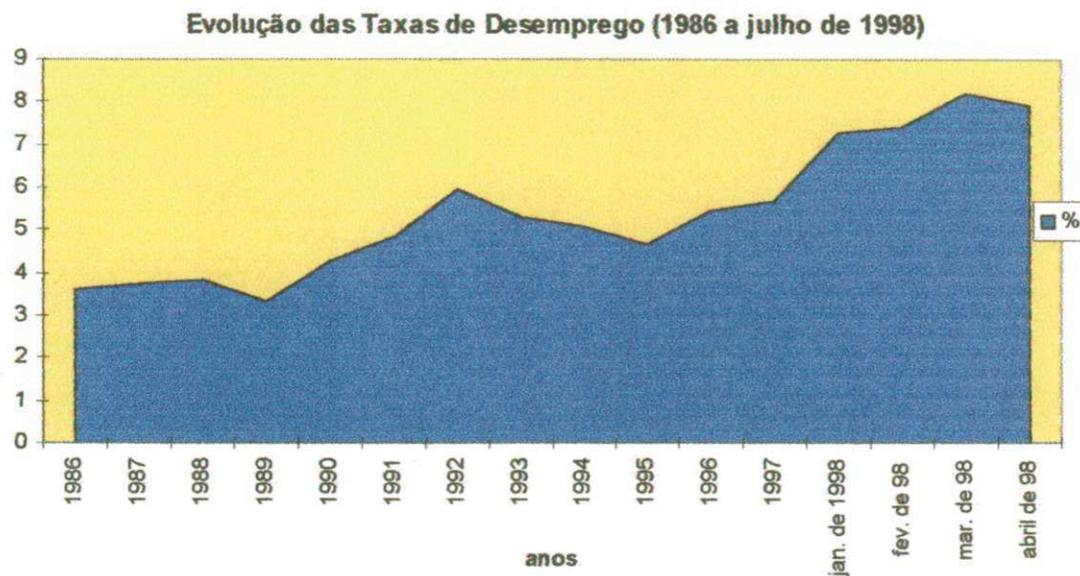
Regiões Metropolitanas							
Discriminação	Est.	RE	SA	BH	RJ	SP	POA
	Total						
Pop. em idade ativa	30.333	2.256	2.001	2.893	7.937	12.783	2.461
PEA	17.736	1.203	1.119	1.789	4.378	7.746	1.498
PñEA	12.597	1.053	881	1.103	3.558	5.036	963
Pop. Ocupada	16.336	1.087	1.008	1.652	4.116	7.082	1.387
Pop. Desocupada	1.399	115	110	137	262	664	110
% da Pop. Desoc./PEA	7,90	9,56	9,83	7,66	5,99	8,57	7,35

Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

Para calcular a população em idade ativa, o IBGE leva em consideração as pessoas com idade mínima de 15 anos. Segundo a PME, das 30.333 pessoas, das seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), apenas 16.336 estão ocupadas. Esta população fica encarregada de suportar o peso das 12.597 pessoas que não estão ativas e de 7,9% da PEA - 1.399 pessoas - que estão desocupadas ou desempregadas.

O gráfico seguinte demonstra as taxas de desemprego medidas pelo IBGE desde a década passada.

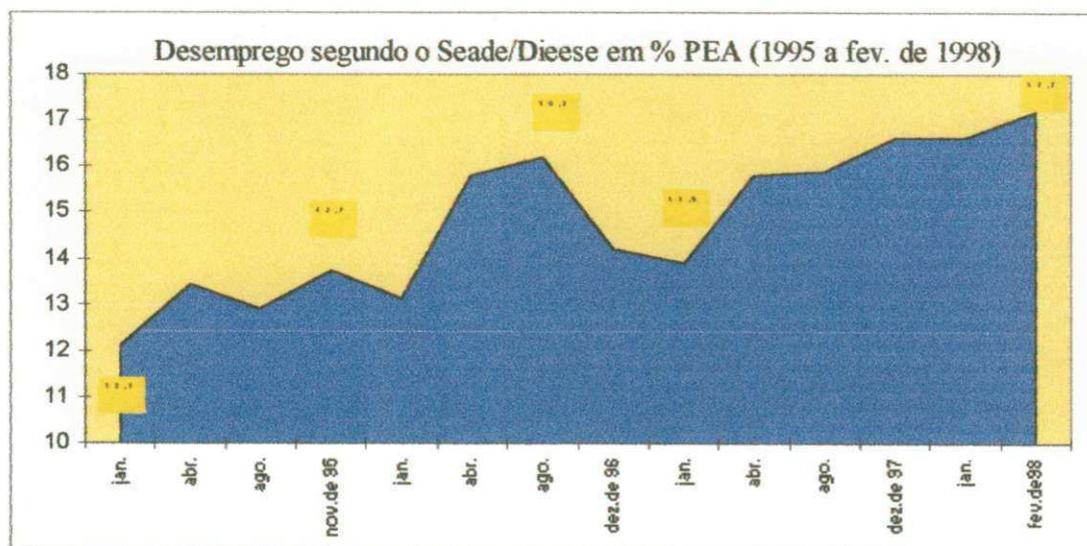
Gráfico 2 - Segundo o IBGE



Fonte: Revista Conjuntura Econômica, setembro de 1998.

Observa-se a tendência sempre crescente das taxas. Mas, considerando a metodologia de outras instituições, a taxa de desemprego do IBGE fica muito aquém da própria realidade, principalmente, em relação à PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego)-DIEESE, que no mês de fevereiro de 1998, mediu uma taxa de desemprego de 17,2% em nível nacional, considerando a média das seis regiões metropolitanas.

Gráfico 3



Fonte: Folha de São Paulo, 07 de abril de 1998

A PME não considera formas precárias de trabalho ou subocupações como desemprego, desconsidera o crescimento do mercado informal, o que termina demonstrando taxas de desemprego muito baixas. Já a PED-DIESE, leva em consideração este conjunto variado de ocupações, procurando abranger o mercado de trabalho heterogêneo do Brasil, característico de todo país subdesenvolvido. Somente quantificar quem é ou está desempregado não resolve o problema do desemprego. É necessário que sejam criadas condições para reverter esse processo. É nessa conjuntura que as ações do 3º Setor são apontadas para remediar a situação.

Outro fato que agrava a situação do mercado de trabalho é a flexibilização das leis trabalhistas. O número de pessoas ocupadas com carteira assinada é cada vez menor. A tabela a seguir e sua demonstração gráfica mostram que a quantidade de pessoas com carteira assinada não chega a 50% da PEA.

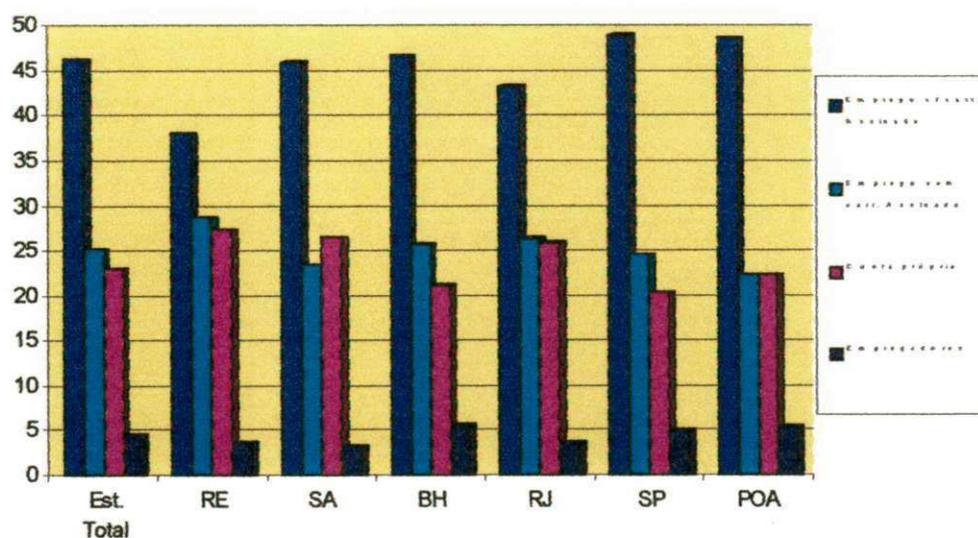
Tabela 2 - Posição da Ocupação

Regiões Metropolitanas							
Discriminação	Est. Total	RE	AS	BH	RJ	SP	POA
PEA (milhões de pessoas)	17.736	1.203	1.119	1.789	4.378	7.746	1.498
Emprego c/ cart. Assinada	7.576	413	463	771	1.780	3.471	675
Emprego sem cart. Assinada	4.111	313	236	426	1.087	1.737	309
Conta própria	3.737	298	268	349	1.070	1.439	310
Empregadores	755	41	32	93	155	356	76
Posição da Ocupação (% sobre a PEA)							
Emprego c/ cart. Assinada	46,32	38,02	45,96	46,67	43,25	49,01	48,69
Emprego sem cart. Assinada	25,16	28,78	23,47	25,81	26,42	24,53	22,31
Conta própria	22,94	27,47	26,62	21,15	25,99	20,33	22,39
Empregadores	4,62	3,79	3,25	5,63	3,78	5,03	5,49

Fonte: <http://www.ibge.gov.br> (situação em julho de 1998)

Gráfico 4

Demonstração gráfica da % posição da ocupação % sobre a PEA



Fonte: PME-IBGE. In: <http://www.ibge.gov.br> (situação em julho de 1998)

Mesmo na região de São Paulo, considerada a que mais garante os direitos trabalhistas, não atinge os 50% da PEA. A região de Recife apresenta a maior porcentagem de empregos sem carteira assinada e trabalhadores que trabalham por conta própria. Considerando a região de Salvador, percebe-se que o Nordeste é a região que menos assegura o contrato de trabalho padrão. Deste modo, torna-se expressivo, dentro do conjunto de pessoas ocupadas, o desenvolvimento de formas alternativas de sobrevivência. No gráfico, estas estão definidas como trabalho por conta própria, empregos sem carteira assinada e empregadores, mas abrangem o trabalho autônomo e a produção familiar; todas elas correspondem às formas produtivas do 3º Setor.

Os excluídos do mercado de trabalho não são vistos como fruto do desenvolvimento das forças produtivas. Gohn a partir da releitura de Kowarick (1975) passa a analisar os MS com os seguintes contornos, dentro da atual conjuntura do mercado de trabalho:

os marginais eram produtos do próprio modelo capitalista implantado nos países subdesenvolvidos; o problema não era integrá-los ou não – como afirmava a teoria da modernização a respeito da marginalidade – mas entendê-los dentro da lógica do próprio processo de acumulação, pois eles – pessoas alijadas do mercado formal de trabalho, atuando junto ao setor de serviços – desempenhavam um papel estratégico para esta mesma acumulação. A marginalidade passou a ser analisada a partir de então não somente como resultado de processos de exclusão, mas também como condição prévia à acumulação, num processo de superexploração da força de

trabalho nos centros urbanos e de disponibilidade de um grande exército de reserva de mão-de-obra desqualificada (...) (Gohn, 1997: 213-214)

As palavras de Gohn desperta para o ponto de vista: as iniciativas da sociedade civil estariam renovando a reprodução do Capital, e não contrapondo a elas, a partir do momento que assumem o papel de exército industrial de reserva, e ao mesmo tempo abafam tensões, desenvolvendo ela própria (sociedade civil) formas de sobrevivência, que por sua vez ainda realiza a produção das grandes empresas, seja comprando seus produtos, os quais farão parte do processo produtivo das micros e pequenas empresas e reproduções familiares, como, também fornecendo mão-de-obra barata.

Para amenizar as tensões decorrente das altas taxas de desemprego, da falta de capacidade do sistema econômico em promover ocupação produtiva para todos aqueles que a desejam, são inúmeros os debates cujo objetivo é encontrar soluções que resolvam esse problema. A partir de tais discussões são apontadas soluções como: 1) redução da jornada de trabalho; 2) reforma agrária; 3) investimentos na construção civil, nos serviços e no turismo, e nas alternativas produtivas desenvolvidas pela sociedade civil, duas soluções com maior relação com a caracterização do 3º Setor, 4) apoio as micro e pequenas empresas e a nova variável principal 5) valorização do Terceiro Setor. Todas apresentam suas vantagens e dificuldades.

A diminuição da jornada de trabalho - que se tornou o lema dos sindicatos europeus e tem como base a frase: "trabalhar menos para que todos trabalhem" é vista por seus defensores como uma forma de evitar as demissões em massa e de aumentar o tempo livre para o lazer e cuidados à família.

Entretanto, outros defendem que a redução da jornada de trabalho para empregar mais pessoas pode produzir efeito oposto. Segundo Nicole Cotat, secretária-geral da CFDT (Confederação Francesa de Trabalhadores), a redução da jornada de trabalho pode servir para outras finalidades, "mas, como arma antidesemprego é publicidade enganosa". Jennifer Hunt, especialista da Universidade Yale em trabalho/emprego, acrescenta em entrevista concedida a Folhas de São Paulo em março de 98.:

Não há evidências de que a redução da jornada reduza também o desemprego. Os empregadores acham o sistema ineficiente e compensam a redução com o corte dos custos, inclusive na folha de pagamentos.

Enfim, a redução da jornada de trabalho pode acarretar a dispensa de empregados, em vez de sua contratação, além de permitir a redução dos salários daqueles que ficam trabalhando.

Quanto a reforma agrária, é uma saída mais apontada para evitar o êxodo rural. Alternativa que impede que mais pessoas sejam obrigadas a abandonar o campo e engrossar os bolsões de miséria e desemprego da periferia das grandes cidades.

Entretanto, a reforma agrária no Brasil caracteriza um macro-problema que necessita de mudanças e reformas estruturais, pois a concentração de terras no Brasil é peculiar à formação econômica do país. A realidade mostra que esse é um processo bastante polêmico, e se isentando de pessimismo, é um problema a ser resolvido a longo prazo, pois as iniciativas tomadas nessa direção deixam claro que o processo anda a passos de tartaruga. Por outro lado, a situação em que chegou a falta de emprego exige que sejam implantadas alternativas de rápida repercussão.

É evidente a necessidade de uma maior democracia no setor agrícola. A reforma agrária tanto geraria ocupação para milhões de agricultores como poderia reduzir o preço dos gêneros alimentícios e facilitar a reprodução do trabalhador.

Investimentos na construção civil, nos serviços e no turismo: a construção civil é um setor que se destaca em termos de empregabilidade, principalmente, empregos que não necessitam de alta qualificação - condição de uma massa considerável de trabalhadores brasileiros.

É verdade que a construção civil não requer um alto nível de qualificação para a maioria de seus empregados. Entretanto, é de se considerar que as grandes construtoras não ficam fora da Lei Geral do Sistema - investimentos em tecnologias e em capital fixo.

Empregar pessoas para construir conjuntos habitacionais é uma estratégia que proporciona dois resultados: gera empregos e ameniza o problema habitacional brasileiro. Mas, esse tipo de emprego na construção civil é um emprego temporário, dura até a construção acabar.

Quanto à possibilidade de aumentar a empregabilidade no setor de serviços e no turismo, já tomamos conhecimento que o setor terciário não vive os seus dias de expansão, comparando com outros períodos. Os empregos que hoje são gerados nesse setor exigem um profissional polivalente e qualificado. Vale lembrar que os serviços também estão desempregando com a introdução de tecnologias.

Para um trabalhador conseguir um emprego na área de turismo (que vem crescendo muito no Brasil), terá que demonstrar além da qualificação de, no mínimo, onze anos de dedicação aos estudos - 2º grau completo - terá que falar fluentemente duas línguas, pelo menos, e possuir habilidade em computação, conhecimentos essenciais para uma pessoa garantir um emprego diante do ritmo de modernização atual.

O apoio às micro e pequenas empresas é uma das soluções mais apontadas pela classe empresarial como mostra as palavra de Abram Szajmam, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo em entrevista a Revista CGT Brasil, “a principal delas [das propostas conjunturais e estruturais anti-desemprego] no nosso entender, consiste em estimular e incentivar as micro e pequenas empresas” (n.º 13 - dezembro de 1996).

Os argumentos para dedicar importância à estas economias é o fato dessas se mostrarem bastante flexíveis às políticas econômicas e do seu peso na geração de postos de trabalho, como deixa claro Caio Márcio Silveira (Jornal da FENAPE, 1995):

A ênfase neste segmento não é certamente, gratuita. De acordo como o mapa do Mercado de Trabalho, recentemente publicado pelo IBGE, metade da população urbana brasileira trabalha em estabelecimentos com até dez pessoas ocupadas. O peso das atividades de pequeno porte, na geração de postos de trabalho é, hoje, uma realidade e, muito presumivelmente, uma tendência irreversível.

As micros e pequenas empresas atingem diferentes setores (produção, comércio e serviços) e envolvem unidades econômicas de caráter individual, familiar, associativa e empresarial. Quando individuais, elas são administradas pelos seus próprios donos, que conhecem as dificuldades e vantagens do seu pequeno empreendimento. Se baseiam na autogestão administrativa, “um modelo administrativo onde as decisões e o controle do negócio são exercidos pelos trabalhadores”.(Farias, 1997: 17)

A empresa individual reúne, num único sujeito, todas as atividades de uma empresa: produção, circulação, marketing, desenvolvimento, administração, etc. Um único indivíduo funciona como se fosse uma empresa.

Segundo Karla Von Döllinger Régnier⁴⁷, as micro e pequenas empresas, já estão sendo vistas por uma boa parte de intelectuais como “um paradigma de trabalho futuro” Diante da crise atual do Sistema Capitalista de Produção, “torna-se cada vez mais questionável a crença em um modelo de desenvolvimento e geração de empregos centrado na grande empresa.” O que, por outro lado, aumenta a importância da economia informal na criação de novas ocupações, principalmente diante da reestruturação industrial promovida nos anos 90, a qual propiciou a migração de trabalhadores da indústria para o comércio e os serviços. Esta migração explica, segundo Cecília Prates⁴⁸, o aumento do grau de informalidade da economia, principalmente nos anos do Plano Real, como mostra o quadro abaixo:

⁴⁷ In WWW.ipcia.gov.br.

⁴⁸ Revista Conjuntura Econômica: 01/1997.

**Quadro 7 – Taxa de informalidade da mão-de-obra média
(1º quadrimestre de cada ano)**

Anos	Percentual dos empregados sem carteira* E dos trabalhadores por conta própria na População ocupada metropolitana**
1983	38,10
1989	36,70
1994	45,00
1996	46,90
1997	47,90

Fonte: IBGE/PME, 1998.

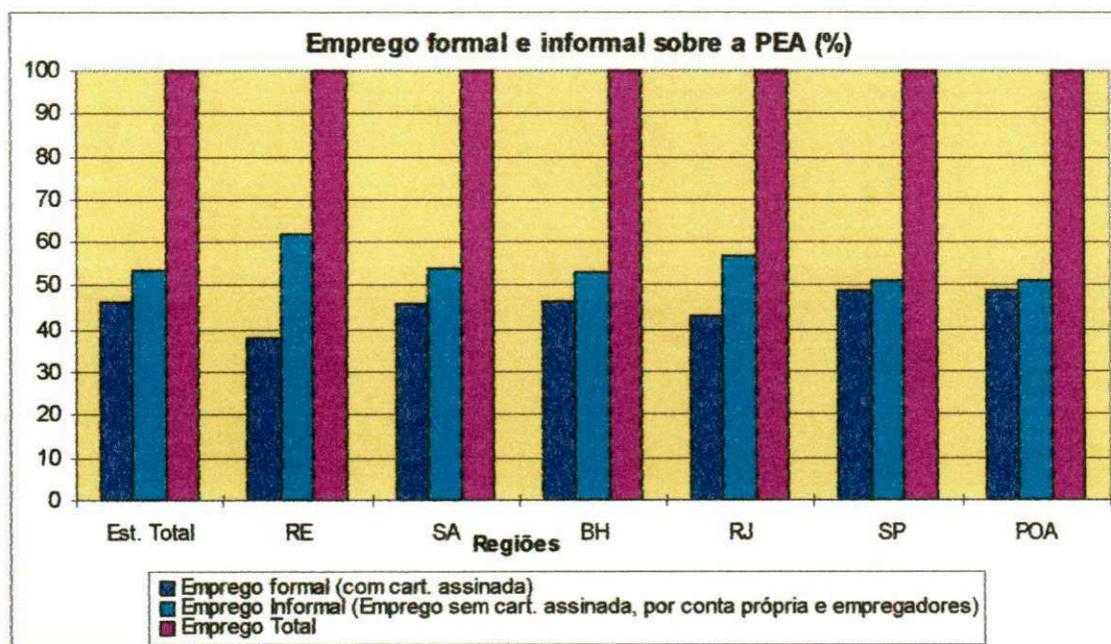
*Inclui os funcionários públicos.

**Média das RM: SP,RJ, BH, RE, SAL e POA

Dada a magnitude da economia informal, vem sendo reconhecida a sua capacidade de gerar ocupação para aqueles que não encontram emprego no mercado formal, economia que vem funcionando como um colchão que amortece as altas taxas de desemprego. Esse contexto destaca-se diante dos dados do quadro acima, no qual o percentual de trabalhadores informais sobre a população ocupada é crescente, chegando a ocupar quase 50% em 1997.

Em julho de 1998, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE (PME-IBGE), o setor informal era responsável pela ocupação de 53,6% da PEA, considerando a média total das seis regiões metropolitanas, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 5



Fonte: PME-IBGE In <http://www.ibge.gov.br>.

Verificamos que na região do Recife, a economia informal absorve mais de 60% da população ocupada. Em segundo lugar, vem a região do Rio de Janeiro, com 58,8% da PEA ocupada no setor informal. A região de São Paulo é a que mais emprega formalmente, pois demonstra o menor índice de informalidade, 51%. Com esses dados, a pesquisa deixa claro que a economia informal vem ocupando mais do que o mercado formal.

O excedente de mão-de-obra que não é inserido na produção capitalista vai buscar espaço na pequena produção. Todavia, as iniciativas informais são questionadas e vistas por muitos, como:

1. atividades desfavoráveis que estão à margem do sistema;
2. correspondem a um desemprego disfarçado;
3. são sinônimo de ocupações precárias e clandestinas - estimulam a sonegação de impostos e concorrem de forma desleal com as empresas formais;
4. iniciativas informais que possuem um alto índice de mortalidade, surgindo e desaparecendo com facilidade; e
5. agravam a deterioração do trabalho por negarem os direitos trabalhistas.

A propensão do setor informal é absorver a mão-de-obra desnecessária ao avanço tecnológico, pouco qualificada, excluída do setor formal da economia. Todavia,

é imprescindível repensar o que sejam postos de trabalho de boa qualidade, se pretendemos uma avaliação mais precisa do que está realmente ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro nos últimos três anos. No mundo cada vez mais globalizado, não se pode seguir pensando que a condição de empregado com carteira é melhor do que a do empregado temporário ou do autônomo. (Prates, 1997: 41)

As atividades típicas desse setor conseguem, muitas vezes, aumentar o bem-estar social de quem as inicia; essas, se devidamente apoiadas, principalmente com crédito orientado, poderão criar um modelo de desenvolvimento auto-sustentado.

Um modelo de inclusão social, baseado em uma nova forma de organização empresarial, em uma economia solidária. É a alternativa defendida por Paul Singer (1998) para resolver o problema social do desemprego. Um novo segmento empresarial com fins sociais, que Singer define, no seu mais recente livro “Globalização e Desemprego, Diagnóstico e Alternativas”, como uma economia solidária, diferente dos padrões empresariais predominantes e que pode configurar uma possível solução para o desemprego e para a exclusão social. Segundo o próprio economista, “é uma proposta revolucionária que envolve uma mudança cultural”. Mudança que significa a valorização das ações do 3º Setor (Singer, 1998)

Este segmento não vem se destacando apenas pela empregabilidade que gera, mas também pelo apoio que presta às pequenas iniciativas do setor informal da economia. Através da associação, integração e organização da própria sociedade, o 3º Setor busca combater os problemas sociais em nível local. Para Gilberto Dupas⁴⁹, a valorização do Terceiro Setor é uma das poucas alternativas para solucionar o desemprego.

Além de empregar mão-de-obra voluntária nos Estados Unidos, ele tem gerado empregos pagos para cerca de 14,4 milhões de norte-americanos. Para se ter uma idéia da magnitude do desenvolvimento do Terceiro Setor, em nível mundial, Rodrigues (1997) mostra que ele em 1996 constituía mais de 6% do PIB dos EUA e era responsável por 9% do emprego total. Já na Inglaterra, ele envolve, de alguma forma, 39% da população e produz 4% de receita sobre o PIB. Na França sua empregabilidade vem crescendo, enquanto que a geração de emprego do setor privado diminui. Em 1996, o setor era responsável por 6% do emprego geral. Na Alemanha as organizações sem fins lucrativos vem empregando mais que a agricultura. Nos países emergentes, existiam 35 mil organizações com mão-de-obra voluntária em janeiro de 1997.

Nos EUA, 51% dos adultos norte-americanos doam seu tempo a alguma ONG. Atividades tanto para quem possui mais tempo livre, depois de uma flexibilização do mercado de

⁴⁹ In www.cca.usp.br.

trabalho, como atividades que auxiliam os desprovidos de emprego. Assim, nas organizações do Terceiro Setor coexistem tanto o trabalho voluntário como o remunerado, trabalham pessoas movidas por idealismo ou por necessidade. (Coelho, 2000)

Para Jeremy Rifkin, em seu livro *O fim dos empregos*, o Terceiro Setor é a saída para um futuro cada vez mais automatizado:

Ao contrário da economia de mercado, que se baseia exclusivamente na produtividade e por isso é receptiva à substituição do trabalho humano por máquinas, a economia social está centrada nas relações humanas, em companheirismo e em vínculos fraternais. (1995: 102)

As palavras de ordem como soluções para o desemprego são participação e cidadania em busca de promover o bem comum. É nesse sentido que caminha o 3º Setor, suprimindo algumas necessidades sociais que não foram e não estão sendo cumpridas nem pelo setor público, nem pelo setor privado.

4. CONJUNTURA POLÍTICA: RENOVAÇÃO DO *WELFARE STATES* E DA SOCIAL-DEMOCRÁCIA, O CAMINHO DA 3ª VIA

A importância da conjuntura política na discussão do 3º Setor é despertada por Tarrow na obra *Power in Movement* (1994)⁵⁰, na qual o autor destaca os elementos essenciais para a criação de um MS, são eles: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais. As oportunidades políticas ficam no centro do processo dentro da discussão levantada por Tarrow.

Gohn observa “que os ciclos de protestos [a emergência dos MS] coincidem com os de inovações políticas.” Daí nasce o interesse de estudar a conjuntura política como um fator favorável à emergência das instituições do 3º Setor, acreditando que “os movimentos emergem em respostas à expansão de oportunidades políticas disponíveis para grupos em busca de mudanças.” (Gohn 97 1997).

É impossível discutir o 3º Setor sem abordar a posição atual do Estado e o processo de reforma pelo qual vem passando. Uma questão a ser esclarecida gira em torno do conceito de Estado forte ou fraco, o que nos remete a conceitos como: social democracia, Estados de bem-estar “*welfare states*”, e a mais recente forma de fazer política: 3º Via. Enfim, qual a posição que o Estado assume que favorece o crescimento das instituições do 3º Setor?

Se for um Estado forte, fica a pergunta: forte diante dos programas de privatizações, da redução do seu tamanho? Dá sua contribuição econômica e social? Será que a característica forte está na representação cívica? Se levarmos em consideração o resultado da última eleição para presidente, na qual Luiz Inácio Lula da Silva ganhou, um sindicalista, um trabalhador representando a nação!...

E a social democracia no Brasil? Esta tem como principal representante o partido de nosso ex-presidente: FHC e o PSDB (composto por intelectuais de sotaque europeu e de políticos sem muito votos, guardando honrosas exceções, segundo Gustavo Franco em foco na *Revista VEJA* do dia 20 de novembro de 2002). Essa postura governamental ganhou formas mais concretas em nível nacional com o Plano Real, concebido por economistas do PSDB, todos como pós-graduação em ilustres universidades americanas, o que ajuda a reproduzir um *welfare states* de cara nova, com uma nova forma de atuação e intervenção do Estado na economia e nas políticas públicas.

Esta nova estrutura política cria oportunidades para a mobilização e fortalecimento da sociedade civil? O que esta claro é que, no Brasil, desde o fim dos anos 80, vem sendo criada uma estrutura de oportunidades políticas que vem contribuindo para o desenvolvimento das ONGs, de produções alternativas, de meios sociais de subsistência etc. Segundo Gohn, “o estímulo que as políticas econômicas neoliberais têm dado ao setor informal da economia levou ao surgimento de extensas redes produtivas comunitárias nos países latino-americanos, onde a mão-de-obra é farta mas tem alto custo social.” (1997, 17).

Tarrow coloca a sociedade política como um dos atores centrais no processo de geração dos NMS. Retoma a metodologia gramsciana que não separa a sociedade civil do Estado, para entender o sistema de poder do Estado. Gohn também destaca a importância dos estudos de Gramsci como referência básica na análise da relação do Estado com os NMS, principalmente, por causa da sua filosofia humanista. Segundo Gohn, a análise dos NMS em Gramsci,

tratava-se da problemática da construção da hegemonia popular ou contra-hegemonia à classe dominante. [nos estudos de Gramsci] Considerava-se que a articulação de elementos dispersos e fragmentados no cotidiano dos indivíduos, expressos por representações e pela práxis, baseadas no senso comum, conteria o germe e a possibilidade da transformação social, pela politização e transformação da consciência das massas. E os intelectuais teriam papel relevante neste processo.

As palavras de Gohn nos levam a nascente onde bebem os adeptos dos NMS, aqueles que vêem as iniciativas da sociedade civil como salvadoras da pátria, que percebem os NMS como fermento básico para a transformação social. Mas é preciso considerar que para a mudança ocorrer é necessário uma política democrática, e ter consciência que a realidade almejada ocorrerá em um processo gradual. É preciso

admitir que a conquista de espaços políticos dentro dos órgãos estatais é importante, assim como sua democratização. Significa ainda admitir que a mudança social é um processo gradual, a tomada do poder por uma nova classe deve ser precedida de um processo de transformação da sociedade civil, em seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra-hegemonia sobre a ordem dominante. (Gohn, 1997)

É a partir de interpretações como esta que os NMS são vistos como agentes revolucionários. Será que estamos vivendo um momento de revolução? Pois como escreve Gohn, “as revoluções são produzidas quando esses ciclos [ciclos de MS específicos] combinam-se com crises econômicas e com a divisão dentre as elites.” Divisão que se

⁵⁰ Apud Gohn, 1997.

concretiza com um Estado fraco (defendido pelos neoliberais) e sociedade civil forte, esta é a conjuntura ideal para a participação social e para o surgimento e fortalecimento dos NMS. Afinal, uma crise na hegemonia da classe dirigente abre espaço para a renovação e a construção de uma contra-hegemonia.

4.1. Renovação do *Welfare States* e da Social-Democrácia

É interessante esclarecer que não existe um único padrão de *welfare states*, os programas mudam de país para país, quanto a objetivos, estrutura, origens etc.

T. H. Marshall foi o maior representante do *welfare states* na Grã-Bretanha no pós-guerra, pregando-o como o “ponto alto de um prolongado processo de evolução dos direitos de cidadania.” Depois do pós-guerra Marshall previa que sistemas de *welfare* iria se expandir progressivamente, combinando o desenvolvimento econômico com a implantação, cada vez mais plena, dos direitos sociais. (apud Giddens, 2002 *passim*)

Os programas norte americanos tiveram a inspiração econômica de John Maynard Keynes, o qual bebeu da fonte das teorias marxistas, encarando o Capitalismo como irracional. Mas, Keynes acreditava que poderia controlá-lo com o controle da demanda e a criação de uma economia mista, onde o Estado era bastante participativo. (apud Giddens, 2002 *passim*)

Independentemente da nacionalidade, o objetivo dos programas de *welfare states* giravam em torno da criação de uma sociedade mais igualitária, protegendo os indivíduos ao longo da vida. Mas, segundo Giddens,

algumas formas de instituição do *welfare states* são burocráticas, alienantes e ineficientes, e benefícios de *welfare* podem gerar consequências perversas que solapam o que foram projetadas para realizar. No entanto, a política da terceira via vê esses problemas não como um motivo para dismantlar o *welfare states*, mas como parte da razão para reconstruí-lo. (Giddens, 2002: 123)

Os sistemas de *Welfare* por muito tempo eram a fonte de segurança para o indivíduo. No entanto geravam desigualdades nos resultados. Já na década de 80 exigia mudanças, providenciadas com uma reconstrução que buscava um crescimento econômico conduzido por princípio de Mercado: auto-equilíbrio, autonomia, iniciativa etc., enquadrando-os nas políticas neoliberais.

O *welfare states* 'causa danos destrutivos a seus supostos beneficiários: os vulneráveis, os inferiores e os desafortunados (...) alveja o espírito empreendedor e autoconfiante dos indivíduos, e introduz uma profunda carga de ressentimento explosivo sob os alicerces de nossa sociedade livre. (Giddens, 2002: 23)

Um dos maiores ataques ao sistema *welfare* estava no aumento dos gastos de seguridade social, que onerava as contas públicas. Acreditava-se que o sistema criava culturas de dependência, além de criar oportunidade de risco moral ou fraude. O risco moral apareceria a longo prazo; as pessoas tendiam a usar o seguro desemprego ou o auxílio saúde para fugir do mercado de trabalho, encontravam motivos, sem o menor constrangimento, para procurar os benefícios do *welfare* e concretizar a política de dependência. A longo prazo seria normal uma maior ausência do trabalho por pretensas razões de saúde e um nível mais baixo de procura de emprego. Com o passar do tempo a noção de risco e segurança desenvolvidas no *welfare states* se altera. (Giddens, 2002: 125).

Segundo Cecília Prates⁵¹, a queda do Estado centralizador e autoritário, resultado da sua própria estrutura pesada, lenta e ineficiente, desencadeada a partir dos anos 70 nos EUA, deu origem a atual crise econômica mundial. Com essa queda, começa a acontecer a transformação do Estado social-democrático para um Estado social-liberal, condizente com a nova onda neoliberal dominante. No Brasil essa transformação começa a se desenrolar no início dos anos 90 com o governo Collor.

As políticas neoliberais, que predominaram na década de 80 na realidade norte-americana, contrárias ao *welfare* keynesiano são aplicadas em nível mundial. O que corresponde à imposição de planos neoliberais pelo FMI aos países do terceiro mundo. O neoliberalismo é alicerçado sob dois pilares: o fundamentalismo de mercado e o conservadorismo. O conservadorismo fica por conta da credibilidade dada à tradição (alegando que esta contém sabedoria acumulada tornando-se um guia para o futuro), o que cria uma posição cautelosa em relação à mudança social e econômica, também justificando o protecionismo dos mercados. O fundamentalismo diz respeito à crença da auto-regulação do mercado econômico.

O colapso do comunismo no leste europeu, após 1989, desencadeia uma nova dinâmica nas políticas públicas, aumenta em nível mundial a necessidade de agir em plena liberdade pregada pelo neoliberalismo. Os partidários dos partidos comunistas passaram a receber outros nomes e aproximaram-se da social-democracia. Giddens cita o Partido

⁵¹ Revista Conjuntura Econômica. 01/1997.

Comunista Italiano que renasce como Partido Democrático da Esquerda em 1991. Os partidos dos trabalhadores passaram a dar ênfase à liberdade e escolha individual, a dependência dos sindicatos foi reduzida, a administração da demanda a partir das teorias keynesianas foi abandonada. Todos esses fatos mudaram a postura da social-democracia.

A nova social-democracia passa a estabelecer políticas de esquerda no centro. Principalmente por que, como Giddens coloca, ela sempre esteve ligada ao socialismo. O mundo bipolar foi o contexto no qual ela foi formada. E agora, como o mundo bipolar está dissolvido, precisa tomar a justiça social e a política emancipatória como cerne e assim tecer fios entre os diversos estilos de vida, o que poderá ser feito com a diversidade de ações do 3º Setor:

uma *welfare states* reformado, por exemplo, tem de corresponder a critérios de justiça social, mas tem também de reconhecer e incorporar a escolha ativa de estilo de vida, estar integrado com estratégias ecológicas e responder a novos cenários de risco. (Giddens, 2001: 55)

A justiça social começa pelo abandono da desconfianças dos social-democratas com as associações voluntárias. Antes, acreditava-se que estas fariam mais mal do que bem, a partir do momento que seus serviços são comparados com os serviços oferecidos pelo Estado. Mas, na nova postura, uma sociedade democrática e o poder público representam o coletivo, que deveria envolver toda a sociedade.

Ao contrário da posição anterior, o *welfare states* com a nova cara usa os conceitos de desigualdade e igualdade para contribuir e não para bloquear caminho, principalmente no que diz respeito a gastos que sufocavam o orçamento governamental, além de discriminar classes.

A diminuição dessas diferenças poderia ser alcançada através da tributação progressiva, um dos principais objetivos da socia-democracia. Vivemos em um momento ímpar no qual é necessário encontrar o equilíbrio entre o indivíduo e as responsabilidades coletivas. O conservadorismo do livre mercado que reproduz “individualismo interesseiro”, retratado na teoria econômica neoliberal e concretizado no protecionismo de mercados, precisa ser reformulado, não encontra espaço nas novas posições públicas. O Estado mínimo passa a ter outra conotação.

A tese do Estado mínimo está estreitamente ligada a uma visão peculiar da sociedade civil como um mecanismo autogerador de solidariedade social. Os pequenos pelotões da sociedade civil deveriam ter permissão para florescer, e o farão se não forem impedidos pela intervenção estatal. Diz-se que as virtudes da sociedade civil, se estas fossem deixadas por sua própria conta, incluiriam: ‘bom

caráter, honestidade, dever, dedicação, honra, serviço, autodisciplina, tolerância, respeito, justiça, auto-aperfeiçoamento, confiança civilidade... (Giddens, 2001: 21)

Giddens (2001), também destaca a mudança nos padrões de apoio e atratividade política. Antes a votação enquadrava-se na divisão de classes e na polaridade esquerda/direita. A posição econômica que demarcava os eleitores socialistas e capitalistas ficou bem menos evidente. Hoje o que influencia mais o voto é o estilo de liderança, a capacidade de formar consenso, características que nem sempre estão condicionadas a posição social e econômica.

Outro conceito interessante é o que Giddens (2001) define como “subpolítica”, decorrente da exclusão voluntária ou do que podemos chamar de revolta das elites. Grupos privilegiados afastam-se das elites, optam por viver em separado, militando junto a comunidades carentes, ou os chamados restos da sociedade, o que fortalece as comunidades locais e a política como um todo:

o que para alguns pareceu um processo de despolitização - a subtração de influência dos governos nacionais e dos partidos políticos -, para outros foi uma disseminação de engajamento político e ativismo. Ulrich Beck fala da emergência “subpolítica” – política que migrou do parlamento para grupos de pressão unidirecionados na sociedade. Muitos desses grupos, tais como o Greenpeace ou o Oxfam, operam numa escala global. (Giddens, 2001: 58)

Ronald Inglehart⁵² levanta a tese “pós-materialismo”, alegando que, depois de atingido um certo nível de prosperidade, as questões econômicas chamam menos atenção, a preocupação maior passa a ser a qualidade de vida.

Tal idéia é também defendida pelo economista brasileiro Eduardo Giannetti⁵³ o qual volta os seus estudos para o bem-estar da humanidade, estudos sintetizados no recém lançado livro “Felicidade”: Companhia das Letras, no qual o economista defende que “a preocupação dos grandes economistas em qualquer tempo sempre foi facilitar a busca da realização e do potencial humano.”

Segundo Inglehart a auto-expressão e o desejo de trabalho significativo ficam acima da maximização das recompensas econômicas. Talvez seja por isso que atualmente as questões ecológicas fazem parte das preocupações social-democratas. Para resolver essas questões utilizam a participação comunitária na reforma constitucional (na Alemanha, intensivamente no movimento verde a partir de 1989).

⁵² Giddens, 2001.

⁵³ Em entrevista a *Revista Isto é* n. 167 1732, 11 de dezembro de 2002.

A proteção ao meio ambiente é vista como um meio de crescimento econômico e não como contraponto, demonstrando que a nova social-democracia saiu do enfoque da distribuição de recursos para focar a organização física e social da produção e as condições culturais de consumo. A clássica social-democracia conferia importância esmagadora ao *welfare states*, era mais inclinada a resolver problemas entre os partidos políticos do que problemas globais, como é a questão ambiental, o que mudou totalmente, pois seu novo estilo preocupa-se com as questões ecológicas; ciência e tecnologia precisam andar juntas, para isso, a tomada de decisões tem que envolver políticos e cidadãos, pois não podemos

esperar que especialistas saibam automaticamente o que é bom para nós, tampouco podem eles sempre nos fornecer verdades inquestionáveis; eles deveriam ser convocados para justificar suas conclusões e planos de ação diante do escrutínio público. (Giddens, 2001: 69)

Esta posição nas políticas públicas explica o interesse pela participação política da sociedade civil. As consequências avassaladoras do avanço tecnológico, colocaram em risco a sobrevivência futura da humanidade; este fenômeno precisava ser evitado, minimizado. A proeminência do risco mudou a postura política que agora “conecta a autonomia do individual [nas ações do 3º Setor] de um lado com a influência avassaladora da mudança científica e tecnológica em outro.” O avanço tecnológico é essencial ao desenvolvimento de uma nação, mas é preciso levar em consideração os limites humanos e naturais (Giddens, 2001: 69)

A relevância nas questões ecológicas é a principal diferença na postura dos social-democratas atualmente. Mudança estimulada pelos chamados movimentos verdes, e são esses personagens que executam a “subpolítica”. Giddens mostra a influência que este tipo de movimento vem proporcionando na Alemanha:

na política concreta, a influência dos grupos ecológicos já foi considerável, especialmente na Alemanha – não é surpreendente que a noção de “subpolítica” tenha se originado lá. Em sua obra *The German Left*, Andrei Markovits e Philip Gorski observaram que ‘ao longo de toda a década de 1980 os verdes se desenvolveram no agente socializante da esquerda no sentido de que praticamente todas as idéias, inovações políticas, formulações estratégicas, estilo de vida (...) se originaram dos verdes e de seu meio.’⁵⁴ [das ações do 3º Setor]. O chanceler Willy Brandt gostava de dizer que os verdes eram os ‘filhos perdidos do SPD’, [Partido Socialista Democrático alemão] mas na verdade os social-democratas foram revitalizados por sua confrontação compulsória com o movimento ecológico. As

⁵⁴ Andrei Markovits e Philip Gorski: *The German Left*, Cambridge: Polity Press, 1993; Nova York: Oxford University Press, 1993, p. 269. Apud Giddens, 2002: 64.

consequências são tangíveis. A Alemanha é um dos mais destacados países do mundo em termos de medidas ambientais (...) Premonições de possíveis catástrofes globais foram expressas principalmente na década de 1960 e logo floresceram em previsões inteiramente maduras. Os recursos da Terra, foi proclamado, estão sendo consumidos numa taxa assustadora, enquanto a poluição está destruindo o equilíbrio ecológico de que a continuidade da natureza depende.”(Giddens, 2002: 64)

Mesmo com tantas evidências, foram lançadas críticas às premonições de catástrofes globais, críticas estas fundamentadas nos princípios de mercado, na lei da oferta e da procura. Se algum recurso se torna escasso, o seu preço subirá, empurrando a demanda para baixo. O contrário também pode acontecer, se existir uma oferta maior que a demanda o seu preço cai e a demanda aumenta. Segundo esse princípio, não há limite para o crescimento econômico, o próprio mercado se encarregará de equilibrar o mercado. Além de acreditar e divulgar que “a natureza tem uma propriedade restauradora que vai muito além de qualquer impacto que seres humanos possam ter sobre o ambiente – por exemplo, a natureza está sempre criando novas espécies, assim como destruindo-as”. (Giddens, 2002: 65)

Como para todo ato mostra-se um argumento, percebemos que o caminho para estabelecer a democracia é árduo e difícil. A renovação passa pelo abandono ao conservadorismo; até mesmo em ambiente micro como é a família. A proposta de 3ª Via é começar por esta célula, abandonando a exigência da família tradicional, respeitando as novas formas de cuidados com os filhos. Já que “as relações familiares são parte do tecido mais amplo da vida social”, nada mais lógico do que a adoção de uma visão diferente e moderna da prolicação saudável, como se percebe na ótica de Giddens:

diversidade e escolha são as palavras de ordem da época; por que deveriam parar no limiar da família? Deveríamos aceitar que as pessoas podem viver felizes juntas sem serem casadas, homossexuais podem educar crianças com tanta competência quando a população heterossexual, com recursos adequados. figuras parentais isoladas são capazes de criar filhos tão satisfatoriamente quando casais.” (Giddens, 2002: 100)

A família está se tornando democrática, o que proporciona um contexto de igualdade, autonomia, respeito mútuo etc. Esta desintegração acompanha a tese de limitações dos homens. Segundo as palavras de Giddens,

os homens são intrinsecamente displicentes e moralmente irresponsáveis [no que diz respeito à criação dos filhos, delegam essa responsabilidade à mulher, claro que há suas exceções]; a menos que presos em segurança ao casamento de tipo tradicional [preso a um registro em cartório] (Giddens, 2001: 106)

A nova postura precisa reconhecer e dá importância a todos os impasses sociais, começando pelo relacionamento familiar. Segundo Giddens, para afetar as estruturas de desigualdades é preciso garantir uma família democrática, favorecendo: igualdade emocional e sexual, direitos e responsabilidade mútuos nos relacionamentos, co-paternidade, contratos vitalícios de paternidade, autoridade negociada sobre os filhos , obrigações dos filhos para com os pais, a família socialmente integrada. A mudança social só será possível a partir do primeiro passo, o que exige uma postura política que desenvolva e garanta uma democratização familiar.

4.2 - O Caminho da 3ª Via

A 3ª Via “se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transforma fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo. (Giddens, 2001)

As principais características, tanto da social-democrácia do velho estilo como do neoliberalismo, estão reproduzidas no quadro a seguir.

Quadro 8 - Confronto entre as políticas da velha social-democracia e do neoliberalismo.

Social-democr�cia do velho estilo	Neoliberalismo (Thatcherismo)
1. Envolvimento difuso do Estado na vida social e econômica	1. Governo mínimo
2. Domínio da sociedade civil pelo Estado	2. Sociedade civil aut�noma
3. Coletivismo	3. Fundamentalismo de mercado
4. Administra�o keynesiana da demanda, somando ao corporativismo	4. Autoritarismo moral, somando a forte individualismo econômico
5. Papéis restritos para os mercados: a economia mista ou social	5. Mercado de trabalho se depura como qualquer outro
6. Pleno emprego	6. Aceita�o da desigualdade
7. Forte igualitarismo	7. Nacionalismo tradicional
8. Welfare states abrangente, protegendo os cidadãos "do berço ao túmulo"	8. Welfare states como uma rede de segurança
9. Moderniza�o linear	9. Moderniza�o linear
10. Baixa consciência ecológica	10. Baixa consciência ecológica
11. Internacionalismo	11. Teoria realista da ordem internacional
12. Pertence ao mundo bipolar	12. Pertence ao mundo bipolar

Fonte: Giddens, 2001: 17-18.

Já na década de 70 o economista tcheco Ota Sik trabalhava com a expressão 3^o Via, utilizando-a para definir o socialismo de mercado. Mais recentemente a expressão foi retomada por Bill Clinton e Tony Blair, acolhida pela social-democracia e pelos socialistas. Achavam que estavam encontrando uma alternativa diferente do capitalismo de mercado americano e do socialismo soviético. Há críticos que a enxergam como um neoliberalismo requintado, com uma nova roupagem.

Recentemente o conceito foi lançado pelo sociólogo inglês, Antony Giddens, no início da década de 90 para definir o conjunto de alternativas políticas apontadas para amenizar as conseq ncias das políticas neoliberais e da social-democracia. Passou a ser associada às práticas de políticos de esquerda obrigados a cumprir programas de direita, situa o que Giddens associa ao primeiro-ministro da Inglaterra: Tony Blair, que não fica longe da condi o do nosso novo presidente, Luiz In cio Lula da Silva, que é um político de esquerda cercado de políticas de mercado, políticas neoliberais.

Em fevereiro de 1998, Blair falou em discurso do desejo de

criar um consenso internacional de centro-esquerda para o século XXI. (...) 'a velha esquerda resistiu a essa mudança. A nova direita não quis administrar. Temos de administrar essa mudança para produzir solidariedade e prosperidade sociais.'⁵⁵ Trata-se de uma tarefa tremenda, pois, como estas afirmações indicam, as ideologias políticas preexistentes perderam sua ressonância. (Giddens, 2001: 11)

O autor destaca as ideologias marxistas, do seu descrédito nas últimas décadas, assunto que iremos relacionar com a emergência do 3º Setor no próximo item. Também destaca as políticas neoliberais, que insistem em diminuir o Estado, alegando que a intervenção estatal atrapalha o equilíbrio de mercado; os social-democratas, por sua vez querem expandi-lo, acreditando que nas políticas públicas estão a solução dos problemas sociais.

Parece que estamos vivendo uma quebra da dualidade esquerda/direita, se considerarmos a posição inicial do governo brasileiro, a quem diga que ele não está seguindo as propostas do seu partido de esquerda. Então o que está acontecendo? Segundo Giddens, a essência da política é a luta de idéias e políticas opostas. Embora o que está 'na esquerda' ou 'na direita' possa mudar, nada pode estar na esquerda e na direita ao mesmo tempo. Trata-se de uma distinção polarizante. (2001: 49)

Dai como fica a posição do atual governo? É esquerda ou de direita? Bobbio⁵⁶ esclarece que quando os partidos estão caminhando para o equilíbrio ou já estão vivenciando-o, não interessa questionar quem é de direita ou de esquerda, quando não há lado perdedor, não há oposição.

Então podemos concluir que está acontecendo uma combinação de elementos. Os partidos de direita, para sobreviver no pós Segunda Guerra Mundial, "tiveram de adotar alguns valores da esquerda e aceitar a estrutura básica do *welfare states*" (Giddens, 2002: 49). Do mesmo modo, a esquerda não é mais a mesma de outrora, como destaca Bobbio:

é inegável que a razão para a atual falta de direção da esquerda é que emergiram no mundo moderno problemas que os movimentos tradicionais da esquerda nunca propuseram, e alguns dos pressupostos em que eles fundaram sua força e seus planos para a transformação da sociedade não se materializaram (...) Nenhum esquerdista pode negar que a esquerda hoje não é o que era antes.⁵⁷

⁵⁵ Tony Blair, entrevista, *Guardian*, 7 de fevereiro de 1998 apud Giddens, 2001: 11.

⁵⁶ Apud Giddens, 2002: 49.

⁵⁷ Bobbio. "Reply to the critics", in *Left and Right*, p. 133 apud Giddens, 2002: 50-51.

Ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação pela igualdade, pelas oportunidades de vida pelo bem-estar e a auto-estima. Ser de direita é defender a globalização, defender o protecionismo econômico e cultural, é ter uma política austera em relação à imigração.

Na política da 3^o Via a esquerda e a direita passam a aceitar os benefícios, riscos e incertezas gerados pela ciência e pela tecnologia. A linha divisória entre a esquerda e a direita morreu! A ênfase dada ao socialismo, como uma teoria administrativa econômica, diminui. A idéia de inimigos políticos ficou ultrapassada com o fim da era bipolar.

Dessas mudanças nasce o apelo por governos descentralizados, que deleguem poder de baixo para cima, abandonando a imposição de políticas de cima para baixo. O governo aprende a dinâmica da empresa privada, a fim de eliminar a crença de ser pesado e ineficaz, torna-se ágil diante das mudanças. Essa nova dinâmica nas políticas públicas caracteriza a 3^a Via. Cabe agora discutir os aspectos principais das propostas políticas da 3^a Via. O quadro abaixo sintetiza as informações.

Quadro 9 - Principais Aspectos da 3^a Via

Objetivos da 3^a Via	Princípios da 3^a Via	Programa da 3^o Via
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ajudar o cidadão a abrir o seu caminho ➤ Promover a justiça social ➤ Contestar o protecionismo econômico e cultural 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Não há direitos sem responsabilidade ➤ Não há autoridade sem democracia ➤ Cautela na arena ambiental ➤ Igualdade ➤ Proteção aos vulneráveis ➤ Liberdade como autonomia ➤ Pluralismo cosmopolita⁵⁸ ➤ Conservadorismo filosófico⁵⁹. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ novo Estado democrático (o Estado sem inimigos) ➤ Sociedade civil ativa ➤ Igualdade com inclusão ➤ <i>Welfare</i> positivo ➤ Estado do investimento social ➤ A nação cosmopolita ➤ Democracia cosmopolita

Fonte: Giddens: 2002 (passim)

A partir dos aspectos gerais da 3^a Via, percebe-se as sombras do socialismo e do comunismo, que correspondem à oposição ao individualismo de mercado, caracterizadas nas

⁵⁸ O pluralismo cosmopolita aparece em resposta à crise, aos questionamento da clássica posição do governo neoliberal, a posição da 3^a Via apresenta uma forte ênfase aos valores cosmopolitas.

⁵⁹ Conservadorismo diz respeito à consciência dos problemas decorrentes dos processos modernizantes, à cautela com as ferramentas que promovem a modernização.

ideais de criar uma sociedade eqüitativa, capaz de gerar riqueza e distribuí-la de forma igualitária, reproduzindo a ideologia de humanizar o Capitalismo.

Um novo individualismo é criado. A posição egoísta, autoritária, protecionista, dá lugar a um individualismo com autoridade, mas uma autoridade ativa e aberta a participações, entre elas, a da sociedade civil.

O sociólogo Ulrich Beck destaca um “novo individualismo” e o conceitua como

individualismo institucionalizado. A maior parte dos direitos e garantias do *welfare states*, por exemplo, é atribuída a indivíduos e não as famílias. Em muitos casos eles pressupõem o emprego. O emprego por sua vez implica educação e ambos pressupõem mobilidade. Por meio de todas essas exigências as pessoas são convidadas a se constituir como indivíduos: planejar-se, compreender-se, projetar-se a si mesmas como indivíduos”⁶⁰

O governo estabelece contato direto com os cidadãos, praticando a democracia local direta, exemplos concretos são: orçamento participativo, os comitês na infância da adolescência etc. A propósito Giddens comenta:

os comitês leigos sustentam muitas inquietações que os técnicos simplesmente ignoraram, levando a um rico debate público sobre critérios de risco, alguns dos quais foram mais tarde introduzidos na política pública.

A promoção de uma sociedade civil ativa é uma parte básica da política da terceira via.

Estado e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la. O tema da comunidade é fundamental para a nova política, mas não só como um *slogan* abstrato. O avanço da globalização torna um foco comunitário tanto necessário quanto possível, por causa da pressão para baixo que exerce. ‘comunidade’ não implica a tentativa de recapturar formas perdidas de solidariedade local; diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material de bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas. (Giddens, 2002: 87-89)

O interessante é a simultaneidade da adoção de políticas com os objetivos, valores e programas da 3ª Via e a busca da autonomia individual, do favorecimento de uma cidadania mais reflexiva, desenvolvida graças à rapidez na troca de informações, a impressão é que os cidadãos estão vivendo em um único ambiente, a cultura do segredo está ameaçada com o avanço nas telecomunicações, com a internet qualquer cidadã (que tenha acesso) pode

⁶⁰ Ulrich Beck. “The cosmopolitan manifesto”, *New Statesman*, 20 de março de 1998. Apud Giddens, 2002: 46.

freqüentá-la, estando bem vestido ou não, independente de cor, raça, origem. Aparece a idéia de indivíduos autosustentáveis, que defendem-se ao invés de depender do Estado.

O governo deve se preocupar apenas com a organização da ordem cívica, renovando a comunidade com incentivos, principalmente quanto a pequenos empreendimentos econômicos, fornecendo capital através de microcréditos ou estimulando empresas a investirem no social através de incentivos:

uma forma é dispensar o pagamento de impostos sobre ganho de capital se os lucros forem reinvestidos em negócios de tal maneira que as ações sejam adquiridas por funcionários residentes na zona de empreendimento. Outra é fazer o mesmo se os ganhos forem reinvestidos em organizações não-lucrativas que forneçam treinamento de mão-de-obra ou outros recursos comunitários. (Giddens, 2001: 95)

Outra forma que o governo vem utilizando para aumentar e organizar a participação cívica é o “crédito de serviço”, introduzido já nos EUA e no Japão, onde o indivíduo participando de trabalhos voluntários, são pagos em tempo doado, que são creditados em contas em um sistema de computadores e os participantes ganham ou gasta os seus “dólares tempo, que também ficam isentos de imposto e podem ser acumulados para o pagamento de assistência médica ou redução do seguro-saúde, usados para custear cursos educacionais, caso a pessoa fique desempregada. Assim,

com base em programas de dólar-tempo, ele visa [o governo] estabelecer uma economia voluntária de tempo, usando uma sofisticada tecnologia computacional. O governo deveria estar pronto para contribuir para tais esforços, bem como para encorajar outras formas de tomada de decisão de baixo para cima e de autonomia local. (Giddens, 2002: 84)

Enfim, todos os princípios, objetivos e programas da 3ª Via buscam ampliar a democracia. Para tanto,

o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade. (...) Essa economia só pode ser eficaz se as instituições de *welfare* existentes forem inteiramente modernizadas, a política da terceira via é uma política de uma única nação. A nação cosmopolita ajuda a promover a inclusão social e também tem um papel-chave no fomento de sistemas transnacionais de governo. (Giddens, 2002 79)

A 3ª Via corresponde à exaustão das políticas e à ativação da subpolítica que Bobbio defende. Mas, segundo Giddens, a atenção à subpolítica tem limites.

Até que ponto irão as “subpolíticas” substituir as esferas mais convencionais de política e governo? Beck está certo ao afirmar que o interesse declinante pela política partidária e parlamentar são significa despolitização, ONGs e outras

associações de cidadãos seguramente terão importância na política de forma contínua – a partir de um nível local para um nível mundial. Os governos terão de estar prontos para aprender com eles, reagir às questões que levantam e negociar com eles, como terão de fazer as empresas e outras instituições de negócios.

No entanto, a idéia de que tais grupos podem assumir o controle quando o governo está falhando, ou pode tomar o lugar dos partidos políticos, é fantasiosa. O Estado-nação e o governo nacional podem estar mudando de forma, mas ambos conservam uma importância decisiva no mundo de hoje (...) por mais importantes que movimentos e grupos de interesse especial possam ser, eles não podem, como tais, governar. (Giddens, 2002: 62-63)

Parte IV - A Emergência do 3º Setor nos Anos 90

5. A NOVA ROUPAGEM DOS MS NOS ANOS 90

5.1 Redes de comunicação

5.2 Institucionalização do MS

5.3 Financiamento

5.4 – Filantropia empresarial e a responsabilidade social

5.5 – O paradigma dos NMS

5. A NOVA ROUPAGEM DOS MS NOS ANOS 90

Esta última parte do nosso trabalho é dedicada ao estudo dos NMS que constituem o 3º Setor, destacando as suas principais diferenças em relação aos MS que predominaram antes da década de 90. Retomamos a primeira visão do 3º Setor, exposta na primeira parte, deste trabalho agora sob outra realidade, depois de ter abordado a emergência dos antigos MS diante das conjunturas enfocadas, processo esclarecido pelo marco teórico estudado anteriormente.

Melucci, estudioso italiano dos MS na década de 80, devido a sua formação nas ciências sociais e na psicologia clínica, dedica-se à análise da nova geração de ações coletivas, combinando análises das condições políticas-ideológicas de um contexto com a análise da subjetividade do indivíduo, o que lhe leva a enfatizar a construção de uma identidade coletiva. Mas ao mesmo tempo que confirma a existência de diferenças entre os MS e os NMS, destaca uma limitação destes últimos.

os movimentos sociais dos anos 70 e 80 foram a última transição de movimentos como atores para movimentos como forma. E esta não é uma transição fácil, porque ainda necessitamos de atores políticos. Sem ação política nada pode ser mudado em nossa sociedade. Movimentos como forma pura refere-se a um tipo de ação que questiona a organização da política” (Melucci, 1994 apud Gohn, 1997).

A limitação, segundo Mellucci, está na forma de atuação sem nenhuma doutrina política revolucionária. Explicitamente, não. Mesmo porque se compararmos a forma de atuação dos MS ligados a sindicatos e a partidos de esquerda, com certeza aos NMS seria atribuída a ausência de uma doutrina política. Mas por que prender-se apenas a atuação anterior, não seria uma nova forma de fazer política? Averiguar se é ou não fica para depois! O que nos interessa é caracterizar a emergência do 3º Setor em suas partes, reconhecendo que alguns movimentos, depois de institucionalizados, perdem a posição crítica diante da organização política; outros já não questionam pelo próprio propósito do movimento, voltam-se para outros objetivos.

É interessante destacar alguns dos MS que predominaram nos anos 70/80:

1. movimentos reivindicatórios: lutavam por mudanças no processo de distribuição de bens e serviços;
2. movimentos políticos: procuravam influenciar e participar das determinações políticas, lutando por mudanças nas relações de força, e

3. movimento de classe: famosos pela subversão à ordem social, que lutam pela transformação no modo de produção e nas relações de classe.

Friedman e McAdam (1992), seguem a linha de Melucci e confirmam nossa argumentação anterior, de que os NMS são decorrentes dos MS que predominaram em décadas passadas:

‘a maioria dos movimentos sociais surge não porque indivíduos isolados decidem participar de lutas. Antes, grupos estabelecidos definem metas, planos, fazem acordos, estabelecem obrigações etc. em resumo, um movimento nunca é um processo espontâneo, criado a partir apenas de necessidades ou da vontade de indivíduos isolados.’ (Apud Gohn, 1997: 163)

Gohn mostra a diferença nas análises dos MS que predominaram nas décadas de 70/80, dos que estão atuando, precisamente, depois da década de 90 no Brasil:

a busca da especialização dos movimentos sociais nos anos 90 deve considerar várias analíticas totalmente distintas das dos anos 70/80. Na última década os movimentos locais que trabalhavam com a demanda de serviços coletivos territorializados, e que não se articularam a redes nacionais ou regionais, enfraqueceram-se; ao contrário, os movimentos locais que trabalham com demandas globais como as reivindicações culturais dos indígenas, as ecológicas, pela paz, direitos humanos etc. se fortaleceram. (Gohn, 1997: 239)

A citação chama a atenção para o caminho da universalização dos MS. Aqueles que estão se conectando a redes internacionais possuem uma chance maior de continuidade, principalmente, aqueles que atuam com um caráter global.

As ações reivindicativas, próprias dos antigos MS, transformam-se em “ações solidárias alternativas”. Os NMS partem de necessidades individuais, mas agem coletivamente em redes com outras iniciativas da sociedade civil, e não ficam apenas na demanda, na reivindicação, atuam para solucionar as necessidades. (Razeto, 1993).⁶¹ Antes a ação coletiva era de pressão e reivindicação, atualmente, é autônoma e determinada na busca de resultados.

Essa nova roupagem desencadeia a busca por outras formas de luta essenciais e condizentes com a nossa postura dos MS e com a construção da identidade coletiva estudada por Melucci. As táticas radicais, baseadas na violência e falta de tolerância, caracterizam a falta de respeito às particularidades. É preciso considerar que cada um luta por uma vida digna, mas dentro dos seus valores, costumes e realidade. Lutar sem perceber as diferenças,

⁶¹ Economia de Solidariedade e Organização Popular, in Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez. Apud Gohn, 1997: 314.

como faziam os canais convencionais significa reproduzir a falta de tolerância que até hoje não levou a lugar algum, nem mudanças significativas que desenvolvessem condições melhores de vida, apenas paliativos alcançados hoje e retirados ou superados amanhã, cuja função implícita era o favorecimento da reprodução do Capital.

Offe toma como exemplo os movimentos pela paz, afirmando que estes politizam questões que não podem ser codificadas com os códigos existentes no universo da ação social, desenvolvida no Brasil até os meados da década de 80, e, nem tampouco segundo a dicotomia público e privado. Os NMS atuam em prol de questões intermediárias, subjetivas, nem públicas nem privadas, mas resultado da ação coletiva. Por isso o campo de ação dos NMS se faz num espaço de política não-institucional⁶², cuja existência não está prevista nas doutrinas nem na prática da democracia liberal e do Estado de bem-estar social. (apud Gohn, 1997)

Segundo Pizzorno os antigos MS buscavam demandas negociáveis dentro da lógica capitalista, melhores salários, no caso dos operários; os partidos buscavam a predominância da sua ideologia e a participação efetiva no poder. Já os NMS lutam por fatores subjetivos como a igualdade, liberdade etc., dão importância à consciência individual diante de fatos sociais, políticos e econômicos; MS, por sua vez, ligados a sindicatos e partidos, mostravam-se com uma postura centralizadora. Para Gohn,

ao contrario das teses de esquerda tradicional, centradas no controle e centralização do poder, nos sindicatos e partidos por exemplo, Offe vê tendência à democratização generalizada, tendência estas resultantes do próprio desenvolvimento capitalista e das propostas e ideologias dos novos grupos emergentes. (Gohn, 1997: 169).

Os MS tradicionais, ligados aos sindicatos não possuem uma característica dos NMS. Os primeiros baseiam-se em apenas uma similaridade (ser assalariado), parando aí, não desenvolvem laços além dessa identidade. Os NMS são similares quando se trata de objetivos específicos, são micros identidades. Mas, embora existam diversas identidades, diferentes uma da outra dentro do 3º Setor, isto não impede a integração entre os movimentos, ao contrário, ajuda na criação de uma identidade coletiva, na busca de um novo mundo que respeite as divergências. O objetivo geral anula as situações diferenciadas para formar situações uniformes.

⁶² Realidade que “pode” mudar, com a promulgação de leis direcionadas para as instituições da sociedade civil organizada, promovendo a organização e institucionalização das ações sociais de acordo com os moldes públicos e privados, estrutura necessária para que ocorra a articulação entre o Estado, o Mercado e o 3º Setor, efetivada nas transações comercial, de financiamento etc.

Os NMS, ao contrário dos MS ligados a partidos políticos, não limitam o acesso de direitos sociais ou interesses de suas clientelas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação⁶³. Os MS dentro da abordagem dos NMS crescem em função da defesa de sua identidade, mas articulados à construção de uma identidade maior. Isso não quer dizer que a nova roupagem signifique o desaparecimento dos compromissos, costumes, idéias e objetivos que lhes eram característicos na sua constituição

Percebe-se uma nova forma de atuar, mas não significa que os antigos MS desapareceram ou se transformaram totalmente. Existem muitos MS que também compõem o 3º Setor, e usam das velhas ações, estratégias, práticas e postura. Como os movimentos rurais, o MST por exemplo, estes desenvolvem-se “ao redor de problemáticas sociais estruturadas segundo as regras do capitalismo selvagem”.

A construção de uma identidade coletiva desobriga os NMS a estarem presos a uma forma organizacional (embora a maioria dos institucionalizados possua), com estrutura física, líder, ideologia etc.

Para Melucci eles são mais “construções analíticas”, partem de análises da sociedade, o que os fazem ficar mais flexível, pois são menos forma e mais representação e expressão cultural e de valores, inaugurando uma nova lógica de relações sociais em prol da expressão máxima dos NMS: a identidade coletiva. A proposta é construí-la a partir de uma visão holística e altruísta politicamente correta (pelo menos nos discursos essa visão é defendida), promovendo mudanças institucionais e culturais.

Com essa estratégia, os NMS enfocam o primado da cultura e da solidariedade. Mas essa identidade será construída em um processo lento de mudanças, e não herdada ou pronta. É necessário partir do desenvolvimento de um certo sistema de relações.

Observando as iniciativas da sociedade civil organizada, percebemos a consideração que é dada a valores, crenças, formas de vida, as privações das minorias, ou seja, atualmente a atuação dos MS considera, ainda mais, as individualidades. Talvez isto explique o poder de persuasão dos NMS, que sem sombra de dúvida, é maior que o dos antigos MS; atraem mais pessoas em favor de sua causa. Os NMS demonstram uma capacidade de formar opiniões que sejam a favor ou contra as opiniões difundidas pela mídia.

Para analisar a construção da identidade coletiva e o desejo de criar uma nova ordem, através dessa característica de persuasão, é necessário resgatar a análise psicossocial,

⁶³ Então como pode não haver um movimento como forma, aquele que questiona a organização política, se eles buscam influenciá-la.

considerar a subjetividade e experiência de vida dos indivíduos que estão envolvidos com o movimento. Admiti-se que estes são mais conscientes da sua estrutura psíquica, já possuem um esquema interpretativo de mundo definido, por isso são capazes de demarcar problemas - chamando atenção para injustiças específicas -; são capazes de articular com outros grupos sem perder sua identidade, conectar-se com outras experiências para ampliar a sua visão, além do que a integração ao ambiente externo é essencial para a tomada de consciência dos problemas, das causas e fatores das injustiças sofridas, desse modo, podem explicá-las e propor soluções coerentes.

Na discussão dos NMS o conceito de ideologia é abandonado, este é substituído pela estrutura psíquica, por um conjunto de valores. Surge o conceito de *frames* interpretado como marcos referenciais da ação coletiva, “trata-se de orientações e estratégias de mobilização utilizadas pelos ativistas de um movimento social.”(Gohn 1997: 91). A partir dos *frames*, novos repertórios são criados para promover as mudanças. O que faz a diferença entre as primeiras fases de um ciclo de protesto, os quais enxergamos nos MS das décadas de 70 e 80, estes de reivindicatórios passaram a ser atuantes, em vez de pedir, propõem e atuam para alcançar o desejo.

Nesse repertório, a consciência cultural e a solidariedade são vistas como incentivos propositivos, são utilizadas como recursos estratégicos nas negociações. Segundo Klanderans e Tarrow a construção da identidade coletiva passa por um processo político negociado entre os NMS e seus atuais interlocutores (Estado e Mercado, antes opositores), compondo um processo de respostas a problemas (como altas taxas de desemprego) e não apenas um processo de representação simbólica, reivindicatório. (apud Gohn, 1997 *passim*)

Segundo Touraine a nova forma de atuação dos NMS possibilita o fortalecimento de princípios e sentimentos, a partir do momento que procuram mudar a vida (não criar uma nova sociedade, mas torná-la mais humana), principalmente, dos marginalizados do sistema. Lutam pelo princípio da vida, da livre expressão, da livre escolha de estilos de vida.

Daí surge a importância de experiência de vida, destacando hábitos, costumes, culturas, vidas cotidianas. Esse tipo de consideração corresponde à individualização, ao respeito às diferenças, o que levanta o estudo das práticas sociais individuais, das ciências alternativas

Esta individualização leva à formulação de políticas para segmentos sociais, numa perspectiva que privilegia áreas temáticas-problemas e não mais os atores sociais organizados em movimentos. (Gohn, 1997: 311). A linguagem individualista dos direitos há de considerar

os princípios norteadores da vida social, criando uma democratização política, tão reivindicada pelos MS, os quais atuavam, durante o regime militar, a partir de matrizes político-pragmáticas de partidos políticos de esquerda influenciados pelas leituras de Gramsci.

Eram pragmáticos, mas tinham uma função. Durante o regime militar, Castells já confiava importância aos MS da América Latina, enxergando-os como “elementos estratégicos de uma redemocratização do Estado e da sociedade em geral” (Apud Gohn, 1997). Segundo Gohn,

o final dos anos 70 e os anos 80 foram períodos que entraram para a história como uma fase de redemocratização. Por intermédio da mobilização e da pressão da sociedade civil e política, os Estados nacionais latino-americanos redirecionaram suas políticas internas. Os regimes militares foram substituídos por regimes civis, em processos negociados nos parlamentos por via eleitoral. Os movimentos sociais cresceram em número, ganharam diferentes tipos e matrizes, e lograram visibilidade em sua luta pela redemocratização ou por causas específicas. (Gohn, 1992)

Os MS abriram caminhos para a atual postura dos NMS. Pois mesmo durante o regime militar, apesar de sufocadas, as iniciativas civis interagem e ganham forças no Brasil, em um ambiente onde havia intensas disputas políticas, políticas sindicais atrelando-se ao governo, ao mesmo tempo que ressurgem os movimentos de base nos bairros, principalmente, aqueles ligados ao trabalho da Igreja. As associações de bairro seriam os novos canais de comunicação que dariam uma nova dinâmica aos antigos MS:

somente no final da década de 70, com a rearticulação da sociedade civil e o ressurgimento de outros canais de participação que não o partido e o sindicato, a militância política no âmbito dos bairros foi revista por alguns setores da esquerda nacional. (Gohn, 1997: 181)

Na realidade brasileira das décadas de 70 e 80, os MSU, ou movimentos populares, tiveram hegemonia. Destacaram-se os movimentos que lutaram por terra, moradia, bens e serviços coletivos etc. Uma observação interessante foi a forma como esses movimentos tornaram-se conhecidos internacionalmente, através do “manto protetor da Igreja católica em sua ala progressista da Teologia da Libertação”.

A Igreja católica sempre esteve presente nas relações de forças sociopolíticas, mantendo influência junto ao Estado, através da atuação de partidos democratas cristãos e MS de atuação católica. Mas a partir dos anos 60, com o Concílio Vaticano II, a Igreja muda suas estratégias:

a partir do Concílio ela desenvolveu estratégias para voltar-se para a sociedade civil, passando a ser, ela própria, um agente ativo na organização dessa sociedade, por

meio das pastorais e comunidades eclesiais de base (Casanova, 1994 apud Gohn, 1997: 230)

Compreender a posição da Igreja é algo que exige aprofundamento. O que nos cabe agora é destacar a ajuda que a ela oferece à emergência das instituições do 3º Setor.

Castells⁶⁴ já define a mobilização nos bairros - que abordamos como MSU, como protesto urbanos e os divide em três tipos:

1. os sindicais que lutam por questão da coletividade, como o consumo coletivo, a infraestrutura urbana e o uso da terra;
2. os comunitários que lutam pela manutenção e autonomia da identidade cultural, são os movimentos históricos étnicos, e
3. os movimentos de cidadãos que lutam pela descentralização do poder, pela auto-administração.

Divisão que não nega e sim, confirma a diversidade de identidades que constituem o 3º Setor, e se enquadra na classificação dos MS, feita anteriormente. Gohn a partir de Castells, destaca o papel dos MSU que predominaram na década do regime militar:

os MSU da década de 70 não são os mesmos dos anos 80. E a forma de abordá-los também deve ser outra. Em 70, sob o contexto de sociedades autoritárias (...), os MSU representavam uma grande esperança, uma reviravolta, uma ação da sociedade civil reagindo contra o arrocho, a espoliação e a dilapidação de um capitalismo voraz. (Gohn, 1997: 193)

Essa esperança de reviravolta, a partir dos MSU, proporciona uma centralidade nos estudos dos MS na América Latina nessa categoria. Graças à reestruturação e criação de cursos de pós-graduação em ciências sociais, o interesse por entender os processos sociais que estavam ocorrendo a partir dos MSU aumentou. Os mesmos intelectuais que se mostravam ávidos por entender esse processo, também mostravam-se dispostos a participar de alguma forma do processo de redemocratização. Daí surge a relação da classe média.

Melucci (1996) destaca os responsáveis pela nova forma de atuação dos MS. Para este autor, não foram os marginalizados pelo sistema, mas lideranças com experiência anterior, como os líderes sindicais, os integrantes dos MS dos anos 60 e 70. Estes já conhecem a experiência da participação, os procedimentos e métodos de luta, às vezes já contam com recursos ou sabem onde buscar, e, ainda, com o conhecimento e utilização de redes de comunicação, o que facilita a circulação de informação.

⁶⁴ Castells, 1983: 278 Apud Gohn, 1997: 192

Os atores sociais no novo paradigma usualmente são provenientes das camadas médias e bem informados; atuam em nome da coletividade, em função de conteúdos que tratam dos direitos humanos, da paz, da ecologia, de discriminações, das formas alienadas de trabalho⁶⁵ etc. Os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade, em oposição a formas de controle centralizadas. Nos modos de atuar predomina a informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não-convencionais ocorre não por desconhecimento das formas convencionais, mas por negá-las ou por conhecer suas limitações.⁶⁶ (Gohn, 1997)

A contemporânea demanda por produtos ecologicamente corretos, o novo eixo cultural na economia capitalista, é reflexo da atual organização dos MS, que apresentam-se de forma mais descentralizada, sem hierarquias, coligados a MS maiores ou mais participativos in loco; influenciando na realidade na qual atuam, são mais abertos e espontâneos.

Offe chamou a atenção para a composição social dos NMS europeus: basicamente a “nova” classe média, formada por grupos sociais conscientes dos problemas sociais gerados pelo capitalismo, ao contrário da “velha” classe média, formada por aposentados, estudantes, desempregados etc. A nova camada elaboraria respostas racionais aos problemas que enfrenta e não teria comportamentos antimodernizantes ou respostas radicais, características dos MS que predominaram no Brasil nas década de 70/80. (Gohn, 1997: 290)

Segundo Gohn, a nova forma de atuação dos NMS

advém basicamente da nova classe média, da geração dos jovens e dos grupos sociais com alto grau educacional. Os novos movimentos estão localizados na esfera sociocultural, e a ênfase de suas atividades está em temas como motivações, moralidade e legitimação. (Gohn, 1997: 140)

Desse modo, percebe-se que o fortalecimento dos MS aconteceu, também, graças à assimilação por lideranças intelectualizadas que passam a participar da militância, principalmente, dos chamados MS alternativos, aqueles organizados em torno de questões de raça e gênero e adeptos da contracultura de massas.

⁶⁵ Se tratam das formas de alienação do trabalho como estão negando as categorias marxistas? As utilizam sim! Mas com um enfoque micro, sob as ações individuais de grupos, Marx as analisava de forma macro, estrutural.

⁶⁶ Talvez por isso a nova forma de atuação dos NMS dê preferências a luta pacífica. Não que existam exceções, nos atuais MS existem eventos de postura radical. Vai ver que chegaram a percepção que luta armada, revolução armada, não tem grande efeito, favorece sim a realização do processo produtivo das empresas de armamento e extermina alguns miseráveis revoltados com o sistema, que só traziam problemas!

A contracultura de massas justifica a falta de credibilidade nos sindicatos, e a importância da solidariedade referente a uma relação social com os mesmos interesses e um objetivo geral: a emancipação. O próprio Marx já afirmava que a emancipação econômica da classe trabalhadora seria consequência da solidariedade entre os vários setores do trabalho em cada nação; com a ausência desse vínculo fraternal essa emancipação não seria possível. Os NMS procuram desenvolver essa rede de solidariedade, através de cidadãos mais exigentes, afetando assim a postura do Mercado e do Estado.

Nos anos 90 a classe média vem perdendo seu poder de compra e acesso. Está em curso um processo de sucateamento ou diminuição da qualidade de vida da classe média brasileira. Nessa conjuntura de desigualdade alguns autores como é o caso de Klandermans e Tarrow enxergam os NMS como reações às mudanças estruturais nas sociedades capitalistas. A atual conjuntura econômica leva os NMS a apresentar cinco características básicas:

1. novos valores - alguns antimodernistas;
2. novas formas de ação - com uso intensivo de formas não-convencionais;
3. integração com grupos predispostos a participar porque são marginalizados pelo *status quo* vigente ou porque se tornaram sensíveis aos resultados sociais da modernização capitalista;
4. novas aspirações e lutas pela satisfação de necessidades postas em risco pelas exigências da burocratização e aumento da industrialização;
5. perda de laços tradicionais com estruturas de lealdade existentes (partidos e sindicatos);
6. mais receptividade às novas visões e utopias sociais. (Gohn, 1997: 82).

A atual conjuntura econômica e social favorece a percepção, a emergência de sujeitos que antes não apareciam, tornando-os objetos de estudo. Estes estão mais atuantes, vestem uma nova roupagem, como também, há o surgimento de MS que antes não existiam. Mas tanto os MS e os NMS atuais apresentam uma mesma característica: a busca de direitos particulares, e em essência buscam algo maior e em comum, um viver digno. É a partir desse objetivo maior que o limite entre individual e o coletivo é quebrado. Uma vida digna é o objetivo de cada pessoa e de nação como todo, para isso é preciso reivindicar de forma diferente de até então, respeitar as particularidades de cada um, daí a necessidade tão divulgada do respeito ao ser humano, mesmo estando do lado oposto.

Offe é outro autor que destaca as pressões da atual conjuntura como geradoras das novas ações sociais:

‘as mobilizações políticas não-institucionais eram consequência das perdas infligidas pela modernização econômica, política e cultural a certas parcelas da população, que reagiam ante este impacto recorrendo a modos de atuação política desviante. As perdas se referiam a status econômicos, acesso ao poder político, integração em forma intermediárias da organização social e reconhecimento de valores culturais tradicionais’(Offe, 1988: 20 apud: Gohn, 1997: 36)

Podemos classificar as condições que favorecem a emergência dos atuais MS em três ordens: política (decorrente de injustiça social), cultural (origina-se nas mudanças de valores) e sócio-econômica (vindas da desorganização e descontentamento).

A desorganização e descontentamento econômico desencadeiam uma nova dinâmica nas ações do 3º Setor nos anos 90, enfatizando as atividades produtivas. Acredita-se que a própria conjuntura do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, deprimindo o emprego formal e aumentando a participação da economia informal, centralizando as ações produtivas alternativas, vistas positivamente por diversos autores, principalmente, diante da crítica conjuntura do mercado de trabalho.

Segundo Cecília de Prates,

o terceiro setor é a expressão da sociedade se organizando, de forma espontânea ou não, para ocupar as brechas deixadas pelo setor público e buscar compensar (ou sanar) as mazelas do processo de produção do setor privado.(...) o terceiro setor pode ser a solução tanto para os empregados, que cada vez mais necessitarão de menos horas de trabalho dedicadas ao mercado, como para os desempregados, ou seja, aqueles expulsos do mercado: os primeiros por continuarem se sentindo sempre úteis e ocupados e estes como opção de sobrevivência. (Revista Conjuntura Econômica, 01/1997)

Para Jeremy Rifkin, em seu livro “O fim dos empregos”, o 3º Setor é a saída para um futuro cada vez mais automatizado, “ao contrário da economia de mercado, que se baseia exclusivamente na produtividade e por isso é receptiva à substituição do trabalho humano por máquinas, a economia social está centrada nas relações humanas, em companheirismo e em vínculos fraternais”. (1995)

Já Guy Aznar em seu livro “Trabalhar menos para trabalharmos todos”, apresenta as ações do 3º Setor como um projeto alternativo para a sociedade capitalista tecnicamente desenvolvida: propõe um mundo bipolar. Dado o avanço técnico, o tempo dedicado ao trabalho é reduzido, possibilitando que o homem dedique apenas uma parte do seu tempo ao mundo desenvolvido tecnologicamente, utilizando as técnicas mais modernas de trabalho e de lazer. No entanto, cria-se também a possibilidade de viver a outra parte do tempo em um mundo que corre mais devagar, onde ao invés de pegar um supersônico, andaríamos de

bicicleta, em vez de encomendar um determinado produto via internet, seria desenvolvida a autoprodução:

este modelo bipolar está mais adaptado à nossa época na medida em que é menos dispendioso, menos esbanjador, mais econômico de energia e matéria-prima. Porque se em uma parte de nossa vida seremos produtores e consumidores de sofisticações, será apenas em uma parte, e desenvolveremos ao lado um modo de vida e uma economia para viver, mais adaptadas as nossas necessidades, na esfera da autoprodução e da economia de troca. Este cenário bipolar nos parece totalmente representativo do pensamento ecológico (...) (1995)

O autor evidencia a necessidade de novos hábitos de vida, argumentando que não é possível garantir uma sociedade de consumo para todos e a todo momento, idealiza uma sociedade autoprodutiva e não consumista, e além disso, evidência a necessidade de atitudes mais humanas com os excluídos do mundo moderno. Os homens que estão incluídos na modernidade e no mercado de trabalho, gozariam de uma autonomia, teriam a oportunidade de trabalhar menos graças ao avanço tecnológico, e o tempo livre seria dedicado ao lazer ou às atividades sociais e filantrópicas. Daí nasce a oportunidade de trabalhar de voluntários em creches, asilos, hospitais filantrópicos, ONGs etc.; mostrarem-se solidários com a parte da humanidade que se encontra forçada a viver no ócio. Desse modo, usariam a economia de tempo que o processo produtivo tecnicamente moderno permitiu em prol de um mundo mais humano, em prol do desenvolvimento de instituições do 3º Setor.

Paul Singer também mostra a centralidade das produções alternativas do 3º Setor diante da precarização do trabalho e da exclusão social. O autor sente a necessidade de incluir a massa dos socialmente excluídos do mercado de trabalho em uma solução não-capitalista para o desemprego: a economia solidária. Retoma um valor que norteia a idéia de Guy Aznar 'solidariedade'. A economia solidária geraria renda e ocupação aos excluídos, ajudaria na organização do ócio, no combate ao desemprego e na competição sistêmica.

Este segmento não vem se destacando apenas pela empregabilidade que gera, mas também pelo apoio que presta às pequenas iniciativas do setor informal da economia. Através da associação, integração e organização dos MS, o 3º Setor inicia o combate aos problemas sociais a nível local, para alcançar aos poucos o global.

Seja de forma espontânea ou não, a conjuntura política pega uma carona nessa forma de atuação. O Estado nos anos 90 intervém de outra forma: estimulando as iniciativas da sociedade civil em nível local, com o argumento que o local é mais eficiente, pois conhecem

melhor as necessidades dos que estão sendo afetados pelas mazelas do desenvolvimento do Capital. Até a própria classe empresarial defende esse argumento.

Como foi observado na segunda parte do trabalho, está em curso a construção de uma estrutura política favorável à emergência das instituições do 3º Setor, principalmente quanto aos recursos, como confirmam as palavras de Gohn:

estruturas estatais criam oportunidades, mas é a partir da mudança de oportunidades dentro da máquina do Estado que se pode ter acesso aos recursos que os atores sociais poderão utilizar para criar novos movimentos. (Gohn, 1997: 100).

Touraine mostra a contribuição do Estado brasileiro para favorecer a emergência do 3º Setor. Inicialmente o autor faz uma distinção dos MS das sociedades dominantes e das dependentes, concluindo que os MS que predominam nas sociedades dominantes são os contestatórios, que lutam pelos direitos do trabalho. Já nas economias dependentes, nas quais o processo produtivo é constituído por sucursais, e os direitos trabalhistas ganham outra conotação, devido à fragilidade sócio-econômica-política há diferentes formas de ação coletiva. Essas são frágeis, heterogêneas, com tendência à fragmentação. Nessas condições, o único agente capaz de unificar os MS nas sociedades dependentes é o Estado, que abriria o caminho para o fortalecimento dos MS pelo favorecimento da institucionalização dos MS. Como exemplo, no Brasil, nós temos a OCIP, lei federal n.º 9.097, promulgada em 1997 que regula as instituições do 3º Setor. Qualquer MS, para ser reconhecido e ter acesso a recursos, precisa apresentar aspectos que a lei obriga.

Nos anos 90 o Estado não é mais visto como o inimigo, posição que lhe era atribuída no período militar, hoje já é visto como um interlocutor, um possível parceiro. É evidente a mudança na forma de interlocução dos NMS com o Estado. Este último anda reformulando suas ações, passando a atribuir responsabilidades, que antes eram do Estado e do Mercado, à sociedade civil organizada.

O que se percebe é um interesse global no aproveitamento dos NMS do 3º Setor no enfrentamento de vários problemas sociais:

algumas formas mais antigas de associação civil e engajamento cívico vêm perdendo sua influência, mas outros tipos de energia comunal as estão substituindo. O importante é aproveitá-los para fins sociais mais amplos em modos que beneficiem tanto comunidade locais quanto a sociedade como um todo. (Giddens, 2001: 90)

Gohn apresenta a partir de autores como Johnston, Laraña e Gusfield (1994: 7-8), apresenta oito características dos NMS, estas resumem várias características que já destacamos, como também reúne argumentos dos autores norte americanos:

1. Não há clara definição do papel estrutural dos participantes, há uma tendência para a base social dos NMS transcender a estrutura de classes.
2. As características ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS exibem uma pluralidade de idéias e valores e têm tendências a orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões.
3. Os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade.
4. A relação entre o individual e o coletivo é obscurecida.
5. Os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana.
6. Há o uso de táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não-violência, a desobediência civil etc.
7. A organização e a proliferação dos NMS estão relacionadas com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais.
8. Os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados.” (Gohn, 1997: 127)

A base social transcende a estrutura de classes por que os NMS ampliam a participações social, não se restringe à classe trabalhadora; emergem novas dimensões de identidades que envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana. Considerando a atual conjuntura do mercado de trabalho, há várias fragmentações fazendo parte do exército industrial de reserva. Os métodos de mobilização também divergem dos utilizados pela classes operária dos anos 70/80, os NMS preferem as mobilizações não-violentas e a desobediência civil, organizam-se de forma descentralizada, pois são fragmentados e difusos, ao contrário da centralização e burocratização da classe operária.

Enfim, podemos perceber várias semelhanças e divergências entre os MS que atuavam antes e depois da década de 90. Uma semelhança reside no fato de ambos surgiram de inquietações, insatisfações, de forma consciente ou não, com a ordem vigente. As principais diferenças são: a forma de atuação e a institucionalização. Os NMS buscam o seu reconhecimento enquanto pessoa jurídica, principalmente pelo fato de poder garantir fontes de recursos para sua manutenção.

Gohn faz uma síntese da temporalidade a qual nos propomos fazer, destacando a origem dos NMS, a nova roupagem assumida com a institucionalização (personificada nas

ONGs) e o papel desses NMS. A propósito, são pertinentes às considerações de Gohn as de Fernandes:

em síntese, os novos atores sociais que emergiam na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80 (Gohn, 1991); e nos anos 90 por um tipo especial de ONGs que denominamos anteriormente de cidadãs ou seja, entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e o para o desenvolvimento (sic) de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania (Gohn, 1994). Movimentos e ONGs cidadãs têm se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não têm conseguido exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com o objetivo e o fim de atender a área social. (Gohn, 1997).

Os exemplos poderiam ser multiplicados extensivamente. Todos ilustram a tendência de romper barreiras anteriormente insuperáveis, que definiam alianças e oposições em termos de grandes divisões partidárias e ideológicas. Evidenciam também a busca de formas interativas mais leves e circunstanciais, capazes de expressar um sentimento difuso de urgência no enfrentamento dos problemas socioinstitucionais. (Fernandes, 2002: 135)

5.1 Redes de comunicação

A integração entre os NMS nos anos 90 é um fato interessante que demonstra mais detalhes. Fato que destaca mais uma característica da emergência do 3º Setor diferente da realidade dos anos 70\80: um processo de integração e cooperação entre os três agentes sociais: Estado, Mercado e 3º Setor, que pode ser visto em múltiplas iniciativas nacionais e internacionais. Como reforça Gohn:

destaca-se entretanto que nos anos 90 os movimentos que permaneceram no cenário, ou que foram criados, tornaram-se mais qualificados (...) passaram a ter infra-estruturas próprias, a se utilizar mais de recursos tecnológicos como computadores e redes da Internet. As ações sendo menos de pressão e mais de organização da população, voltadas para algum programa efetivo, necessitam de suportes materiais. Estes suportes são obtidos por outras ONGs ou por programas governamentais, ou pela própria comunidade. Para que tenham continuidade, precisam de eficiência.

Arma-se portanto um ciclo onde não há tempo a se gastar com mobilizações por demandas não atendidas. (Gohn, 1997: 315)

Podemos destacar vários pontos a partir da citação de Gohn. O primeiro ponto é o apoio de outros MS institucionalizados, como é o caso das ONGs, e os subsídios dos programas de governo – antes os MS apoiavam-se nos sindicatos e partidos de esquerda. Este primeiro ponto levanta o segundo, para conseguir o apoio, seja técnico ou financeiro, os NMS (institucionalizados ou não) terão que desenvolver projetos. O interessante são as conseqüências que esta obrigação traz. Os NMS se descaracterizam, a atuação nas ruas é substituída pela atuação dentro de uma infra-estrutura, assim terão mais comodidade para desenvolver projetos para serem aprovados por terceiros.

Outro ponto diz respeito às condições materiais que os NMS possuem, tais como telefone fax, microcomputadores, internet etc.; são instrumentos importantes para potencializar as ações do MS e facilitar a comunicação e a troca de informações com outros MS.

O uso intensivo da informática e da internet bem como a utilização das teorias da comunicação estudadas por Habermas, reforçam a importância da mídia, dos meios de comunicação como difusores de pacotes de ideologias, práticas, novas formas de atuação. Gamson destaca o papel da mídia na interação dos NMS, no que se refere ao estímulo ou desencorajamento das ações.

Destacam-se ainda duas grandes diferenças na década de 90: Primeira: o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, coordenadas por ONGs – como a ABONG, Associação Brasileira de ONGs – ou a criação de estruturas macrocentralizadoras de vários movimentos sociais – como a CMP, Central dos Movimentos Populares (...). Segunda: o surgimento e/ou desenvolvimento de movimentos internacionais. Produtos típicos da era da globalização, grandes ONGs internacionais, como o Greenpeace, a Rainforest, a Anistia Internacional etc., criaram no Brasil sub-sedes e passaram a atuar em programas diretos com a população, sendo um misto de ONG e movimento social (apud: Gohn, 1997).

Junta-se a essa novidade a promoção de eventos, encontros, seminários e fóruns, como Fórum Social de Porto Alegre, temos exemplos a nível internacional como a ECO-92, a Conferência de Estocolmo em 95, o Encontro mundial das Mulheres em Beijim em 95 e o Habitat, em 96 na Turquia.

A conexão internacional favoreceu a multiplicação das iniciativas da sociedade civil em nível nacional, estimulando a institucionalização dos mais organizados internamente.

Outra consequência da cooperação internacional foi a formação de redes, que caracteriza o processo de articulação e convivência da diversidade de MS, o que facilitou a troca de informações. O interessante é que a integração a uma rede de ONGs não significava a falta de autonomia. As decisões eram tomadas de forma descentralizada (pelo menos em discurso), ainda existindo a possibilidade de filiação a outra rede de interação. Seria o começo da nova dinâmica que as ações coletivas do 3º Setor desenvolveriam nos anos 90.

A comunicação informal característica das ações do 3º Setor expandiu-se com o avanço e uso das telecomunicações, trazendo uma linguagem e estilo comuns à diversidade de NMS. Nessa conjuntura do 3º Setor, as ONGs passaram a centralizar as demandas sociais. Os militantes dos antigos MS ou envelheceram ou tornaram-se dirigentes das ONGs.

Habermas e Oberschall são os autores que mais destacam o papel das comunicações no estudo dos MS. As identidades coletivas surgiria a partir dos avançados meios de comunicação: “as crenças coletivas são criadas não por indivíduos isolados mas por indivíduos em comunicação e cooperação coletivas, por meio de encontros, congressos (...)” (Apud: Gohn, 1997: 84).

A comunicação entre os NMS facilita a atuação em grupos, a formação de correntes de opinião, enfim cria redes de informações e cooperação, essenciais para a promoção de eventos e campanhas, cooperação que acontece mesmo existindo conflitos entre eles, seja interno ou externo.

A formação de redes de comunicação mostra-se como uma variável importante na inovação dos repertórios e nas formas de protesto que são utilizadas para atingir o público. Mas o acesso ao uso dessas tecnologias depende, muitas vezes, de oportunidades políticas, a partir do momento que o Estado cria possibilidades de uso através do financiamento, de doações, feitas, também, por outros agentes do setor privado e do próprio 3º Setor. (Tarrow apud Gohn, 1997: 99)

Fernandes desperta para a reprodução de um tipo de articulação que aconteceu na economia brasileira. Para promover o período de crescimento dos anos 70, houve uma articulação entre o Capital Nacional, o Estado Brasileiro e o Capital Internacional. O interessante é que um tripé também foi desenvolvido para promover a emergência do 3º Setor. Podemos perceber que, após o processo de democratização da economia brasileira, foi formado um acordo de desenvolvimento sustentável entre o Governo, MS nacionais institucionalizados e a cooperação internacional. O estudo de Fernandes sobre a formação de redes de ONGs na América Latina reforça nossa argumentação:

relações pessoais de confiança mútua favorecem a formação de consócios de ONGs para a implementação de projetos comuns. Fase, Ibase, Idac e Iser, no Brasil, fazem diversas experiências nesta linha há alguns anos. (...) Mais recentemente, agências de governo interessadas na cooperação internacional passaram a atuar como catalisadoras de redes de ONGs. (...) Criou-se também uma Agência de Cooperação Internacional para atrair fundos destinados a projetos a serem realizados coordenadamente pelo governo e pelas ONGs. Esta fórmula de uma cooperação tripartite, envolvendo governo, ONGs e agências internacionais, começa a dar frutos. (Fernandes, 2002)

O processo de interação que ocorre com os MS, depois da democratização, muda a dinâmica do conjunto desses movimentos, principalmente no relacionamento com o Estado. Fernandes alerta para a necessidade de articulações do 3º com os demais setores, principalmente com o Estado. Para ele,

[as] microiniciativas cidadãs não têm como prosperar se não se interagirem positivamente com as macrointervensões públicas agenciadas pelo Estado. Em suma, a conquista da autonomia civil passa pela afirmação do pertencimento (e, portanto, da dependência) a uma sociedade legal, regida por normas e valores democráticos. (2002: 95)

Concordamos com tal observação em partes, pois a autonomia pode ser alcançada com ou sem a intervenção do Estado. Principalmente, se levarmos em consideração o grau de influência dessa interação na atuação do movimento.

5.2 - Institucionalização dos MS

Outra situação que mudou a atuação dos MS foi a necessidade de se institucionalizar para atrair recursos de agências internacionais. Os recursos estavam disponíveis, mas, na maioria dos casos, apenas para aqueles que possuíssem personalidade jurídica. Como esclarece Fernandes:

as agências de cooperação internacional necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica, um mínimo de estrutura administrativa e uma afinidade de propósito⁶⁷. Não tinham como chegar direta e regularmente aos movimentos sociais, pois estes, justamente, careciam de

estabilidade institucional. E assim surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos, com parceiras da cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social. (Fernandes, 2002: 80)

A partir dessa conjuntura as ONGs emergiram e tornaram-se os principais representantes das ações do 3º Setor, correspondendo ao maior exemplo de ações institucionalizadas, entre a diversidade de MS que constituem este Setor emergente.

O objetivo do processo de institucionalização das ações do 3º Setor é a cristalização das práticas dos diversos MS, é a organização e estruturação das diferentes maneiras de conceber as relações entre vida cotidiana, trabalho, economia, satisfação e realização.

Percebe-se que a cristalização dessas maneiras é decorrente de alianças e parcerias múltiplas. Parcerias, porque a integração pode acontecer apenas em parte, quando empresários e as cooperativas (setor de produção alternativa do 3º Setor) interagem em defesa do emprego, mas afastam-se do combate à poluição, por exemplo; MS podem interagir contra a violência contra a mulher, mas não contra o aborto. No processo de redes não há aliança que sirva para todos os fins.

Nos anos 90 fala-se mais em um 3º Setor mais institucionalizado, que segue os princípios do mercado do que um 3º Setor exclusivamente ideológico. Os diferentes MS terão sucesso conforme o grau de cristalização, de organização. A partir dessa exigência acontece “reformas sociais *sui generis*” nas ações do 3º Setor, que terá a institucionalização dos MS como principal agente da legitimidade dos NMS.

É importante perceber, como foi citado anteriormente, o papel dos intelectuais na emergência dos NMS, na direção de ONGs, eles são “interlocutores básicos dos movimentos” (Gohn, 1997: 236), junto a agências financiadoras, o Estado, o Mercado e a mídia em geral. “Bancos privados abrem linhas especiais de crédito para micro empresas utilizando ONGs como mediadores, assessores técnicos e avalistas”. (Fernandes, 2002: 134)

Os anos 90 também foram marcados pela diminuição do fluxo de recursos para os projetos sociais. As agências patrocinadoras de apoio financeiro e de pessoal, principalmente, aquelas articuladas à Igreja passam a se preocupar mais com a redemocratização do Leste Europeu, com a situação econômica e social dos povos da África. Sem o financiamento em nível internacional os MS chegaram ao seu limite potencial. Para garantir a sua continuidade os MS desenvolvem o processo de redes.

⁶⁷ Essa afinidade moldaria os objetivos e a atuação dos MS,

Uma observação precisa ser feita quanto ao processo de institucionalização que, também é decorrente das redes de comunicação, principalmente, e inicialmente, de agências internacionais. A discriminação, a luta, os descontentamentos são históricos, são ações que incorporaram crenças, ideologias e símbolos preexistentes. Então por que apenas agora vêm despertando interesses enquanto objeto de estudo e interesse e como possíveis parceiras no combate às mazelas do sistema? Uma explicação pode está na organização dos MS enquanto institucionalizados. Depois que os MS ganharam reconhecimento jurídico, as lideranças, as articulações, a definição de temas e problemas ficaram mais reais e estruturados.

Relembremos a classificações do MS feita por Blumer na conceituação dos MS, classificação que entendemos como fases da evolução do MS. O resgate se justifica para perceber a diferença dos primeiros passos dos MS (a fase dos MS não-institucionalizados) até chegar a fase da institucionalização. Na fase não-institucionalizada os MS apresentam-se de forma desorganizada, através de insurreição, lutas, quebra-quebra, protestos, passeatas etc. Quando tornam-se específicos, agora institucionalizados, em sua maioria já possui infraestrutura e reconhecimento jurídico, exemplo: ONGs, Instituições Filantrópicas, Associações e Fundações.

No início os MS apresentam-se sem forma definida, organizados precariamente, com mecanismos de interação primários. Com o tempo ganham organização, forma, costumes, tradições, valores, planejamento, infra-estrutura, lideranças, divisão do trabalho. Enfim ganham as características que os atuais MS institucionalizados apresentam .

Gohn, também, destaca de modo geral as fases dos MS:

- 1 – situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a se atingir;
- 2 – formulação das demandas por um pequeno número de pessoas;
- 3 – aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas;
- 4 – transformação das demandas em reivindicações;
- 5 – organização elementar do movimento;
- 6 – formulação de estratégias;
- 7 – práticas coletivas de assembléias, reuniões, atos públicos etc.;
- 8 – encaminhamento das reivindicações;
- 9 – práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo);
- 10 – negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores;
- 11 – Consolidação e/ou institucionalização do movimento. (Gohn, 1997: 266)

É evidente que nem todos os MS passam por todas essas fases. Muitas ONGs já nascem na etapa de institucionalização, começam a desenvolver suas ações já como pessoa jurídica. Sem ter necessariamente passado pelas fases que caracterizam os MS não-institucionalizados.

Outra forma de classificar a organização dos MS é destacando as fases, informal e formal. Os MS não-institucionalizados, em uma primeira fase seriam informais, a partir da institucionalização, sua organização passaria a corresponder a uma organização formal.

A classificação informal e formal é determinada a partir das práticas do dia-dia do MS. São exemplos de práticas informais, as passeatas decorrentes de assembléias, os acampamentos, teatros, encenação, invasões, ocupação e concentração de protesto etc., (práticas características de MS mais radicais ou que estejam em sua fase inicial) As práticas formais, características de um MS institucionalizado, correspondem a reuniões formais, assembléias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos etc. (Gohn, 1997: 260)

Depois da classificação cabe uma observação. Nem sempre a conquista da demanda do MS o fortalece. Isto geralmente acontece na passagem da primeira fase para o processo de institucionalização.

Como afirma Gohn, em vários casos, o que ocorre é uma acomodação após a conquista da reivindicação e um refluxo da organização. Mas há casos em que a derrota serviu de elemento revitalizador de energias ao movimento, criando condições para o seu crescimento. Desse modo, percebemos que o caminho para uma institucionalização pode fortalecer ou enfraquecer o MS. (Gohn, 1997: 263)

A institucionalização traz a divisão interna do trabalho, cargos e funções são estabelecidos. A análise de Offe (1988)⁶⁸ e Giddens (1993),⁶⁹ destacada por Gohn, chama a atenção para a descaracterização sofrida pelos MS com a institucionalização. Os MS antes da institucionalização são considerados como “uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições” instituições públicas ou privadas, ligadas ao Estado e ao Mercado. A institucionalização de um MS – tornando-se pessoa jurídica, personificada em uma ONGs por exemplo – significa muitas vezes a perda de característica anterior, própria da sua atuação fora do campo institucionalizado, “disto resulta que muitas vezes um movimento social *strictu*

⁶⁸ Claus Offe. 1988. Partidos políticos y nuevos movimientos sociales. Madri, Ed. Sistema apud Gohn, 1997: 247.

⁶⁹ Anthony Giddens. 1993. Sociology. Oxford, Polity Press apud Gohn, 1997: 247.

sensu deixa de ser movimento quando se institucionaliza,” pois este torna-se uma organização social institucionalizada integrada na lógica do sistema. (Gohn, 1997: 247)

Um resultado decorrente do processo de institucionalização foi a redução do número de MS informais; ao mesmo tempo foram criadas ONGs. O que por um lado traz fortalecimento qualitativo em termos de organização interna, infra-estrutura, capacitação tecnológica, qualidades concretizadas na interação com outras instituições através das redes de comunicação, além da criação de estruturas de organização nacional do 3º Setor. Mas por outro lado, paga-se um preço asfixiante, e por que não, descaso com MS informais, quando se trata da distribuição de recursos.

Uma exigência é imposta para a institucionalização de um MS, é preciso que este demonstre estabilidade interna, esse seria o primeiro passo para o reconhecido dentro da uma sociedade. Institucionalizado, passa a assumir funções, a fazer parte das novas políticas públicas e privadas, participando da reprodução do sistema e não contrapondo a ele, como em alguns casos faziam os MS não-institucionalizados, mesmo porque estes não precisavam determinar procedimentos de conduta a partir de regras determinadas para adquirir recursos e garantir sua continuidade.

Oberschall, um dos teóricos mais citados nos estudos dos MS nas duas últimas décadas na produção norte-americana, nos faz perceber as características dos MS não-institucionalizados e a maioria dos MS do 3º Setor que passaram a atuar nos anos 90. Este analisa MS com as características dos que predominaram antes da década de 90, com aspectos microssociais, que seriam identidade com o movimento, coesão, redes de trabalho e estrutura organizacional desorganizada. Já a maioria dos NMS atuais são analisados em termos macrossociais, como os valores, ideologias e principalmente a institucionalização. O que favorece a transição do micro para o macrossocial seria: a posição do Estado, do conflito, das mudanças social e cultural. (Apud Gohn, 1997)

A institucionalização estaria ou teria como fator gerador as mudanças no sistema político institucionalizado, na tentativa do Estado e do Mercado de organizar as ações do 3º Setor. Aí estaria a passagem do micro para o macrossocial dos MS. (Gohn 67 1997)

O fenômeno da institucionalização dentro do 3º Setor é algo visível, este vem aumentando cada vez mais, principalmente porque a cada momento são criados órgãos públicos e leis para regulamentar a situação dos NMS. O que cria questionamentos e dúvidas

quanto a essa formalização. Gohn alerta para institucionalização jurídica⁷⁰, sua rigidez, normatização, não atinge a diversidade de ações do 3º Setor, o que não propicia o tratamento igualitário que supõe dispor a todos. Além da tradicional descrença que é dirigida aos processos públicos formais:

o que a cultura política latino-americana institucionalizou ao longo dos séculos foi a crença no poder dos canais e estruturas informais e uma descrença nas estruturas formais. Dado que na realidade cotidiana dos processos de relação com o poder público as coisas funcionam melhor e mais rapidamente pelas vias paralelas do que pelas vias normatizadas, legais, tudo que é institucionalizado padece da descrença, porque de fato há problemas de hierarquia, burocracias, incompetência, demora etc. muitos dos movimentos que tiveram muito vigor nos anos 70 e 80, quando clamavam por direitos, passaram a encontrar dificuldades para manter a mobilização após terem conquistado alguns daqueles direitos em lei, dadas as características dos poderes informais versus formais recém-descritas. Antes de ser ter a lei, a solução era dar um "jeitinho". Depois, com a lei as coisas continuaram a não se resolver rapidamente, dada a burocracia e a não-complementação para a implementação das próprias leis. Alguns movimentos passaram a ser desacreditados. (Gohn, 1997: 234)

A partir das palavras de Gohn percebemos um dos caminhos que a institucionalização dos NMS pode proporcionar, não se contrapondo ao processo de institucionalização do 3º Setor, apenas alertando para um possível resultado da articulação dos MS com o Estado: a diminuição da credibilidade nas ações do MS.

Diante desse possível resultado, Guattari adverte que os MS que sofrem uma atração pela interação com o Estado: não devem deixar-se atenuar no interior de um aparelho estatal, principalmente diante de um aparelho burocratizado e institucional, assumindo tarefas impostas. Para Guattari um movimento não se esgota desde que não se reduza a burocratização do Estado, se fizer isso ele morre. (Guttari, 1986 apud: Gohn, 1997: 136).

5.3 - Financiamento

Uma observação fica clara depois dos processos de articulação do 3º Setor e da institucionalização dos MS que o compõe: o 3º Setor usa meios econômicos e culturais para

⁷⁰ Uma ONGs, Fundação, Associação ou Instituição Filantrópica para ser reconhecida enquanto tal, precisa ter registro em cartório, ata de fundação, ser formada por conselhos entre outras exigências.

atender às necessidades dos excluídos. Alguns MS são capazes de se transformar para angariar recursos, de aceitar normas e regras impostas pelas alianças e parcerias a fim de conseguir financiamento.

Gohn descreve, a partir de Tarrow, a evolução da articulação interna e externa dos MS e aponta um possível resultado:

durante o momento de pico de um ciclo de protesto, criam-se incentivos para o surgimento de novas organizações e novos movimentos sociais. O ciclo não se apresenta sob o controle de uma só organização ou movimento; ao contrário, o que se tem é a aparência de ações coletivas espontâneas. Mas de fato as estratégias e os resultados são articulados tanto pelas antigas como pelas novas organizações que surgem. Eles ajustam seus discursos, e suas diferenças não são sublinhadas. Passando o momento de pico, poderão competir entre si por recursos, clientelas, defesas de posições etc. Tarrow destaca, entretanto, a interação entre os militantes dos movimentos e as elites ou autoridades, observando que de seus conflitos novos centros de poder poderão ser criados.”(1997: 97).

O pico de protesto é definido por Tarrow como uma fase de intensos conflitos e disputas nos sistemas sociais. Pelas conjunturas retratadas anteriormente, vários momentos poderiam descrever esta fase: na década de 80, o período de lutas pela democratização, a crise crescente do mercado de trabalho, o processo de transformação da posição do Estado, exemplos mais poderiam ser listados; de certo é que a realidade brasileira vem passando nas últimas três décadas por uma fase de conflitos e disputas em vários segmentos.

Segundo Tarrow o pico de protesto estimula inovações nas formas de disputa, novas estruturas psíquicas, e novos *frames* de ações coletivas, que graças à modernização dos meios de comunicação, à difusão da ação coletiva – antes desenvolvida de forma mais devagar – pode ser feita de forma mais rápida. Situação que descreve perfeitamente a conjuntura do 3º Setor brasileiro nos últimos anos. Percebemos as inovações nas atuações dos MS e a utilização maior de meios de comunicação, os quais facilitam a integração que era negada nos anos 70\80; nos anos 90 a realidade é outra, torna-se expressamente viável.

Tarrow traz um conceito interessante: oportunidades de interesses, decisivo na década de 90, principalmente, depois da diminuição de remessas de recursos de ONGs internacionais para a América Latina, dos desvios de recursos para os países da África.

Fernandes, referindo-se à década de 90 e à institucionalização dos MS, dando corpo, definido e divulgando o 3º setor, coloca:

A década seguinte trouxe uma série progressiva de sinais vitais do que estamos chamando o terceiro setor. As interações multiplicaram-se em vários sentidos,

ultrapassando antigas barreiras. (...) Governos recém-eleitos pedem o apoio da “sociedade civil organizada” para a implementação de algum projeto de importância local. Isto tem acontecido por toda a parte, em diferentes formas e medidas, com maior ou menor sucesso.

ONGs competem por outros contratos governamentais com outras instituições públicas ou privadas – para dirigir pesquisas, para coordenar projetos, para executar segmentos de um trabalho maior. Isto começa a acontecer. Segundo algumas estimativas, cerca de 40% do orçamento das ONGs no Chile vêm hoje de fundos governamentais. (2002: 132)

Embora retratando a realidade da América Latina como um todo, especificando a realidade do Chile, as palavras de Fernandes despertam para a observação da realidade brasileira, que não fica atrás, muito pelo contrário, esses fatos caracterizam a evidente e intensa integração do 3º Setor com o Estado em nível nacional.

Percebe-se uma cooperação entre os três setores (Estado, Mercado e 3º Setor) na busca de solução, ações para problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais. Um exemplo em nível nacional é a campanha “Viva Rio” que mobiliza o Governo, empresários, ONGs, sindicatos e ações civis para encontrar soluções alternativas para enfrentar a violência no Rio de Janeiro. Pode-se caracterizar como uma solução negociada entre os maiores interessados no problema.

O processo de articulação deixa claro de onde provêm os recursos do 3º Setor: de diversas fontes, entre elas, o governo nacional (nas três esferas federal, estadual e municipal), organismos oficiais e privados, empresas e bancos nacionais e internacionais, de outros segmentos do 3º Setor, de doações, caridade e do próprio auto-financiamento, ou seja, a própria geração de recursos, muitas vezes, proveniente da produção e venda de produtos e serviços.

Podemos dizer, sem medo de errar, que muitos do MS brasileiros sem o financiamento de outros MS internacionais de início, sem ajuda externa, não teriam se fortalecido, nem teria ocorrido o desenvolvimento considerado do 3º Setor como vem ocorrendo.

Mas, com a cooperação externa não vem apenas numerários! Na maioria das vezes as agências financiadoras já possuíam um conjunto determinado de temas e prioridades em seu discurso, a parceria só é estabelecida se, somente si, os projetos⁷¹ enviados pelos MS seguissem a direção do seu discurso. Fica a questão: a variedade de tradições, práticas e ideologias dos MS refletem, ou enquadram-se a nossa realidade do agente financiador ou

⁷¹ A cooperação exigia um plano de ação, uma “lógica pragmática das ações do MS, descrita em um projeto, o qual é submetido a uma seleção entre outros projetos enviados.

existe realmente a moldagem das praticas sociais? Fernandes destaca a consequência da cooperação internacional, entre ONGs e MS brasileiros, retratando a institucionalização dos MS, a personalidade jurídica em forma de ONGs:

mais do que dinheiro, portanto, foram o conceito e a forma institucional que passaram pelos caminhos inusitados dos financiamentos não-governamentais. É desta relação, inclusive, que surgiram as ONGs. As agências de cooperação internacional necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica, um mínimo de estrutura administrativa e uma afinidade de propósitos. Não tinham como chegar direta e regulamente aos movimentos sociais, pois estes, justamente, careciam de estabilidade institucional. E assim surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos, como parceiras da cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social.” (Fernandes, 2002: 80)

Essa cooperação e conseqüentemente suas influências advêm de diversos países como mostra Fernandes na tabela reproduza abaixo.

Tabela 3 - Número de ONGs brasileiras que mantêm relações com agências de cooperação por país de origem das agência

Países das agências de cooperação	Número de ONGs brasileiras	Países das agências de cooperação	Número de ONGs brasileiras
1. Alemanha	57	11. Suécia	9
2. Holanda	53	12. Áustria	7
3. EUA	42	13. Dinamarca	4
4. Inglaterra	31	14. Espanha	4
5. Canadá	28	15. Portugal	3
6. Suíça	20	16. Finlândia	3
7. França	14	17. Noruega	2
8. Irlanda	14	18. Luxemburgo	1
9. Bélgica	10	19. Escócia	1
10. Itália	10		

Fonte: Fernandes & Piquet Carneiro, 1991 apud Fernandes, 2002: 82

A partir dos meados da década de 90, a realidade do financiamento do 3º Setor muda. As organizações internacionais dirigiram sua ajuda aos movimentos nacionais mais para o plano de apoio técnico do que econômico-financeiro. A África e a Ásia estão atraindo maior atenção enquanto recursos da cooperação internacional. Por isso as agências internacionais deixam de priorizar os projetos desenvolvidos na América Latina, sendo assim, ao invés de auxílios ou subsídios econômicos, passam a fornecer apenas apoio técnico para os MS e OGNs.

5.4 - Filantropia empresarial e a responsabilidade social

Outro fato interessante ligado ao 3º Setor que vem se intensificando na década de 90 é a filantropia empresarial e as práticas de responsabilidade social pelas empresas privadas. O que antes era visto como anomia social (o Mercado investir sem a perspectiva de lucro aparente), fora do contexto vigente, hoje faz parte das práticas empresariais.

É importante destacar a filantropia empresarial para indagar sobre a sua relevância econômica e social. É responsabilidade social ou a abertura de novos nichos de mercado? Afinal o que significa o apelo a produtos ecologicamente corretos? Novas oportunidades de mercado ou mudança na consciência empresarial?

Afinal temos que nos indagar sobre as interações atuais. Pois a responsabilidade social das empresas pode retratar por um lado uma estratégia: ampliar relacionamentos para aumentar as chances de atender as demandas, e por outro lado pode corresponder a uma articulação que pode comprometer a continuidade de um MS. Como? A partir do momento que são ditadas regras, normas para a consolidação da parceria, o que pode descaracterizar, tirar de foco o MS, repetindo um dos possíveis resultados da institucionalização.

A classe empresarial nunca se mostrou tão interessada com o social. Será que as iniciativas da sociedade civil inclinaram os empresários à preocupação com o mundo ao seu redor, à amenização das práticas do capitalismo selvagem?

O comportamento cidadão das empresas não fica livre de questionamentos, principalmente diante do aumento da pobreza, da miséria e junto com elas a proliferação da violência urbana, que comprometeram o dia-dia das elites, dos mais abastados. Essa conjuntura não os obriga a olhar ao seu redor?

A passagem por experiências traumáticas leva a vários tipos de reação. Tomemos o exemplo de diversos hotéis de cinco estrelas do Rio de Janeiro, que financiam projetos para diminuir a violência e melhorar as condições sociais em áreas turísticas, prática que os torna militantes da filantropia empresarial.

Além da ameaça, existe hoje uma legislação fiscal elaborada para estimular os investimentos privados no campo social. As empresas alegam: por que pagar impostos e esperar que o governo os distribua, fazemos nós mesmo!

Fernandes faz um estudo do desenvolvimento da filantropia empresarial e demonstra que este tipo de iniciativa vem crescendo desde os anos 80. Embora sua pesquisa apresente dados apenas do início da década de 90 e se limite a institutos e fundações, mostra - nos a tendência e projeta dados futuros sobre a filantropia empresarial no Brasil.

Tabela 4 – O desenvolvimento da filantropia empresarial no Brasil
(Por data de fundação dos membros do “Grupo de Institutos e Fundações”)

Década	Número de organizações	%
1930	2	6,25
1950	4	12,50
1960	3	9,38
1970	4	12,50
1980	13	40,63
1990	6	18,74
Total	32	100

Fonte: Fundação Emílio Odebrecht, 1993 apud Fernandes, 2002: 100.

A tabela acima nos mostra que a tendência da filantropia empresarial é intensificar-se, ocorrendo um crescimento notável a partir da década de 80, e isto tende a crescer ainda mais, pois, atualmente, muito mais empresas estão engajadas nesse tipo de iniciativa. Os dados da tabela apresentam apenas os três primeiros anos da década de 90, neste curto período já tinham sido fundadas 50% da quantidade da década anterior, se continuar nesse ritmo a projeção para a década de 90 será de mais um terço.

O aumento da filantropia empresarial não significa mudança nas relações de trabalho e produção. Mas com certeza interfere no *marketing*, pois afirma valores éticos e morais da empresa, melhorando sua a imagem.

Em artigo publicado na Revista Exame, edição especial: “Guia de Boa Cidadania Corporativa”, Leonardo Brant discute a “Cultura Sustentável” a partir da definição de cultura do filósofo francês Edgar Morin. O autor chama a atenção para a relação do mundo corporativo com o investimento em ações culturais. Segundo Brant, as empresas ganham muito mais investindo em eventos culturais, fazendo o *marketing cultural*, esse tipo de investimento traz resultados duradouros para a empresa e de quebra contribui para a melhoria social.

Inseridas numa sociedade que cultiva valores e convivendo com uma rica diversidade cultural, as empresas, voluntária ou involuntariamente, acabam exercendo um papel ativo nas transformações dos comportamentos da população, agregando a eles uma série de ingredientes que ajudam a formar o caldo cultural. Quando fazem propaganda num meio de comunicação de massa ou patrocinam um evento cultural, as empresas transmitem valores e aplicam conceitos que irão incidir sobre a sociedade, enriquecendo o caldo ou deteriorando-o. (Leonardo Brant apud Revista Exame)

Isto tem sido verdade sobretudo durante a última década. Desde o final dos anos 90, diversas empresas adotaram o patrocínio à cultura como uma maneira eficaz de divulgar suas marcas, aplicando as técnicas do chamado *marketing cultural*. Estimuladas pelo poder público federal e pelas iniciativas municipais e estaduais, por meio de leis de incentivo, elas passaram a aparecer na agenda cultural dos grandes centros urbanos com eventos e produtos.

A deterioração do caldo cultural acontece a partir do momento que as empresas inundam o mercado de produtos incompatíveis com a cultura local. Mas os consumidores, com o hábito consumista típico do sistema capitalista, ficam hipnotizados e entram no ritmo, realizando a produção das empresas.

Apresentar produtos através da técnica de *marketing cultural* é uma estratégia apoiada pela comunidade e pelo poder público (federal, estadual e municipal). Adota o patrocínio à cultura local (abrangendo um conjunto de hábitos, costumes, crenças, idéias, valores, mitos que perpetuaram de geração em geração, abrangendo as artes as letras e a filosofia); os atuais produtos ajudam na continuidade e fortalecimento do caldo cultural, mas também torna as logomarcas das empresas mais visíveis, o acesso e consumo dos seus produtos aumentam, dessa forma a empresa atinge mais mercado. A técnica do *marketing cultural* é empurrar a

cultura para o fundo do palco e fazer a marca de estrela. Fica a questão isto não se trata de um campo alternativo para o crescimento econômico?

As empresas decidiram incluir projetos de desenvolvimento social na sua pauta de investimentos sem fins lucrativos, porque investimentos na área social promovem a boa imagem pública da empresa. Por isso a expressão filantropia empresarial é duvidosa, em termos de ser ou não mais um modismo de gestão. Até que ponto ou diante de que condições as empresas estarão dispostas a abrirem seus orçamentos para apoiar projetos sociais? Até quando o Mercado não pressionará esses novos valores, princípios, envolvimento voluntário? Até que ponto as ações sempre envolvendo a tríade: sustentabilidade ambiental, econômica e social são adequadas a reprodução do Capital?

Estão preocupados com o social ou em busca de resultados duradouros? Investem mas esperando uma reciprocidade. O mundo corporativo “não faz o que faz renunciando aos interesses próprios em benefício do alheio. Pode até perceber-se ou ser percebido assim, mas o seu trabalho fundamenta-se numa outra dimensão, aquém das intenções subjetivas”, defendidas na construção da identidade coletiva, no discurso das ações do 3º Setor. (Fernandes, 2002: 114)

5.5 – O paradigma dos NMS

A continuação do marco teórico no último capítulo do trabalho se explica pela necessidade de destacar a reviravolta teórica que passa a ocorrer no plano das análises acadêmicas sobre o assunto, principalmente no que diz respeito ao contraponto à teoria marxista feito pelas abordagens norte-americanas adéptas dos NMS.

Simultaneamente à emergência dos NMS que constituem o 3º Setor, emergem novos estudos sobre o tema, os quais foram, sumariamente, apresentados neste trabalho, enfatizando apenas suas características gerais, sem se deter na produção específica com profundidade.

Os novos estudos demarcam as novidades dos MS, focam a concepção do novo concretizada nos atuais *frames* dos NMS. *Frames* que determinam a nova forma de atuação das ações coletivas, tornam-se referência para movimentos reivindicatórios de bens, serviços e condições básicas para a sobrevivência elementar do ser humano. A atual produção acadêmica enfoca o novo dos movimentos ecológicos, das mulheres, pela paz etc., os quais lutam por

uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos e universais, lutam pela igualdade e liberdade de fragmentos sociais em termos de relações de raça, gênero e sexo.

Trabalhando com dados subjetivos - o que dá outro nome aos estudos dos NMS, conhecido, também, como paradigma do "modo de vida" -, os resultados e categorias utilizadas para explicar as novas práticas, ainda não estão bem claros:

o paradigma dos NMS está incompleto por que os seus conceitos ou categorias não estão totalmente explicados. Mas há de se reconhecer que estão gerando profundas mudanças tanto na sociedade civil como na política, nas suas formas de ação. (Gohn, 1997:164)

Outro fato interessante é o aumento dos novos estudos adeptos das iniciativas da sociedade civil que ocorrem ao mesmo tempo dos desencantamentos com a teoria marxista; descrédito justificado pelas lacunas deixadas pelo paradigma marxista na explicação do MS contemporâneos.

A abordagem dos NMS parte das análises microestruturas e deixa as macroestruturas, defendidas por muito tempo por adeptos da esquerda radical. A nova abordagem é formada por adeptos de uma nova esquerda, que rejeita a idéia de mudanças e transformações através de revoluções; a mudança viria, mas através da sociedade civil empurrada pela exclusão social:

a exclusão social passou a ser uma categoria predominante no universo das análises sobre os movimentos populares nos anos 90, como em Buarque (1992), Gaiger (1991), Nascimento (1994), Warren (1995), Gohn (1996)). Ela passou a ter a mesma centralidade que se deu no passado à categoria de exército de reserva ou à marginalidade estrutural. Os estudos dirigiram suas atenções tanto ao universo dos excluídos e aos processos fomentadores daquela exclusão como às formas de resistência construídas pelos excluídos. Pode-se dizer que exclusão e resistência são categorias e, ao mesmo tempo, códigos culturais dos movimentos latino-americanos. (Gohn, 1997: 266)

As condições estruturais são necessárias mas não suficientes para explicar a ação humana; indispensáveis por que delas são decorrentes a exclusão social. Charles Tilly parte de Marx Weber e desenvolve um estudo utilizando tanto a macroestrutura como a micro, enfatiza as mudanças estruturais e o papel das ideologias e crenças e da solidariedade na formação dos MS.

A combinação dos enfoques micro e macro é percebida em outros autores, mesmo que esta metodologia não esteja explícita, pois a análise micro não necessariamente irá negar a macro. Como é o caso de Touraine, que segue a linha acionalista (conhecida, também, como

culturalista-acionalista); ele faz uma análise macrossocietal, mas desenvolve o estudo no campo micro, na ação coletiva dos indivíduos, baseado no enfoque psicossocial, chegando a afirmar que os NMS são apenas repositores da ordem. Melucci é outro autor que segue a abordagem nas estruturas micro

Class Offe despreza a análise micro, parte com categorias neomarxistas, mas com a terminologia NMS. Junto com Evers, visualizam algo novo nas ações da sociedade civil agindo por si, alegando que estas são ações determinadas que não esperam pela iniciativa do Estado.

Quanto às categorias neomarxistas, estas estão ligadas as teorias européias (representadas por teóricos como o historiador Hobsbawm, Castells, Borja, Lojkine, Rude, Thompson e Claus Offe, os quais destacam a consciência de classe, as lutas sociais, a ideologia e a solidariedade na ação coletiva), procurando fazer uma releitura do marxismo ortodoxo, seguem a linha histórico-política, sendo fiéis ao marxismo humanista e libertário. Sem esquecer a crença de Rosa Luxemburgo no idealismo das massas.

Os neomarxistas reforçam a nossa argumentação de que os NMS são frutos de MS de décadas passadas:

O que é destacado nos estudos marxistas contemporâneos é que os movimentos não surgem espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. Eles não existem a priori, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar. (Gohn, 1997: 174)

Apesar de utilizar categorias marxistas, as teorias européias partem da inadequação do paradigma tradicional marxista. Utilizam as bases marxistas do conceito de ideologia (da consciência de classe), mas vêem a cultura como ideologia, com esse enfoque, a consciência perde sua relevância, é importante, mas quando atuam no campo da cultura. Segundo Gohn (1997) é uma interpretação pós-estruturalista e pós-modernista de cultura, que centra sua atenção nos discursos como expressões de práticas culturais.

Em Przeworski o marxismo tradicional é criticado, justamente, na sua análise estrutural-histórica, esta não explica as ações do indivíduo. Pois a análise dos NMS foge da ênfase dada a lógica racional do sistema, enfatizando a racionalidade individual. Com este enfoque, o autor destaca fatores como a construção da identidade coletiva, a autonomia e o reconhecimento dos atores da sociedade em geral. (apud Gohn, 1997)

Acreditam que o marxismo não é capaz de explicar a ação dos indivíduos (discordo), porque a análise marxista limita-se ao nível das estruturas de classes, priorizando apenas as determinações macro da sociedade; sendo assim, seria incapaz de explicar as ações advindas de outros campos como o político e o cultural (centro dos estudos sobre as ações do 3º Setor na Europa). Acreditam que a teoria marxista subjuga todos os outros campos ao econômico. A subjugação de outros campos ao econômico não reconhece o que há de inovador na diversidade de ação coletiva que constitui o 3º Setor: “o retorno e a recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente dos condicionamentos das estruturas”(Gohn, 1997: 122)

A teoria dos NMS não usa a categoria do sujeito histórico, o operário configurado nas contradições do capitalismo, enfatizado na teoria marxista ortodoxa tradicional. Nela predomina um novo sujeito coletivo e difuso, não-hierarquizado, que luta contra as discriminações e pelo acesso aos bens da modernidade através de suas ações baseadas em valores tradicionais.

Outro aspecto interessante da teoria dos NMS é a dimensão que é dada a política. Esta não é restrita e hierarquizada, e nem estudada apenas sob o enfoque macro. Mas é abrangente a todas as práticas sociais, destacando-se até um poder da sociedade civil, como é a análise de Foucault. A política dentro do paradigma dos NMS é estudada por autores como Touraine, que enfoca as relações microssociais e culturais, o qual mostra que o novo é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas ou, ainda, a emergência de temas antes ignorados.

Na abordagem dos NMS são estudadas as ações coletivas e a identidade coletiva surgida a partir de grupos. Diferente do marxismo que estuda as ações e identidades coletivas determinadas a partir da estrutura capitalista. Nos novos estudos as ações de um grupo é mais importante que a racionalidade estrutural. São novos por que não estão baseados na consciência de classe, não buscam um interesses especial de uma classe operária, mas vários interesses difusos.

Hoje predomina uma consciência particular, cada indivíduo ou grupo possui capacidade para criar identidade e relações de poder, mas em conjunto, dentro do 3º Setor, buscam a construção de uma identidade universal. Na teoria marxista a consciência se restringia a duas categorias ou classes: capitalistas e operários.

O maior problema da abordagem dos NMS é a construção dessa identidade coletiva com a crescente fragmentação e pluralidade da realidade social. As oportunidades que a

conjuntura oferece, o aproveitamento das oportunidades políticas, as realidades que favorecem o desenvolvimento das ações institucionalizadas, são suficientes e adequadas para a construção dessa identidade universal? Essa questão merece mais aprofundamento, que não será desenvolvido neste trabalho.

Mas um aspecto interessante merece ser destacado. Nos atuais estudos sobre os MS institucionalizados, predomina o enfoque do sujeito social e não mais do ator social. Qual a diferença? O ator apenas interpreta o ato escrito pelo autor ou diretor da peça. Já o sujeito vive a realidade, não existe interpretação. Fazendo uma analogia, a peça seria a sociedade capitalista na qual vivemos, cada ator com seu papel a desempenhar, cada qual com sua função. O sujeito é mais independente, foge de funções pré-determinadas na narrativa, que seria nada mais nada menos que o conjunto de leis ou lógicas capitalistas.

Pode-se dizer que o desenvolvimento das abordagens centradas nas ações individuais, deve-se ao fato da descrença nos processos históricos concretos de desenvolvimento não-capitalistas, pois percebe-se que a crise nos modelos socialistas do Leste Europeu e nos partidos de esquerda descredenciou, até certo ponto, as teorias macroestruturais. A partir daí a referência deixa de ser os sujeitos históricos predeterminados (a categoria do operária), surgindo outros atores sociais: mulheres, memores, negros, índios, pobre, excluídos, jovens etc.

A teoria marxista sendo aplicada no estudos dos atuais MS ajuda-nos a refletir sobre a origem dos participantes, sobre o objetivo de cada MS, como também, sobre a ideologia que fundamenta as suas ações.

Acteditamos que algumas das categorias abordadas por Marx assumiram outras definições, incorporaram mudanças que ocorreram ao longo do século. Há de se reconhecer que pelo menos em aparência a sociedade capitalista apresenta novos contornos, ou pelo menos diferentes daqueles da época de Marx. Os MS atuam de acordo com a estrutura atual da sociedade, mas não negam a essência da concepção marxista. Como já colocamos anteriormente na metodologia, negar toda a concepção marxista é no mínimo desperdiçar riqueza científica.

Uma das características dos NMS latino-americanos é a base na ideologia marxista-gramsciana “que trata a ideologia no campo das práticas sociais”. Integração de teorias muito interessante, combina a visão político estrutural de Marx – o que permite a idéia de universalização das ações do 3º Setor, com a análise micro de Gramsci. (Gohn, 1997: 234-235).

Temos um questionamento que não descredencia a teoria marxista; as contradições urbanas, categoria tratada por Marx, até que ponto poderiam refletir os atuais MS libertários ou emancipatórios, destacados pela abordagem dos NMS? A abordagem atual não nega o paradigma marxista! Marx esclarece a estrutura de forma macro, mas não nega a *micro*, não nega a luta das minorias contra a exploração da hegemonia. Apenas centrou o estudo no sujeito histórico predeterminado: o operário, configurado nas contradições do capitalismo. (Gohn, 1997: 122)

Enfocar o micro, como faz a abordagem dos NMS, não implica negar o paradigma marxista. São apenas focos diferentes; os NMS são analisados a partir do específico, do micro, mas isso não quer dizer que não estejam inseridos no macro, na estrutura histórica.

Descredenciar a teoria marxista por quê? Se o próprio Marx afirmou que por meio da práxis os homens fazem a história em determinadas condições, sendo assim, acreditar ou defender que as iniciativas da sociedade civil têm um fim em si mesma é no mínimo comodismo em relação à pesquisa.

Resta apenas analisar até onde vai o desenvolvimento das novas ações sociais que constituem o 3º Setor, o qual tem muitos desafios a superar como:

1. Promover o desenvolvimento com equidade.
2. Articular a dinâmica igualitária universalizada com dinâmicas seculares de culturas individuais.
3. Universalizar a consciência da vida em sociedade.
4. Com práticas altruístas o desafio é contrapor às tendências desagregadoras do egoísmo estremado.
5. Unificar o povo em torno de um projeto político comum.
6. Promover projetos globais através de uma minoria, que sejam assimilados pelos segmentos mais amplos.
7. Desenvolver iniciativas particulares para fins comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvendo o estudo sobre a caracterização da emergência do 3º Setor, observamos, quanto a sua origem, que a pré-condição para a formação das suas iniciativas é o descontentamento à ordem vigente. Ações sociais advindas dessa condição sempre existiam dentro do sistema, mas em nível nacional estas se concretizam, mostram-se conscientes e intensivas, nos MS que predominaram, principalmente, nas décadas de 70 e 80.

Nessa época, na qual predominaram MS com fortes ideologias, estes apareciam através das discussões sobre a desarticulação da sociedade diante das inovações industriais, instigando discussões políticas. Estes MS formaram a base, servindo de alicerce, para uma nova atuação dos MS nos anos 90. Por isso, percebemos que os MS que atuaram antes do período neoliberal e social-democrata no Brasil correspondem à célula embrionária do 3º Setor.

Os embriões corresponderiam aos MS não-institucionalizados, que a partir dos meados da década de 80, com o processo de redemocratização da conjuntura política, entram em um processo de metamorfose na forma de atuação, na composição, nas categorias explicativas e na posição diante do Estado e do Mercado.

Observou-se uma união de forças sociais para propiciar estas mudanças: a unificação das ações religiosas - baseadas nas práticas da Igreja propostas pelo Concílio Vaticano II, com a Teologia da libertação -, a contribuição de militantes, intelectuais orgânicos e da própria classe média (caracterizando a exclusão voluntária, intelectuais e abastados inserindo-se nos MS), impulsionaram a transformação, crescimento e importância dos MS.

A era do regime militar no Brasil, período de acelerado crescimento econômico, mas com controles sociais, cassação da liberdade individual, arrocho salarial, aumento da tecnocracia do Estado etc., todos esses fatos formaram um cenário favorável a esta união e às novas lutas sociais. Surgem ou ressurgem novos tipos de mobilizações em nível nacional, mas que já vêm se desenvolvendo em nível mundial: os movimentos de mulheres, pela paz, ambientalistas, consumidores, indígenas etc.; os sindicatos e partidos aos poucos, também, transformam suas estratégias de mobilizações.

Os NMS predominantes na década de 90 passam a atuar em prol de demandas inegociáveis como igualdade, liberdade, preservação de modos de vida particulares, enfim por valores subjetivos. Cada MS atuando com características específicas, mas seguindo, em

essência, as características gerais atribuídas as ações do 3º Setor, como práticas humanitárias, altruístas, autônomas e solidárias. Características que embora na aparência estejam fragmentadas em identidades individuais, em essência caminham para a formação de uma identidade coletiva. A construção dessa identidade é o principal objetivo das atuais ações do 3º Setor, e a sua subjetividade é o que o faz a diferença em relação aos MS.

Antes da emergência do 3º Setor nos anos 90, os MS lutavam por demandas negociáveis, eram reivindicatórios, esperavam que o Estado e o Mercado tomassem a iniciativa para solucionar os problemas sociais. Os NMS são autônomos, a própria sociedade civil procura e faz acontecer a solução dos seus problemas.

Entre os NMS que constituem o 3º Setor existe uma consciência de grupo fundamentada na filosofia da solidariedade e na preocupação com o meio ambiente e com todos os seus componentes. As duas características: autonomia e solidariedade despertaram o interesse do Estado e do Mercado, os quais após a democratização política brasileira passam a incluir as iniciativas do 3º em sua pauta, estimulando o crescimento e a organização dos MS. A partir daí, o 3º Setor começa o processo de organização que teriam como desfecho institucionalização de vários MS, configurando um dos maiores segmentos e representantes do 3º Setor: as ONGs.

A crise nas conjunturas econômica e política evidenciavam que as políticas públicas e as formas que até então o Mercado usava para realizar sua produção não serviam mais para aliviar as mazelas do sistema. Estes dois segmentos se viram sem uma estrutura ideológica e efetiva para reagir diante dos problemas estruturais e conjunturais, ao passo que NMS conheciam de perto os problemas sociais, por isso poderiam propor solução mais condizentes com a realidade, pois estavam conscientes das causas e dos meios alternativos para solucioná-los. As ações do 3º colocam em primeiro plano as questões que foram abandonadas pela políticas públicas e pelas práticas de mercado, como: ecologia, responsabilidade ambiental, direitos humanos, sexualidade, direitos do consumidor e muitos outros. Esse conhecimento específico, despertou a parceria entre Estado, Mercado e 3º Setor. Dessa interação ocorre os processos de mudanças nos três agentes: a formulação das políticas da 3ª Via aumenta os casos de filantropia empresarial e a emergência de MS institucionalizados.

Os processos de mudança política (democratização, renovação do *welfare states* e da social democracia) e econômica (consequências do avanço tecnológico) transformam a ação coletiva do 3º Setor. Diante das novas dinâmicas conjunturais (que ainda estão em curso, como é o caso das políticas da 3ª Via, responsabilidade social nas empresas privadas, e do

crescimento e importância das produções alternativas do 3º Setor, apontadas como solução para as altas taxas de desemprego), a continuidade e o sucesso dos MS não-institucionalizados dependerão da postura política assumida e das articulações ou alianças. Na década de 90, os recursos disponíveis para as ações efetivas passam a ganhar relevância na pauta dos MS.

Os MS transformam-se para atrair os recursos. A ajuda financeira não vem apenas em numerário, é acompanhada de apoio técnico, isso quer dizer novas técnicas, regras, estratégias, planos de ação, e a probabilidade de incompatibilização com as características específicas do MS carente de recursos, o que poderá comprometer o seu objetivo principal.

A articulação gradual entre as iniciativas da sociedade civil organizada, o Estado e o Mercado, exigiu a institucionalização de alguns MS para a concessão de créditos e financiamentos. Essa exigência foi a principal responsável pela origem das ONGs em nível nacional, estimuladas, também, pela articulação a outras ONGs internacionais.

Enfim, percebemos que o desenvolvimento de redes de comunicação, o processo de articulação com o Estado e o Mercado e, conseqüentemente, a institucionalização, foi o caminho que alterou as características dos MS que constituíam o 3º Setor antes da década 90. Visivelmente, em termos de infra-estrutura, continuam em discurso reproduzindo as características essenciais do 3º Setor: visão humanitária altruísta, solidária e autônoma, mas agora atuando com parcerias com o Estado e o Mercado.

Diante do crescimento da mobilização da sociedade civil institucionalizada ou não, as ações do 3º Setor crescem como objetivo de estudo, principalmente devido aos estudos empíricos, utilizando uma grande variedade de métodos de investigação para avaliar a força e o potencial das novas iniciativas da sociedade civil organizada.

Mas, esse potencial só será percebido com a combinação de dados socioestruturais e microssociais. Com este método, poderíamos obter uma resposta à questão do papel das iniciativas da sociedade civil organizada na reprodução capitalista.

O maior problema para desenvolver o estudo são as categorias que o 3º Setor envolve, as quais ainda não estão totalmente claras. Há um interesse pelas determinações micros, entradas nas ações individuais e fragmentadas dos sujeitos sociais. Há a valorização de fatos conjunturais particulares e do presente, luta-se para o local, luta-se para mudar a ordem das coisas hoje. E a força vem dos próprios sujeitos e não das contradições estruturais. Este enfoque gera contrapontos com categorias de teorias que trabalham com determinações macroestruturais, como é o caso do paradigma marxista.

Um fato está claro! A discussão sobre o 3º Setor é extensa e complexa e não pode ser finalizada neste trabalho; este poderá nos indicar o sentido, a direção do processo de mudança e nos levar à continuidade dos estudos, servindo como passo inicial, abrindo caminho para a *análise da verdadeira natureza dos NMS, do seu real significado dentro do sistema capitalista de produção.*

Ficam questionamentos sobre a articulação do 3º Setor com o Capital e o Estado, pois pela emergência retratada neste trabalho, os NMS não são mais fatos isolados e aparentemente sem sentido. Resta captar os ecos e ressonâncias que o conjunto de MS, ONGs, Fundações, Associações, produções alternativas, ou seja, todas os componentes do 3º Setor provocam na realidade social, econômica e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGUI, *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.
- AZNAR, Guy. *Trabalharmos menos para trabalharmos todos*. 1. Ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.
- BRIDGES, William. *Um mundo sem empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995. (tradução José Carlos Barbosa dos Santos).
- BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 18. Ed. Ujuí: Editora Unijuí - Vozes, 1998.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; CARCANHOLO, Reinaldo A.; MALAGUTI, Manoel Luiz (Orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo* - São Paulo: Cortez, 1998. (Coleção: Questão de Nossa Época, v. 65).
- CARVALHO, Nanci Valadares. *Autogestão: o nascimento das ONGs*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998. (Tradução: Iraci D. Poleti).
- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- DRUCKER, Peter. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira/Fundação Vanzolini, 1994.
- _____. *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1993.
- FALCÃO, Joaquim; CUENCA, Carlos.(orgs.); *Mudança Social e reforma legal: estudos para uma nova legislação do Terceiro Setor*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária/UNESCO/BID/FBB, 1999.
- FERRAREZI, Elisabete; REZENDE Valéria. *OSCIP: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor*. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.
- MARIAS, Flávio Bezerra de. *O Estado capitalista contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção: Questões da Nossa Época, v. 73)

- FERNANDES, Francisco A.M; BARROS, Laan Mendes. *Comunicação e Solidariedade*. São Paulo: Loyola, 1992.
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina*. 3ª ed. Relume-Dumara, 2002.
- FERNANDES, Rubem Cesar; PIQUET, Leandro. *ONGs Anos 90*. Rio de Janeiro: ISER, 1991.
- FEUERSTEIN, Marie-Thérèse. *Como avaliar programas de desenvolvimento com a participação da comunidade*. São Paulo: Paulinas; 1986
- FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 (Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges).
- GOHN, Maria da Glória, *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção: Questões da nossa época; v. 71).
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HABERMAS, Jurgen. *A nova intransparência*. São Paulo: CEBRAP, n. 18, set., 1987.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Tradução: Guido A. De Almeida)
- HOBBSBAWN, J. Eric. *O mundo do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. (Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran).
- _____. *Rebeldes Primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais no séculos XIX e XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. (Tradução: Waltensir Sutra).
- HOFMANN, Werner. *A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Tradução: Adolfo José da Silva).
- IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor - Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

- _____. *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE, UCSAL, 2000.
- LANDIM, Leihla. *As Organizações Não-Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- _____. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- _____. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.)
- _____. *Notas para um Perfil das ONGs*. Rio de Janeiro, ISER, 1995.
- _____. *ONGs, Filantropia e o Enfrentamento da Crise Brasileira*. Rio de Janeiro, ISER, 1994.
- LEROY, Jean-Pierre; SOARES, Maria Clara C. (orgs.). *Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo no Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: Fase/Ibase, 1998.
- MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política*. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, livro 1- v. II, 1994,.
- MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Escrita, 1995.
- MEDEIROS, Marcelo. *Os Vendedores de Areia: Um Ensaio sobre a economia dos artesãos e a informalidade*. [s.l.] 1996. Mono.
- MONTANÕ, Carlos. *Terceiro setor e questão social: críticas ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTENEGRO, Thereza. *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos, n. 24)
- MOORE, James. *O fim da*. São Paulo: Futura, 1996.
- NETO, Waldemar Oliveira. *As ONGs e o fundo público*. In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: IBASE/PNDU, 1992.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: FASE, 1994.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Reforma do Estado para a cidadania*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 1998.
- PIRES, José Augusto de Sousa. *A elaboração de projeto de pesquisa*. 2. ed. João Pessoa: Secretaria da Educação, 1986.
- PREZWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos*. Makron Books. 1995.
- SANTOS JUNIOR, Raimundo B. dos (Org.). *Movimentos sociais nos anos 90: confronto e reencontro entre sociedade civil e Estado*. Teresina: CEPAC, 1993.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: um estudo sobre a subordinação do trabalho ao Capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SINGER, Paul. *O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOUSA, Nilson Araújo de. *O Colapso do Neoliberalismo*. São Paulo: Global, 1995.
- TENÓRIO, Fernando (Org.). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. (tradução: Elia Ferreira Edel).

PERIÓDICOS

Revista Conjuntura Econômica. 01/1997. Maria Cecília Prates Rodrigues (Economista do IBRE/CEEG). Terceiro setor: para que serve?.

_____. 07/1997. Lauro Ramos; José Guilherme Almeida dos Reis. Mercado de trabalho e geração de emprego o no Brasil..

_____. 02/1996. Maria Cecília Prates Rodrigues. Na direção dos serviços.

Revista Enxame. Edição Especial, n. 781, Guia de boa cidadania corporativa. Leonado Brant.

Revista Veja ed. 1787, ano 36 – n.º 36, 29/01/2003. Lula é a terceira via.

Revista Brasileira de Administração. Ano XII – n.º 38, 09/2002. Terceiro Setor: a gestão de um gigante entre o público e o privado.

Revista de Administração de Empresas. São Paulo, V. 33, n. 2, Mar./Abr.1993

Revista Serviço Social & sociedade. Andréa Bittencourt Pires Chaves. Considerações sobre o pensamento de Jurgen Habermas. São Paulo, n.º 58, ano XIX, p. 185-194, novembro de 1998.

Folha de São Paulo. Mário Vitor Santos, 01 de março de 1998.

_____. Luís Nassif, 19 de abril de 1998.

_____. Walter Barelli, 19 de abril de 1998.

_____. Paul. Singer, 19 de abril de 1998.

_____. José Roberto de Toledo, 01 de maio de 1998.

_____. Gustavo Patú. O nó cambial, 04 de setembro de 1998.

Revista CGT Brasil. n.º 13 - dezembro de 1996. José Calixto, O governo cria desemprego pelas altas taxas de juros?

_____. Luiz Toledo Machado. Desemprego: Crônico ou conjuntural?

_____. Neto, Antônio Fernandes dos Santos

_____. Aparecido de Farias. Desemprego e autogestão.

_____. Raimundo de Oliveira. Educação ciência e tecnologia.

_____. Bautista Vidal. Abertura econômica: modernização ou desindustrialização?.

_____. Abram Szajam. O desemprego é o aspecto mais perverso da globalização

Jornal da FENAPE - O Solidário n.º 2, Ano II, Edição de janeiro/abril de 1995. SILVEIRA, Caio Márcio. *A experiência dos projetos de geração de renda no Brasil.*

INTERNET

DUPAS, Gilberto. *O emprego em crise*. In SAITO, Ana Carolina; BARUFI, Clara Bonomi. *O Desemprego no Brasil e no Mundo*. In <http://www.eca.usp.br/EMALTA/trb/desemp.htm>.

RÉGNIER, Karla Von Dóllinger. *Educação, Trabalho e Emprego numa Perspectiva Global*.

In www.ipeia.gov.br.

SAITO, Ana Carolina; BARUFI, Clara Bonomi. *O Desemprego no Brasil e no Mundo*. In

<http://www.eca.usp.br/EMALTA/trb/desemp.htm>

<http://www.abong.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.ipeia.gov.br>

<http://www.rits.gov.br/>

<http://www.academiadodesenvolvimento.gov.br>

<http://www.seade.gov.br>

<http://www.mtb.gov.br>

<http://www.am.sebrae.com.br/>,